

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

Instituto de Ciências Humanas (ICH)

Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural



ARTESANATO EM COURO CRU (GUASQUERIA) EM JAGUARÃO-RS

Juliana Porto Machado Pelotas,
Março de 2018

Juliana Porto Machado

ARTESANATO EM COURO CRU (GUASQUERIA) EM JAGUARÃO-RS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, para à obtenção do título de Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural

Orientador: Dr. Ronaldo Bernardino Colvero

JULIANA PORTO MACHADO

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

M149a Machado, Juliana Porto

Artesanato em couro cru (guasqueria) em Jaguarão-RS
/ Juliana Porto Machado ; Ronaldo Bernardino Colvero,
orientador. — Pelotas, 2018.

139 f.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação
em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de
Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2018.

1. Guasqueria. 2. Couro cru. 3. Artesanato. 4.
Identidade. 5. Saber fazer. I. Colvero, Ronaldo Bernardino,
orient. II. Título.

CDD : 306.4

Artesanato em Couro Cru (Guasqueria) em Jaguarão-RS

Banca examinadora:

.....
Prof. Dr. Ronaldo Bernardino Colvero (Orientador)

Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

.....
Prof. Dr. Edson Romário Monteiro Paniagua

Doutor em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

.....
Prof. Dra Rita Juliana Soares Poloni

Doutora em História da Arqueologia pela Universidade do Algarve e pós-doutoranda em Arqueologia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

*Dedico a minha família e aos guasqueiros
de Jaguarão/RS.*

Agradecimentos

Às vezes o agradecer é tão difícil, o dizer obrigada pode ser penoso, angustiante e desafiador. Em toda a minha vida tive pessoas que sempre me apoiaram. Não quero aqui contar as tristezas da minha existência e os infortúnios que passei para chegar até este momento. Ao contrário, quero poder dizer obrigada de maneira forte e alegre, primeiro a você mãe, que sempre me apoiou e me incentivou; mesmo quando não podia me dar algo, não tinha vergonha de pedir ajuda, sempre pensou no melhor para suas filhas. Apenas uma coisa, tu és uma verdadeira mãe, te amo e te agradeço.

Pai, o que dizer de você, foste e és o melhor pai de todos, nunca tiveste vergonha de trabalhar para manter à tua família com dignidade e esperança; te amo e te agradeço. Minhas irmãs: carinhosamente dedico a vocês meu afeto e amor, são as melhores irmãs, amo-as e as agradeço. O agradecer se torna fácil quando as palavras vêm do coração: à minha família, a minha eterna gratidão por serem quem são, por me permitirem ser parte dela e por compartilharem comigo tanto afeto. Agradeço a Deus por tudo.

Agradeço ao professor Ronaldo por aceitar ser meu orientador e ter tido paciência com meus erros e dúvidas: ao senhor professor meu muito obrigada. Ao curso de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da UFPEL e aos docentes, os meus mais sinceros agradecimentos. Como também, a todos os colegas do curso, muito obrigada. E agradeço a CAPES pelo financiamento que possibilitou a realização da minha pesquisa. À colega e amiga Amanda Basílio que muito me ajudou na elaboração dessa dissertação, obrigada. Ao amigo Ruben Darío Fernández Garcia que revisou, obrigada. Agradeço o apoio das amigas Tiara, Cintia e Miriel.

Um agradecimento especial ao guasqueiro Marcos Chagas, sua esposa e filho, ao guasqueiro Marcos Tissot, ao guasqueiro Ademir de Souza e esposa, ao guasqueiro Justus Soares, ao guasqueiro Jairo Silva, ao guasqueiro Pedro Pires e ao guasqueiro Celoir Vieira: sem vocês esta dissertação não existiria, muito obrigada pelo apoio.

As mãos se embaralham em fios de couro cru,
se entrelaçam em meio ao forte trançado da mente e do espírito.

Resumo

MACHADO, Juliana Porto. Artesanato em Couro cru (guasqueria) em Jaguarão-RS, 2018. 139f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) - Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

A guasqueria, é um ofício artesanal que trabalha com couro cru, possui técnica de transmissão de um saber fazer, em um processo de criar objetos que segue uma estrutura dorsal, sendo ela: I) Carnear, II) Estaquear, III) Secar; IV) Lonquear; V) Sovar; VI) Tirar tentos e VII) Trançar. Esse ofício está fortemente relacionado com o trabalho do campeiro/peão, figura que está sempre realizando tarefas de campo nas estâncias, principalmente com auxílio do cavalo. Logo, o peão também é guasqueiro. O objetivo desta dissertação foi buscar compreender a produção e reprodução deste ofício secular, verificando como os guasqueiros aprenderam suas técnicas e criam suas obras, procurando também os motivos que levaram esses sujeitos sociais a produzirem guasqueria. Para compreender esses processos utilizou-se pesquisa de natureza qualitativa, do tipo exploratória, com método de entrevistas semiestruturadas para a coleta de informações com sete guasqueiros da cidade. Como resultados podemos destacar que todos os guasqueiros desta pesquisa seguem a estrutura dorsal precitada para trabalhar a matéria prima, o couro cru. Assim como o fato de todos terem vivido na zona rural e trabalhado como peões, esse sendo um dos principais motivos para se dedicarem ao ofício de guasquear, principalmente para consertarem seus arreios de monta. Como também, terem aprendido esse saber fazer por meio do compartilhamento do conhecimento entre guasqueiros. Por fim, a produção e reprodução do artesanato em couro cru, guasqueria, ocorre pela transmissão da técnica de um sujeito para o outro, principalmente quando estes exercem a profissão de peão, ocorrendo um compartilhamento de saberes. Fazendo com que esses sujeitos praticantes deste ofício se identifiquem como guasqueiros.

Palavras-chave: guasqueria; couro cru; artesanato; identidade; saber fazer.

Abstract

MACHADO, Juliana Porto. Crafts in Rawhide (guasquería) in Jaguarão-RS, 2018. 139f. Dissertation (Master in Social Memory and Cultural Heritage) - Graduate Program in Social Memory and Cultural Heritage, Institute of Human Sciences, Federal University of Pelotas, Pelotas, 2018.

The guasqueria, is a craft that works with rawhide, has a technique of transmission of a know-how, in a process of creating objects that follows a dorsal structure, being: I) Carnear, II) Estaquear, III) Secar; IV) Lonquear; V) Sovar; VI) Tirar tentos e VII) Trançar. This craft is strongly related to the work of the champion / pawn, this figure who is always performing field tasks in the ranches, mainly with the aid of the horse. Therefore, the cattleman is also a guasqueiro. The objective of this dissertation was to understand the production and reproduction of this secular craft, verifying how the guasqueiros learned their techniques and create their works, also looking for the reasons that led these social subjects to produce guasquería. In order to understand these processes, a qualitative research of the exploratory type was used, with a method of semi-structured interviews for the collection of information with six of the city's residents. As a result, we can highlight that all the guasqueiros of this research follow the aforementioned dorsal structure to work the crude raw material. As well as the fact that they all lived in the countryside and worked as cattlemen, this is one of the main reasons to dedicate themselves to the craft of guasquear, mainly to repair their saddles. As well, they have learned this know-how by sharing knowledge among peasants. Finally, the production and reproduction of craftsmanship in rawhide, guasquería, occurs by the transmission of the technique from one subject to the other, especially when they work as a pawn. There is a sharing of knowledge. Making these subjects practicing this craft identify themselves as guasqueiros.

Keywords: guasqueria; Rawhide; crafts; identity; know-how to do

Lista de Figuras

Figura 1	Mapa de Delimitação do Tratado do Tordesilhas e de Madri.....	55
Figura 2	Grupão e suas divisões.....	65
Figura 3	Cidade de Jaguarão.....	77
Figura 4	Representação do grupão em um bovino.....	90
Figura 5	Esquema de estaqueamento do couro.....	91
Figura 6	Couro Bovino Seco Lonqueado.....	92
Figura 7	Couro a ser lonqueado.....	93
Figura 8	Guasqueiro Pedro Pires sovando.....	94
Figura 9	Pedro torcendo a lonca para sovar.....	94
Figura 10	Diferentes Macetes de Sova doguasqueiro Marcos Chagas.....	95
Figura 11	Guasqueiro Marcos demonstrando o funcionamento da máquina.....	96
Figura 12	Máquina de Sovar couro.....	96
Figura 13	Aparelho de marcar couro.....	101
Figura 14	Guasqueiro Pedro Pires riscando o couro.....	101
Figura 15	Saca tentos doguasqueiro Marcos Chagas.....	102
Figura 16	Tentos desquindados doguasqueiro Marcos Chagas.....	102
Figura 17	Trança de quatro tento.....	103
Figura 18	Trança de cinco tentos Chata.....	103
Figura 19	Trança de seis tentos.....	103
Figura 20	Trança de oito quadrada.....	103
Figura 21	Trança de onze e doze tentos.....	103
Figura 22	Trança de Treze.....	103
Figura 23	Trança de dezessete tentos.....	103
Figura 24	Trança de dezenove tentos.....	104
Figura 25	Trança de vinte e três tentos.....	104
Figura 26	Rastra criada peloguasqueiro Pedro Pires.....	105
Figura 27	Rebenque trançado peloguasqueiro Pedro Pires.....	105
Figura 28	Botão Trançado do mostruário doguasqueiro Ademir de	

	Souza.....	106
Figura 29	Cravador de passar tento produzido pelo guasqueiro Pedro Pires.....	110
Figura 30	Tranças de corda do Guasqueiro Marcos Chagas.....	112
Figura 31	Trança de couro cru do guasqueiro Marcos Chagas.....	112
Figura 32	Trança de corda pintada do mostruário do Guasqueiro Ademir Souza.....	113
Figura 33	Cabeçada em couro Branco, guasqueiro Jairo Silva.....	116
Figura 34	Trabalho em couro cru guasqueiro Jairo Silva.....	116
Figura 35	Guasqueiro Justus Soares.....	118
Figura 36	Enfeite de couro cru criado pelo guasqueiro.....	119
Figura 37	Chapéu com detalhe em couro cru criado pelo guasqueiro Pedro Pires.....	119
Figura 38	Mostruário do Guasqueiro Ademir Cardoso.....	123
Figura 39	Mostruário de peças em couro cru do guasqueiro Celsoir Vieira.....	125

Lista de Abreviaturas e Siglas

RS	Estado do Rio Grande do Sul
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

Sumário

Introdução	14
Capítulo I- Artesanato, Tradição, Identidade: O compartilhamento de seus Tentos	22
1.1. O Artesanato e seus Tentos.....	22
1.1.1. O Artesanato Que Cria, Objetos Que Transformam	22
1.1.2. Identificação: a criação de um conceito de Artesanato.....	28
1.2 A criação dos tentos de uma tradição	31
1.2.1 A tradição que se modifica	31
1.3 Guasqueiro ou artesão	39
1.3.1 A identidade e os guascas.....	39
1.4 Bordando memórias	47
1.4.1 O compartilhamento do Comum	47
Capítulo II- O contexto do Guasqueiro	53
2.1 Guasqueiros de Jaguarão	53
2.1.1 O pampa, o gado e o Couro	53
2.1.2 A formação de Jaguarão: Contexto urbano e rural	73
2.2 Guasqueiro também é peão	84
2.2.1 No galpão e no campo.....	84
Capítulo III- Produzindoguasqueria	92
3.1. Lonqueando o couro.....	92
3.2- De tentos a tranças: A diversidade dos objetos	104

3.4- Técnicas tradicionais: De guasqueiro para guasqueiro	119
Considerações Finais	132
Referências Bibliográficas	137
Fontes	145

Introdução

Esta dissertação é uma continuidade ao Trabalho de Conclusão de Curso de Bacharelado em Produção e Política Cultural pela Universidade Federal do Pampa Campus Jaguarão, defendido e aprovado em 2016, intitulado “Artesanato em Couro/guasqueria na Cidade de Jaguarão (RS): Cultura Popular, Tradição e Modernidade”, em que buscou-se descrever os relatos de vida e as obras desses artesãos/guasqueiros, através da identificação das técnicas de criação do seu modo de fazer.

Assim, a guasqueria, é um ofício manual em que seus produtores criam peças em couro cru, utilizando principalmente a técnica de tentos¹. De acordo com Flores (1960), o guasqueiro deve aprender a tirar um tento para seguir no ofício; para ele essa fase é muito importante pois é a partir do tento que se inicia o processo de elaboração da obra. Segue uma estrutura dorsal que se apresenta como: a obtenção da matéria-prima (o couro-cru animal, principalmente de bovinos) inicialmente através da chamada carneada, o estaquear o couro para secar ao sol, o lonquear de retirar os pêlos da pele, o cortar as guascas (tiras de couro), o sovar as guascas para amaciar, e por fim tirar os tentos (as tiras de couro de diferentes espessuras) para assim produzir as tranças. Esse processo é o elemento destacado por muitos sujeitos ao considerarem o porquê de se identificarem como guasqueiros, assunto tratado mais adiante.

Etimologicamente, a origem do termo guasqueria é derivada da palavra espanhola *huasca* originaria do dialeto *quéchua*² de origem inca, significando tira de couro (DLE, 2017). Essa manifestação cultural está fortemente relacionada com o trabalho no campo e com a figura do peão. A introdução do gado vacum no Brasil e em outros países da América latina através dos conquistadores europeus, principalmente os espanhóis e portugueses no século XV, de acordo com alvares (2014) marcam o que seria o surgimento da guasqueria.

No início do século XVI os jesuítas fixavam suas reduções nesse território e reuniam indígenas para serem catequizados. E começam a utilizar a carne gado bovino para alimentação dos moradores das reduções. No entanto, ao serem

¹ A técnica de tentos de acordo com Flores (1960) pode ser definida como a utilização de tiras finas de couro utilizadas para fazer trançados.

² Língua ameríndia utilizada pelos antigos quéchua, tribo indígena localizada no território do atual país do Perú (DLE, 2017).

expulsos, os jesuítas deixam seus grandes rebanhos soltos.

Em 1641, depois de combatidos e expulsos, os jesuítas levaram consigo a maioria dos índios catequizados, deixando, no entanto, parte do gado que criavam. Sem dono, esse gado tornou-se selvagem e bravio, e formou-se uma grande reserva no espaço conhecido como Vacarias Del Mar (LUVIZZOTO, 2010; p. 17)

Consequentemente, com a abundância desses animais, esse gado acaba tornando-se importante economicamente, aproveitando-se a carne e principalmente o couro. Com o retorno dos jesuítas em 1682 e a fundação das missões jesuítas, que buscavam catequizar o maior número de índios, os padres utilizavam novamente esse gado para alimentação. Pois, “a base econômica era assentada na criação de gado com a extração do couro” (Luvizzoto, 2010; p 22).

Com o fim das missões jesuítas, através do acordo entre Portugal e Espanha em 1750, os sacerdotes deixaram grandes rebanhos de gado e cavalos. Logo, a existência destes animais foi fator importante para a ocupação.

A presença do gado foi o principal motivo para a ocupação e fixação de portugueses em solo gaúcho. A Coroa garantia aos imigrantes a propriedade de um pequeno terreno mas não seu sustento. Assim, somente em 1770 uma leva de imigrantes açorianos chegou à província para povoar a região das missões. Por causa das dificuldades de transporte, esse grupo se fixou na área onde hoje está a cidade de Porto Alegre. Praticavam a agricultura de pequena propriedade e tinham uma economia voltada para a pecuária (LUVIZZOTO, 2010; p. 23).

Já no século XVIII, as fazendas ganham espaço e o gado passa a ser domesticado. Surgindo assim, a necessidade de instrumentos equestres para auxiliar no manejo desses animais, principalmente para o peão que cuidava da atividade campeira. Por conseguinte, de acordo com Garcia (2009), com o abate dos animais para a comercialização de carne, o couro começa a ser utilizado para atender essa necessidade de objetos equestres quando os peões começam a criar cordas, freios, boleadeiras, rebenques e outros aparatos em couro-cru.

Para Flores (1960), o peão dedicava-se ao processo de produção de guascas principalmente em dias de chuvas quando não era possível trabalhar no campo, assim permanecia no galpão consertando suas cordas. Assim surge o guasqueiro.

Na campanha sempre existiram os guasqueiros, os homens que do couro cru fazem verdadeiras obras-primas nas tranças, nos passadores, nos botões de tento fino e em muitos trabalhos que exigem muita paciência, muito boa memória para saber resolver de cor os intrincados da trama dos tentos, que é um verdadeiro quebra-cabeça. (NUNES 1982 apud ALVARES,

2014, p. 17).

Então o guasqueiro seria esse sujeito que cria manualmente novos objetos e/ou conserta objetos de uso cotidiano do trabalho do campo. Dominando o saber fazer de um ofício, para desenvolver suas próprias técnicas. A guasqueria está ligada ao serviço do peão, as peças então são instrumentos de montaria, em uma sociedade em que a produção econômica forte é a pecuária (NUNES, 1982).

A partir de então, no século XIX, o guasqueiro torna-se um profissional necessário nas grandes fazendas, agora já é reconhecido e contratado especificamente para realizar essa prática artesanal. Já no final do século o guasqueiro passa a ser menos requisitado, pois, com as reviravoltas da sociedade econômica, no período da Revolução Industrial, no RS a pecuária e a agricultura não são mais a única forma de produção já que as atividades fabris surgem (ALVARES, 2014).

Contemporaneamente à guasqueria, com foco na cidade de Jaguarão-RS, é produzida na zona urbana, seus produtores possuem ligação com o campo e mantêm uma tradição do saber-fazer aprendido que influencia as suas identidades. Para tanto, esse ofício, considerado nesta pesquisa como artesanal, em alguns casos é a fonte de renda principal, porém em sua maioria é fonte econômica auxiliar, como percebemos em pesquisa anterior.

Nesta trajetória da origem da guasqueria, Garcia (2009) declara que o pouco interesse do registro deste ofício por parte da História ocasionou um grande prejuízo de conhecimento sobre essa manifestação cultural, principalmente por ser apenas considerada um trabalho primitivo, grosseiro, de peões sem técnicas ou formação. Embora o autor destaque a relação da guasqueria com o trabalho no campo para criar objetos de montaria, fora o que permitiu que essa prática artesanal seguisse ativa.

Assim, com pouco registro histórico, Tasso (2001) menciona que além desta ligação com o campo, o trabalho de criação do guasqueiro é constituído pela dominação de uma técnica, do aperfeiçoamento desta e com a adoção de um *design* diferenciado para cada objeto. Além de possuir também o domínio de produzir suas próprias ferramentas auxiliares. Existem máquinas industriais para cortar tentos, para amaciar couro e outras, mas o que ainda predomina, no contexto jaguareense, são as ferramentas criadas pelo próprio guasqueiro.

A partir disso, a construção do guasqueiro contemporâneo que atua nos centros urbanos, se modela por meio da influência da cultura rural na confecção de suas obras. Para tanto, podemos nesse sentido utilizarmos o pensamento de Bartolomé (2006), que ressalta no jogo de intercâmbio da memória entre passado e presente, a tradição seria a mediadora, uma força propulsora na procura da formulação de suas identidades. O passado como ponto de verdade e de apoio, que permite seguir em frente e se reinterpretar em meio à modernidade.

A memória na formação da identidade e da tradição do guasqueiro é fundamental, pois, é através da evocação da figura e dos ensinamentos do guasqueiro transmissor do saber-fazer, que seus artífices atualizam para o presente a sua técnica, respondendo às necessidades do meio em que estão inseridos. Primeiramente, esta memória foi transmitida pelos pais ou familiares de maneira oral, nas primeiras fazendas de gado, no compartilhamento de uma técnica mais rústica, e após a morte desses primeiros guasqueiros, que até então eram apenas considerados peões, sentiu-se a necessidade de algo mais permanente, as estâncias começaram a contratar a figura do guasqueiro.

Assim, nesta pesquisa buscou-se compreender a produção e reprodução deste ofício secular, verificando como os guasqueiros aprenderam suas técnicas e criam suas obras, buscando também, os motivos que levaram esses sujeitos sociais a produzirem guasqueria. Para compreender esses processos, utilizar-se-á pesquisa de natureza qualitativa, do tipo exploratória, com método de entrevistas semiestruturadas para a coleta de informações com sete guasqueiros da cidade.

Pois, é através da pesquisa que se encontram formas de solucionar o problema levantado. A pesquisa pode ser compreendida, de acordo com Gil (1996), como um processo de desenvolvimento do método científico. Para Seltiz (1974), o pesquisador tem a necessidade de organizar e planejar sua pesquisa, e também de escolher o método mais adequado para atingir as metas estabelecidas.

Todavia, através da pesquisa qualitativa de acordo com Zanelli (2002), se permite que a cultura dos sujeitos investigados consiga transmitir sua essência. Uma vez que, essa abordagem possibilita a esses uma estruturação de suas perspectivas e de seus saberes adquiridos ao longo do tempo. Transmitindo sua visão intrínseca de mundo. Isto posto, torna a análise do objeto de estudo, em plurefacetado, já que, o objeto está em um processo constante de transformação.

Dessarte, em uma pesquisa que envolve sujeitos sociais, se torna primordial compreender a construção dos fatos realizados por esses. Nesse sentido, a pesquisa qualitativa “adequa-se a aprofundar a complexidade dos fenômenos, fatos e processos particulares e específicos de grupos mais ou menos delimitados em extensão e capazes de serem abrangidos intensamente” (MINAYO E SANCHES, p. 247; 1993).

O estudo qualitativo possui um método de interpretação das ações humanas, ou seja, o pesquisador busca analisar e interpretar as ações em seu contexto de origem, em uma investigação, que lhe faculta compreender a habilidade que os sujeitos têm de definirem seus termos de significados para representarem as coisas e os feitos. Para Vieira e Zouain (2005), a pesquisa qualitativa é um mecanismo que coloca o ator social em um plano ativo de trocas de conhecimento, ao transmitir seu testemunho das experiências que dispõem. Por conseguinte, o pesquisador tem a tarefa de estruturar e retransmitir as mensagens obtidas em uma descrição precisa da cultura do outro observado.

Desta forma, é no contexto cultural de origem que as informações são obtidas. Para tanto, a cultura como ressalta o autor, é um conceito semiótico, não é algo que surge de modo espontâneo, como um objeto pronto ou que pode ser imposto. Ao contrário, a cultura é o contexto onde os fatos sociais interagem junto a comportamentos, em meio à construção de instituições e de identidades.

Para Erickson (1986), cultura é o modo como o ser humano atribui significado ao seu universo, em um processo de criação de signos e símbolos, que cabe ao pesquisador reinterpretá-lo em dados descritivos, em um processo de discriminação detalhada, o mais próximo possível do estilo de viver de determinado grupo (INGOLD, 2008), percebendo a interação do outro com o seu espaço-tempo frente às trivialidades do cotidiano, como reagem a fatos diversos e a sua visão de mundo.

Deve-se considerar que a pesquisa qualitativa, como argumenta Richardson (1999), possui em sua natureza a percepção do mundo sensível, ao considerar aspectos como valoração, visão de mundo e motivações dos sujeitos investigados, para praticarem tal atividade, ou no caso desta pesquisa, o ofício de guasqueria.

Aponta-se alguns elementos essenciais que tornam concreta a pesquisa qualitativa: o primeiro seria a credibilidade das informações obtidas por essa metodologia; a segunda seria a transferibilidade de possibilitar que o receptor

compreenda o que está sendo transmitido, indiferente ao contexto, devido à descrição detalhada dos fenômenos; a terceira seria a confiabilidade que a abordagem qualitativa transmite; a próxima seria a confirmabilidade dos conhecimentos investigados; na sequência apresenta-se a relevância dos questionamentos apresentados na pesquisa (GODOY, 2005). Esses elementos acompanham e comprovam a verossimilidade de uma investigação de natureza qualitativa.

Destacam Denzin e Lincoln (2006), que a pesquisa qualitativa tem como base a relevância em qualidades em um sensível compartilhado que não pode ser quantificado. O importante, então, é o aprofundamento dos detalhes que a pesquisa pode alcançar. Para os autores, o pesquisador qualitativo acaba por se aproximar mais da realidade do investigado ao considerar seu contexto cultural e suas significações do mundo. Essa proximidade permite ao pesquisador ferramentas para decodificar os conhecimentos coletados.

Assim, a pesquisa qualitativa do tipo exploratória, tem como arcabouço a dedicação em se aproximar do problema, criando uma rede de elementos decodificáveis, na busca por se familiarizar com esses elementos pouco explorados ou conhecidos, como a *guasqueria*, primando sempre por observar o objeto *in situ*, consequentemente como aborda Richardson (p. 102; 1999):

O objetivo fundamental da pesquisa qualitativa não reside na produção de opiniões representativas e objetivamente mensuráveis de um grupo; está no aprofundamento da compreensão de um fenômeno social por meio de entrevistas em profundidade e análises qualitativas da consciência articulada dos atores envolvidos no fenômeno.

Com isso, um ponto relevante que se deve destacar, como apontam Splinder e Splinder (1992), é a noção de tempo para a realização da pesquisa, esse um fator de validação, ou seja, quanto maior o tempo a campo mais seguros e completos serão os resultados, porque, mais fatos serão observados. Em contrapartida Spradley (1979), assegura que o sentimento de novo, do olhar para o desconhecido, possibilita reconhecer as singularidades culturais em sua mais ampla ação, diferente de observar uma situação com a qual o pesquisador já está familiarizado. Godoy (1995), menciona que o tempo da pesquisa é finalizado quando o pesquisador consegue responder seus questionamentos. Esse ponto se faz importante uma vez que em pesquisa anterior não foi possível seguir com a utilização do método etnográfico devido ao período de ir a campo ser muito curto.

Porém, por mais que o fator tempo seja um ponto de peso para atingir o objetivo proposto, a pesquisa qualitativa exploratória deve ser pensada como um mecanismo que permitirá melhor acesso na observação e compreensão dos processos da guasqueria. A coleta de dados teve como base a entrevista semiestruturada orientada por tópicos, como: (a) as necessidades e motivações que fizeram com que esses sujeitos sociais se dedicassem a essa prática; (b) a descrição do processo de aprendizagem do saber-fazer guasqueria; (c) a narrativa da história pessoal e da relação com o espaço rural e urbano.

Além da entrevista semiestruturada, utilizou-se outros instrumentos de pesquisa: gravações de áudio e vídeo, diário de campo e fotografia, permitindo uma ampla gama de possibilidades para conseguir as informações necessárias, facilitando a interpretação dos fatos por diferentes ângulos.

O público alvo desta pesquisa foram sete guasqueiros da cidade de Jaguarão. Para a seleção dos mesmos foi feito um mapeamento prévio, considerando tempo no ofício, contexto e produção com couro cru e/ou branco. Pois, como menciona Spradley (1979), o pesquisador opta por uma situação cultural que seja conveniente e possibilite a participação do pesquisado.

A dissertação é organizada em Introdução, em que se aborda o objetivo geral e os objetivos específicos, apresentando a metodologia utilizada, assim como uma breve contextualização da guasqueria e das fontes utilizadas. Sendo dividida em três capítulos. No primeiro capítulo denominado «Artesanato, Tradição, Identidade: O compartilhamento de seus Tentos» dividido em três subtítulos: a) O Artesanato e seus Tentos, b) A criação dos tentos de uma tradição, c) A identidade e os guascas, e d) Compartilhando saberes. Apresentamos conceitos de artesanato, tradição, identidade e compartilhamento de um saber comum, e de elementos atuantes na estruturação do objeto guasqueria e guasqueiros.

O capítulo inicial foi estruturado em subcapítulos que abordam a investigação teórica referente ao saber fazer guasqueria. Perpassando por assuntos como a utilização da matéria-prima couro cru, como também, as técnicas utilizadas por esse ofício, o destino do produto final e a parte histórica dessa prática artesanal.

No segundo capítulo, “Contexto do guasqueiro”, dividido em dois subtítulos: a) Guasqueiros de Jaguarão e b) Guasqueiro também é peão. Pretendemos abordar a trajetória da guasqueria desde a introdução do gado vacum nos campos do pampa

sulino, até a formação da cidade de Jaguarão, assim como o surgimento do peão que trabalha com o manejo do gado e aprende a guasquear nos galpões.

No capítulo 3, “Produzindo guasqueria”, dividido em um subcapítulo denominado “Lonqueando couro”, pretendemos discutir sobre a estrutura dorsal da guasqueria, em sua produção e reprodução, desde a carneada até o objeto pronto, trabalhando diretamente com a percepção das fontes sobre esse ofício. Na última parte da dissertação apresentaremos as conclusões finais, estabelecendo uma relação de pontos em comum entre as informações encontradas junto aos guasqueiros.

Capítulo I- Artesanato, Tradição, Identidade: O compartilhamento de seus Tentos

1.1. O Artesanato e seus Tentos

1.1.1 . O Artesanato Que Cria, Objetos Que Transformam

É na natureza que encontramos a origem do artesanato, surge com o nascimento do ser humano há 400 mil anos atrás³. A criação de peças simples como jarros, pratos, cestos em barro ou madeira e vestimentas de pele de animais, consideramos que foram as primeiras formas de expressão artesanal. Na procura para suprir as necessidades e proporcionar a comodidade individual e coletiva, esses artefatos utilitários⁴ são inventados (SILVA, 2006).

Esses instrumentos considerados rudimentares e primitivos surgem no período de transição das fases da evolução do homem, entre o neolítico e o paleolítico superior. Ocorre, para Chiti (2003), uma clara distinção entre objetos funcionais, cuja única incumbência é servir para algo, e obras cunhadas para serem apreciadas, como as pinturas parietais de cenas animalistas do cotidiano, ou de figuras diversas esculpidas em pedras.

Nesse período inicial, a produção artesanal é voltada apenas para a estética funcional, seus objetos são criados como um plano de sobrevivência e para atender os desafios apresentados ao homem em sua construção de uma cultura (LIMA, 2005). A cultura aqui defendida parte da visão de que:

A cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou o processo; ela é um contexto, algo dentro do qual eles (os símbolos) podem ser descritos de forma inteligível – isto é, descritos com densidade (GEERTZ, 2008, p.25)

A cultura então pode ser definida como um fator social, de transformação e transmissão. É um sistema simbólico que o saber humano acumula ao longo da vida (LARAIA apud STRAUSS, 2006). Retomamos a definição de cultura de Geertz.

O conceito de cultura que eu defendo, (...) é essencialmente semiótico.

³ Especificamente para o autor Silva (2006) e Chiti (2003) os primeiros vestígios de objetos artesanais datam aproximadamente do período neolítico (cerca de 6.000 a.C.).

⁴ O sentido utilitário do artesanato o difere de arte, está como uma manifestação de contemplação e não de funcionalidade, como define Coli (1995).

Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado (GEERTZ, 2008, p. 15).

O homem desenvolve em torno de si um emaranhado de símbolos, componentes de seu mundo social. Apropria-se de mecanismos de culturas passadas e os ressignifica adequando ao seu uso para as necessidades que lhe são atuais. Práticas do passado e do presente interagem, e geram algo novo, em um processo *continuum*. Essa discussão enaltece o fato de que a cultura não permanece inalterada. A cultura permeia o mundo de conhecimento, que deve ser criado, aprendido, interpretado e transformado (LARAIA; 1986).

O pensamento de Chiti (2003) confronta o lugar do artesanato na cultura como característico da classe popular, associando esta classe popular ao baixo poder econômico e aquisitivo. Reconhecido muitas vezes como a massa, esse grupo de pessoas é pensado como um todo homogêneo, por não possuir nenhum posicionamento ou causa. Tal categorização parte da visão da classe considerada superior.

Em outro momento, a autora supracitada declara que a cultura artesanal corresponde a atores sociais que manifestam em suas obras aspectos de suas vidas cotidianas. Dessa forma, o artesanato pode ser visto como mecanismo de confronto na recuperação das origens simbólicas e dos valores de um povo diante de seus colonizadores. Em relação a isso, Adam (1947), defende que algumas representações de certos signos são em determinado momento os mesmos em diferentes culturas, principalmente imagens religiosas, objetos funcionais e desenhos de animais.

Conforme o autor, a representação de uma obra artesanal é sempre única em relação a outra, diferenciando-se a partir da criação de uma imagem, da técnica, da matéria-prima, da imaginação e do olhar do artesão, carregado de saberes utilizados para originar algo que cumpra os desejos socioculturais. Não deixaremos de lado o caráter de repetição em pequena escala que faz parte da produção artesanal, reforçamos apenas a habilidade individual que o artesão possui para transformar sua peça em algo único.

Em um recorte temporal, partiremos do final do medievo⁵ (século XV), em que mudanças específicas que estavam ocorrendo neste período afetaram profundamente a produção artesanal. Os objetos artesanais neste contexto tornam-se cada vez mais técnicos e aperfeiçoados. A produção começa a ampliar sua comercialização, juntamente com a dilatação das rotas comerciais e o aumento de guildas comerciais que geram redes de proteção aos comerciantes e artesãos nos burgos⁶ medievais (LE GOFF, 2005). A produção de mercadorias artesanais de certa forma seriadas pode ser relacionada ao surgimento das feiras e dos burgos.

Com o aumento destas feiras e das cidades, os artesãos passam a ter mais autonomia para criarem e comercializarem suas obras. Vale lembrarmos, no entanto, como destaca Sandroni (1999), as mudanças que ocorreram no sistema de criação dos objetos artesanais, que inicialmente são voltados para suprir as necessidades do artesão-camponês, sendo objetos agrícolas, e que sofrem um movimento de deslocamento e transformação. Assim, esse sistema de criação torna-se de grande escala voltado para atender as novas cidades e as necessidades de seus moradores.

Nessa produção de escala, ressalta que a organização das oficinas de produção se baseava em um espaço que também servia para a família do artesão habitar, uma vez que a composição de família estava fortemente relacionada ao trabalho. Nestas estruturas familiares, a hierarquia patriarcal predominava com a figura do mestre como o detentor do saber/fazer (SENNETT, 2009).

Os mestres artesãos seguiam um modelo de códigos de conduta e moral. Os aprendizes buscavam as oficinas de produção para se profissionalizar no ofício artesanal. Nessa movimentação, o próprio mercado de vendas seguia regras estipuladas pelos artesãos, como a fixação de preços por produtos. Cada região tinha o seu acordo de comercialização (IMBROISI; KUBRUSLY, 2011).

Sublinhamos neste momento a importância da figura do chamado mestre artesão, que atua nas corporações de ofício conjuntamente com seus aprendizes. O mestre carregava a obrigação de acompanhar e realizar todos os estágios de

⁵ Também chamada, Idade Média período entre os séculos V e XV, cujo o sistema sócio-político predominante é o feudalismo, os servos trabalham para o senhor feudal, dono das terras. Produzia-se apenas o que iriam consumir, os remanescentes eram comercializados.

⁶ Burgos eram as pequenas comunidades urbanas que surgem na Idade Média. Os artesãos comercializavam suas peças nas feiras, não estavam mais a serviço do senhor feudal. Algumas cidades eram governadas por Artesãos, surgindo corporações de ofícios voltadas para a produção de apenas um tipo de produto atendendo a demanda do mercado consumidor (LE GOFF, 2005).

montagem do produto, além de transmitir seus conhecimentos para os aprendizes. Essa nova maneira de produtividade marca o advento da indústria capitalista (HUNT, 1989).

Ressalta Hunt, que essa ação se comprova pelas modificações na forma do processo produtivo do artesão. Com a perda da posse dos veículos de produção perante a figura do comerciante, antes intermediário do processo artesão-fornecedor-mercado, agora toma para si certa exclusividade sobre os bens de produção.

O autor sustenta a ideia de que o comerciante apropriado dos bens de mercado, lentamente direciona a entrada do artesão nas fábricas, já no século XIX, como trabalhador braçal. No novo esquema de produção, o artesão é descentralizado do papel de criador, e gradativamente se afasta da imagem do processo, voltado para um todo comum, uma vez que, conseqüentemente, ocorre a divisão de tarefas e cada trabalhador tem um papel para executar. Antes disso, porém, o artesão dominava todas as etapas do processo produtivo.

As divisões de tarefas provocaram a necessidade de que cada trabalhador se especializasse em uma função específica. Demonstramos aqui a desintegração, até então dominante, do sistema artesanal. Para Smith (1985), a fragmentação de funções age como um meio de extinguir o saber fazer do artesão, ou seja, um único sujeito não saberia mais todas as etapas de produção de um produto.

Efetuada então a premissa de regras para direcionar o trabalho nas fábricas, a noção do tempo, também é reconstruída em um modelo diferente de como atuava no ofício artesanal⁷. A idealização de um tempo aproveitável, ou em outro termo, tempo útil, provoca uma revolução na vida dos trabalhadores de fábricas, que devem seguir as regras do relógio⁸, como algo moralmente instituído. Para o autor, seria uma maneira de produzir e produzir sempre, aumentar o desempenho no trabalho, porque tempo de ócio degrada uma sociedade.

Em linhas gerais, o artesão teve seu sistema de criação modificado ao trabalhar no sistema industrial, com a divisão de tarefas e a delimitação do tempo. No entanto, em um contexto contemporâneo, podemos perceber que não ocorreu

⁷ Para Sennet (2009) o artesão definia como utilizar o tempo em sua produção, poderia demorar o quanto necessitasse para concluir sua obra de modo satisfatório.

⁸ Segundo Giddens (1991) o relógio marca o tempo, e o tempo de produção é o que o trabalhador vende para as fábricas.

a alienação do artesanato, mencionada por Smith. A sociedade caracterizada pela produção capitalista e a produção acelerada permitiu ao artesanato manter-se junto às pequenas empresas, cooperativas, e ao processo de trabalho autônomo que ele realiza.

Segundo Canclini (2008), a estratégia mercantil do mercado capitalista recorre à produção artesanal como uma fonte inesgotável de produtos singulares, que iriam renovar e movimentar a economia. Essa estratégia permitiu em algumas crises econômicas, como a da América Latina nos anos 90, causadora de um alto número de desemprego, recorrer ao setor artesanal como fonte financeira para diminuir a necessidade trabalhista. O ofício artesanal seria a fonte de renda para muitas pessoas, com benefícios como o baixo custo de produção, não sendo necessária uma formação técnica superior e também por ter autonomia na produção.

A relação artesanal e industrial neste momento acaba sendo uma via de mão dupla, uma beneficia a outra, já que essa necessidade de abastecimento de mercado promove uma mobilização por parte das políticas públicas em investir no ofício artesanal, provocando o crescimento contínuo desse setor. Como destaca:

Os estudos sobre artesanato mostram um crescimento do número de artesãos, do volume da produção e de seu peso quantitativo: um relatório do SELA calcula que os artesãos dos quatorze países latino-americanos analisados representam 6% da população geral e 18% da população economicamente ativa. Uma das principais explicações do incremento, dada tanto por autores da área andina quanto mesoamericana, é que as deficiências da exploração agrária e o empobrecimento dos produtos do campo impulsionaram muitos povos a procurar na venda do artesanato o aumento de sua renda [...]. O desemprego é outro dos motivos pelos quais está aumentando o trabalho artesanal, tanto no campo como nas cidades [...] (p. 215- 216).

Nesta explanação de dados apresentada podemos notar os fatores que impulsionaram esse crescimento, sendo estes as crises de um setor, no caso agrário, e a necessidade do aumento de renda, tornando o ofício artesanal uma profissão, um veículo de sustentabilidade financeira de seu produtor e de sua família. Muitas vezes não se torna a profissão central, mas é um elemento conjunto que auxilia economicamente (KELLER, 2014).

No mercado onde prevalece o sistema industrial, podemos observar e até mesmo compreender a concretização do uso de máquinas, uma vez que, essas foram programadas para o produto sair sem danos, em uma produtividade que

gera mais produtos em menos tempo. Nesse viés, ao pensarmos no artífice⁹ do século XIX, podemos notar que essa figura executa o papel de opositor à perfeição das máquinas: elas não geram defeitos que hoje não são mais aceitos, com antes acontecia com os trabalhos manuais.

Ao contrário, tudo o que o mero artista mecânico produz não possui nunca, nem para ele nem para qualquer outro, tal interesse. A sua milésima obra é como a primeira e existe no fim também mil vezes. Além disso, acrescenta-se a isso que, na época mais recente, as máquinas e a indústria foram aperfeiçoadas até o supremo grau e o mundo inteiro foi inundado, por meio do comércio, com coisas transitórias e belas, delicadas e aprazíveis. Diante disso, vemos que o único antídoto contra o luxo, caso ele pudesse e devesse ser balanceado, é a arte verdadeira e o sentimento artístico verdadeiramente suscitado e que, ao contrário, a mecanização altamente desenvolvida, o artesanato refinado e a produção manufaturada preparam a ruína completa da arte (GOETHE, 2005, p. 89)

Nesse seguimento, o autor critica a exacerbação da perfeição, essa busca incessante pelo mais qualificado, indicando que a maior consequência do industrialismo foi a transfiguração do modo de criação. Na perda do singelo e do puro, o trabalhador artesão acaba por ser mais uma peça da grande engrenagem que se tornou a indústria.

No entanto, na premissa de Canclini (2008) e de Sennet (2009), o artesão não perdeu a essência da criação. Sua mente e seu corpo, em uma sintonia de criação originam objetos da máxima perfeição que as mãos são capazes de construir, desmistificando essa concepção de um artesanato inferior ao produto industrial. Afinal, são dois sistemas de produção diferentes. Nessa contraposição entre a imperfeição do artesanato e a perfeição do produto industrializado, as palavras de Cecília Meireles (1968) contribuem nesta discussão:

Ora, o mercado certo é um dos obstáculos ao estímulo da cerâmica popular dos nossos dias. Mesmo as peças utilitárias estão sendo todas pouco a pouco abandonadas. As moringas que refrescam a água são substituídas por geladeiras; o vasilhame de barro, com todas as virtudes que possa ter, encontra inimigos invencíveis em louças mais duráveis, ou em caixas e latas que oferecem outras vantagens; a não ser por moda, ou um outro caso, ninguém quer saber de comida em caçoletas nem em pratos de barro; os alguidares arranham os mármore das cozinhas, e as salgadeiras e travessas de barro tornaram -se incômodas. O mundo feito à máquina não compreende as bordas irregulares do barro. Não gosta dos vidrados escorridos desigualmente, não aprecia a boniteza torta das canecas, das jarrinhas sem equilíbrio total, e não há mais (...). (p.53-54)

⁹ Termo utilizado nesta dissertação conforme definição de Richard Sennet (2009) artífice (artesão) como o sujeito que produz uma obra a partir de uma conexão mente e corpo, espírito e matéria. Buscando interpretar as ações do homem como criador de si mesmo, buscando sempre a melhor forma de criar.

O mercado acaba por eliminar o chamado objeto imperfeito, substituindo-o por produtos de materiais plásticos, acrílicos, alumínio e outras matérias industrialmente criados. Então, cada bem que a priori cumpria uma função, e que mesmo com seus diversos matizes, listras, calombos, irregularidades está apto para realizar tarefa, será substituído por um produto que atende as mesmas necessidades, mas que segue a linha de ser industrial contemporâneo e perfeito.

Dessa forma, como já mencionado, o mercado em meio à massificação de produtos mecânicos, necessita de estratégias de diferenciação de vendas, em que se introduzam novas peças para comercializar em meio ao já conhecido. Para tanto, o artesanato se mantém como peça central nesse sentido, já que oferece peças diferenciadas manualmente produzidas, que transmitem ao consumidor algo mais do que ser apenas um produto utilitário.

1.1.2. Identificação: a criação de um conceito de Artesanato

Para Chiti (2003), a palavra artesanato provém de artesão, de prática manual, de artífice e de transmissão do saber fazer de um sujeito aos seus aprendizes. Em uma linha do tempo que abarca da Antiguidade até o industrialismo¹⁰, já se utilizava o termo artesanato.

Pensando etimologicamente, o artesanato possui origem no prefixo latim *artis* e no sufixo *manus*, significa literalmente “arte com as mãos” (CHITI, 2003). Encontramos no dicionário de português Aurélio Online (FERREIRA, 1999), a significação de artesanato como “ofício e técnica do artesão, conjunto das peças resultantes da atividade dos artesãos e produto final do trabalho do artesão”.

Já no Dicionário Houaiss da língua portuguesa constam as diversas significações do termo:

Artesanato. 1.a arte e a técnica do trabalho manual não industrializado, realizado por artesão, e que escapa à produção em série; tem finalidade a um tempo utilitária e artística. 2.conjunto das peças da produção artesanal. 3.conjunto dos artesãos de um determinado gênero. 4.local onde se exerce ou ensina o artesanato. 5.produto final do trabalho feito pelo artesão (Houaiss, 2004, p.307).

A partir dessas definições básicas de artesanato, compomos um apanhado de

¹⁰ Desenvolvimento de novas transformações técnicas, econômicas e sociais, como a mudança de produção de manufatura a produção em grande escala.

ideias ao qual toda a produção de objetos artesanais é produto da modificação da matéria-prima de forma manual, por sujeitos que conhecem alguma técnica, possuem criatividade e habilidade para fazê-lo. Nota-se nessa definição que o emprego de mecanismos industriais nem mesmo é mencionado.

Já a UNESCO¹¹ em 1997, define que:

Artesanato, aquele confeccionado por artesãos que seja totalmente à mão, com o uso de ferramentas ou até mesmo por meios mecânicos, desde que a contribuição direta manual do artesão permaneça como componente mais substancial do produto acabado. Essas peças são produzidas sem restrição em termos de quantidade e com o uso de matérias-primas de recursos sustentáveis. A natureza especial dos produtos artesanais deriva de suas características distintas, que podem ser utilitárias, estéticas, artísticas, criativas, de caráter cultural e simbólicas e significativas do ponto de vista social (UNESCO, 1997 apud, BORGES, 2011, p.21).

Nesta definição da UNESCO, podemos perceber que o uso de ferramentas industriais não é totalmente descartado ou proibido, porém, o caráter manual é o que deve predominar. Assim, mesmo se o artesão utilizar como auxílio alguma peça mecanizada para criar seu objeto a obra não será classificada como não artesanal.

Na perspectiva de entender o artesanato, Mills (2009) criou um esquema baseado em seis componentes: o primeiro consiste na motivação para criar tal peça, sendo ela o próprio processo de elaboração; o segundo elemento se apresenta a partir do planejamento minucioso da peça, todos os detalhes são pensados e juntos formam um todo; o terceiro e quarto consistem na liberdade que o artesão possui para aprender o conhecimento de seu ofício, em desenvolver técnicas, habilidades e inventividade; o penúltimo item acresce que a linha divisória entre trabalho e prazer é tênue, não há necessidade de serem separadas, uma vez que o ofício artesanal é um conhecimento pessoal, passível de ser aprendido; por fim, estabelece que a sustentabilidade financeira do artesão se apresenta a partir do que recebe com a comercialização de seus objetos, essa produção então está inserida em seu cotidiano, não sendo necessariamente sua única fonte de renda.

Nesse sentido para a autora os elementos de origem do artesanato são: habilidade, motivação, liberdade de produção e de conhecimento. Por esse ângulo, Bialogrski (2005) defende que o artesanato deve ser analisado e compreendido além

¹¹ UNESCO é a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura. Criada em 1945, composta por 193 países participantes, tem como objetivo garantir a segurança e paz, em sistema de cooperação entre os países membros, através do desenvolvimento mundial. Atuando nas áreas Educação, Ciências Naturais, Ciências Humanas e Sociais, Cultura e Comunicação e Informação (BORGES, 2011).

de sua materialidade e produtividade. Pois, segundo a autora, um objeto artesanal é carregado de discursos imateriais¹², em um jogo de trocas de informações entre as dimensões estéticas, simbólica e de identidades.

Em vista disso, Rotman (2015, p.147) defende que “o artesanato possui uma dimensão patrimonial; expressa características significativas para a compreensão da vida dos diferentes grupos humanos. Assim, compromete múltiplos aspectos de sua realidade histórica, econômica e sociocultural”, em uma relação contínua com os âmbitos sociais, políticos e econômicos.

Então temos uma nova concepção de artesanato, em que o artesão não representa apenas o executor de uma peça. Ao contrário, ele profere os saberes que carrega em si em sua obra. Como destaca Sennett (2003), o artesão possui a capacidade de ser condescendente com a desordem, a insegurança e mesmo com o defeito. Mas além disso, o artesão tem a habilidade de transmitir em sua obra o melhor de sua técnica. A habilidade de refinamento técnico para desenvolver peças requintadas requer do artífice predisposição para realizar tarefas de caráter repetitivos, porque dessa forma irá aperfeiçoar seu saber fazer.

Nesta questão de melhoramento da técnica, o autor ainda salienta a importância da mão (fazer) como ferramenta inteligente e habilidosa, juntamente com a cabeça (saber) que permitem ao artesão criar. Por conseguinte, o artesanato seria a combinação do uso da mente e das mãos, em uma produção simbólica de corpo e espírito em sintonia, para a criação.

A pluralidade que existe nas obras artesanais produzidas, pode ser compreendida pelo estilo de vida dos artesãos que compõem diferentes grupos étnicos, econômicos e religiosos. As inúmeras técnicas de criação e de transmissão aprendidas e o próprio contexto social em que estão inseridos se manifestam nesse ofício. Mas, de certa forma, apesar das diferenças existentes, se estabelece um ponto comum a todas as expressões artesanais: a utilização da técnica manual (ROTMAN, 2015).

No viés da diversidade das obras, essas são produzidas de acordo com o desejo e a necessidade do artesão. As mãos tecem, moldam, desmontam,

¹² Imaterialidade, do ponto de vista cultural seria o saber, os valores e as crenças (BIALOGRSKI, 2005).

montam, esculpem, trançam, criam e recriam inúmeros artefatos, que se diferem entre si no saber fazer aplicado e nos valores simbólicos que carregam. Pode-se seguir um modo de fazer, um molde, mas cada peça é única. Keller (2014) defende que cada acabamento e detalhe transforma a matéria-prima em um novo objeto estético e representativo, transmissor de uma mensagem característica do conhecimento e destreza de seu criador. Vindo ao encontro com o que foi salientado anteriormente, Araújo (1985) defende:

O artesanato tem muito de arte no conceito tradicional, não só pela continuidade do elemento que representou o molde inicial, mas também porque sem a mecanização standard e por se constituir uma serialização manual, cada novo objeto é recriado dependendo das condições do material a trabalhar e dos instrumentos de trabalho. Cada nova forma surge como recriação, recebendo o toque pessoal do artesão.

Logo, a valorização do artesanato, se apresenta pela característica que também possui de ser meio de inclusão sociocultural, uma vez que é fonte de renda, considerado por muitos artesãos como uma profissão. Do mesmo modo, o artesanato possui a característica de ser uma produção de grupos familiares, em um formato informal, como uma complementação de renda (KELLER, 2014).

Por fim, Chiti (2003) acredita que a conservação do sentido de artesanato na sociedade atual, permite a esse ofício se destacar como uma relevante atividade trabalhista, possibilitando aos atores sociais que não estão inseridos ou exercendo ocupação no sistema de trabalho formal, uma via de escape dessa situação através desse ofício.

1.2 A criação dos tentos de uma tradição

1.2.1 A tradição que se modifica

Em relação ao artesanato classificado como tradicional, modelo que iremos utilizar na pesquisa para a caracterização do objeto guasqueria, temos a definição de acordo com o SEBRAE¹³ (2010, p.14) que o define como o “conjunto de artefatos mais expressivos da cultura de um determinado grupo, representativo de suas tradições, porém incorporados à sua vida cotidiana”. Essa forma de produção

¹³ SEBRAE é o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Cujas funções são estimular o empreendedorismo no Brasil (SEBRAE, 2010).

baseia-se na estrutura familiar, na representação cultural de uma comunidade. No conhecimento gerado e difundido de uma geração a outra. Com isso, se faz importante explorarmos a construção de uma tradição, e sendo assim, partirmos da ideia de costume, momento em que, no século XVIII, na Europa os costumes ainda permaneciam e estavam presentes nesse contexto de forma arraigada.

Thompson (1998) salienta que “costume” seria a ação comum que praticam um grande número de indivíduos, ou, em suas palavras, “a segunda natureza do homem” (p.14). Seguidamente, com a emergência de um novo tempo (Era Industrial) que supostamente transformaria a cultura do povo, não haveria a necessidade da permanência de certos costumes antigos/primitivos/bárbaros, já que não possuiriam mais representatividade. Pois, a cultura definida nos termos de Thompson parte da declaração:

Não podemos esquecer que “cultura” é um termo emaranhado, que, ao reunir tantas atividades e atributos em um só feixe, pode na verdade confundir ou ocultar distinções que precisam ser feitas. Será necessário desfazer o feixe e examinar com mais cuidado os seus componentes: ritos, modos simbólicos, os atributos culturais da hegemonia, a transmissão do costume de geração para geração e o desenvolvimento do costume sob formas historicamente específicas das relações sociais e de trabalho (1998; p).

O autor demonstra em suas palavras a importância de percebermos a cultura em seus detalhes pormenores, em seus componentes de estruturação, dos costumes, tradições e identidade, para se iniciar um processo de compreensão da diversidade cultural. Pois, assim como Thompson, Geertz (2008) irá afirmar que a cultura não é algo fácil de ser interpretada como uma história já escrita, ao contrário, se faz complexa devido aos fatos sociais e às mudanças de contexto.

Para Thompson, a educação e religião (da classe alta), teoricamente direcionariam a vida de todos e eliminariam certos costumes das classes inferiores.

Para que a sociedade seja feliz e o povo tranquilo nas circunstâncias mais adversas, é necessário que a grande parte dele seja ignorante e pobre. O conhecimento não só amplia como multiplica nossos desejos [...] Portanto, o bem-estar e a felicidade de todo Estado ou Reino requerem que o conhecimento dos trabalhadores pobres fique confinado dentro dos limites de suas ocupações e jamais se estenda (em relação as coisas visíveis) além daquilo que se relaciona com sua missão. Quanto mais um pastor, um arador ou qualquer outro camponês souber sobre o mundo e sobre o que é alheio ao seu trabalho e emprego, menos capaz será de suportar as fadigas e as dificuldades de sua alegria e contentamento. A leitura, escrita e a aritmética (...) são muito perniciosas aos pobres (MANDEVILLE apud

THOMPSON, 1998; p.15).

A busca para terminar com costumes ancestrais, de acordo com o autor, ocasionou uma alienação que acometeu a Europa, e a partir disso surgiu a ideia de folclore¹⁴, onde pesquisadores da camada superior buscavam compreender e registrar os excêntricos ritos e tradições da plebe, como se tratando de fenômenos exóticos. Como consequência, o folclore nasce do preconceito da ilusão de superioridade de uma classe social em relação a outra. O costume então torná-se objeto do passado que ainda sobreviveria timidamente no presente, com poucos vestígios, às margens da modernização (THOMPSON, 1998).

Assim, no século XIX, colecionadores começaram a procurar resquícios dos costumes da classe tida como inferior, que era fonte de interesse, pela peculiaridade, já que possuíam modos incompreensíveis de vida aos olhos da elite. De tal modo, esses costumes tornaram-se obsoletos, rudimentares, porque foram reinterpretados fora de seu contexto de atuação, de acordo com o autor precitado. Então suas práticas ao olhar externo, sem referência, acabam por tornar-se meramente superficiais, desprovidas de carga simbólica.

Nessa perspectiva, muitas das reivindicações feitas pela emergente cultura dos trabalhadores na primeira Revolução Industrial, como melhoria nas condições de trabalho e na adequação de um salário justo, buscam também retomar seus antigos costumes. Por exemplo, as procissões em agradecimento a uma divindade ligada ao ofício que no século XVIII eram celebradas, mas foram interrompidas no século XIX. Porém, Thompson advoga que costume não pertence à tradição¹⁵, pois é um elemento de discussão, de transição e de mudança.

No contexto industrial, ideias e direitos que antes eram salvaguardados e garantidos pelos direitos consuetudinários fundamentados em tempos imemoriais, partindo de costumes como base de lei, acabam por perder importância e espaço, a memória dos mais velhos já não possui o mesmo poder. Esta inclinação do autor

¹⁴ Folclore I – Narrativas tradicionais (contos populares, contos de heróis, baladas e canções, lendas); II – Costumes tradicionais (costumes locais, festas consuetudinárias, cerimônias consuetudinárias, jogos); III – Superstições e crenças (bruxaria, astrologia, superstições e práticas de feitiçaria); IV – Linguagem popular (ditos populares, nomenclatura popular, provérbios, refrões e adivinhas) (ALMEIDA, 1974, p.11).

¹⁵ Neste contexto Thompson (1998) considera tradição como algo fixo e imutável.

demonstra a força que os anciões possuem em limitar as regras de condutas. Eles acabam perdendo espaço quando os gestos, as atitudes, os hábitos e as tradições passam por um processo de readaptação na modernidade, principalmente no sistema trabalhista.

Em outro prisma, tradição e costumes se diferem, pois de acordo com Gadamer (1996) eles não podem ser igualados. Os costumes possuem a impossibilidade de se concretizarem de forma espontânea e livre, para tanto, sua efetivação ocorre fundamentalmente pela tradição, sendo esta compreendida através do ponto de vista de que os hábitos e linguagens adquiridos de uma cultura através das trocas dos indivíduos lhe pertencem em um foro social.

Consequentemente, este fato nos insere em um mundo histórico que nos antecede, em que somos limitados ao acessá-lo. Alguns elementos se conservam e se transformam a partir de um novo olhar e necessidade. Assim:

Em nosso comportamento com respeito ao passado, que estamos confirmando constantemente, a atitude real não é a distância nem a liberdade com respeito ao transmitido. Pelo contrário, nos encontramos sempre em tradições, e este nosso estar dentro delas não é um comportamento objetivador que pensou como estranho ou alheio o que disse a tradição; esta é sempre mais algo próprio, exemplar ou aborrecível, é um reconhecer-se naquilo que para nosso juízo histórico posterior não se percebe apenas conhecimento, senão um imperceptível ir transformando-se ao passo da mesma tradição (GADAMER, 1996, p. 350).

Segundo o autor, alguns elementos de reprodução estão presentes na tradição, porém, ela não significa apenas isso. O encontro entre passado e presente, a constitui. Nesse sentido, se produz algo no presente que pertence ao passado, mas com um novo significado. Então em cada contexto, por exemplo, uma técnica será interpretada de forma diferente. O caráter de permanência da tradição se confirma quando cada cultura conserva alguma característica que simboliza o que era anteriormente, só que no presente sofre com o hibridismo¹⁶.

Para Gadamer (1996), não existem meios de adquirir uma apropriação plena da tradição. Ela pertence a outra dimensão do conhecimento, seu arcabouço está calcado na conservação, mas também na mobilidade do tempo e da cultura,

¹⁶ Hibridismo essa transformação de uma cultura, em troca constante com uma ou mais culturas. Em que os valores são repensados, e transformados. Uma cultura múltipla, diversa que está sempre em um processo de combinação de conhecimentos (GADAMER, 1996).

sempre em transformação. Nessa concepção, a tradição permite a liberdade de expressarmos o passado sem repetí-lo integralmente, e sim modificando-o em um diálogo constante com o presente. Essa fronteira limitada se apresenta na situação de que a razão humana não consegue abarcar tudo. Os atores culturais são seres ativamente produtores, criam e recriam uma cadeia de valores hierárquicos. Alguns expoentes são mais legitimadores que outros, no caso a tradição que carrega em si um legado de veracidade e elementos memorizantes de forte ação.

Dessa forma, as tradições nascem, como afirma Barth (2000), das relações culturais e sociais dos sujeitos. Em uma rede de interações que se afetam mutuamente, todas as ações realizadas por um sujeito afetam outras dimensões de sua vida, gerando experiências e informações que dão origem ao saber simbólico do sujeito, ou informalmente à sua bagagem cultural, que são as tradições de conhecimento.

A partir da bagagem cultural e da cadeia de valores hierárquicos, a tradição se sustenta, em meio às memórias produzidas coletivamente¹⁷, da troca entre sujeitos, das demandas e ideias que surgem. Seu caráter legitimador facilita o processo de reconstrução sociocultural na modernidade (GRUNEWALD, 2003).

A tradição, nessa concepção de transmissão e de elementos memorizantes, se fixa com uma criação humana, uma maneira de suprir uma necessidade, passível de ser retransmitida e reinterpretada, de modo que, não tem como se manter estagnada, uma vez que a cultura é continua. Com isso, novos valores vão ser criados em oposição aos valores tradicionais existentes, que irão perder seu espaço, se já não cumprirem mais o papel para o qual foram criados. Assim, os saberes tradicionais, permanecem em meio ao ciclo de criação/transformação social, porque, se moldam às alterações impostas pelo contexto em que estão inseridos (LENCLUD, 2013).

Como a tradição é socialmente constituída, Hobsbawm (1984) ressalta que ela não pode ser percebida como algo intocável, homogêneo e petrificado em um contexto atemporal. Reconhecendo-se as modificações culturais que ocorrem em

¹⁷ Memória Coletiva é uma representação, uma expressão da metamemória, um discurso reproduzido sobre uma suposta memória comum e compartilhada como todos os sujeitos que compõem um grupo social (CANDAU, 2011).

todos os espaços/tempo, encontrar uma tradição dita em sua origem é uma tarefa impossível, pois, não existem meios ou registros para se saber quando começaram. Então, toda tradição é uma invenção, se manifesta por meio de ritos e costumes ligados a certos elementos do passado. Contudo, só é criada quando práticas antigas se dissolvem e se transformam. Nesse caso, os sujeitos possuem a necessidade de inventarem uma nova tradição, já que suas bases tradicionais anteriores desapareceram ou não são mais passíveis de serem seguidas. Por exemplo, a suposta tradição gaúcha (mitos de origem).

Em uma abordagem mais precisa:

[...] por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza natural ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado (HOBSEBAWM, 1984, p. 9).

O fim de uma tradição pode ser um processo doloroso, principalmente quando o idealizador/impositor de uma nova tradição é o Estado, o que era então estabelecido e conhecido é suplantado pelo novo e desconhecido. Os sujeitos têm que se adaptarem às novas regras de vida e de convivência em sociedade, suas identidades passam por um turbulento processo de influências modificadoras. Já o costume pressupõe-se na concepção de que é passível de mudança, desde que conserve certa compatibilidade com o costume do qual se originou (HOBSEBAWM, 1984).

A tradição para Candau (2011), é um mecanismo de transmissão, que possibilita que elementos fortemente organizados em estruturas socioculturais sólidas possam ser memorizados e assim compartilhados por muito tempo, no qual, a dualidade do lembrar e do esquecer permite as ações das tradições e sua existência.

Tal fenômeno maleável da cultura e da tradição pode ser observado no processo de guasqueria, que carrega em si elementos tradicionais, porém, com elementos de adaptação às modificações contextuais se apresentam. Segundo Luvizotto, a tradição nesse sentido:

[...] persiste e é (re) modelada e (re) inventada a cada geração. Assim,

pode-se dizer que não há um corte profundo, ruptura ou descontinuidade absoluta entre o passado, o presente e o futuro. A compreensão do mundo é organizada pela tradição, pelo fato de ela ser fundamentada na superstição, na religião e nos costumes. A ordem social baseada na tradição expressa a valorização da cultura oral, do passado e dos símbolos enquanto fatores que perpetuam a experiência das gerações, e, nesse sentido, conhecer é ter habilidade para produzir algo e está ligado à técnica e à reprodução das condições do viver (2010; p.66).

Assim, a guasqueria possui esse caráter tradicional, devido a ser um ofício de técnicas aprendidas e transmitidas, em uma reprodução do saber-fazer do cotidiano, no caso o trabalho de peão. Para isso vale utilizarmos a declaração do guasqueiro Marcos Tissot (2016) que, com o seu pai, que era um peão de estância, iniciou seu processo de aprendizagem em criar cordas de couro que iriam ser utilizadas no serviço de campo. Já em sua maior idade, também seguiu na profissão de peão, principalmente por residir no espaço rural desde a sua infância. Como já sabia criar cordas de couro seu equipamento de montaria era todo produzido unicamente por ele. Com o passar dos anos ele diferencia o trabalho de peão do de guasqueiro, em suas palavras “depois mais adiante, que tu viras guasqueiro e só trabalhas nisso, é diferente de trabalhar como peão”. Ele fez essa observação, devido ao fato de que na guasqueria possui liberdade para trabalhar. No serviço de peão, segue-se um horário de tempo específico e tem que estar pronto para cumprir as mais diversas atividades campeiras.

As técnicas que seu pai lhe havia transmitido, de acordo com seu olhar, eram manejos simples, ou seja, apenas arremates de peças já prontas, mas que estavam danificadas. Fixando-se no fato da base da guasqueria em transformar a matéria-prima em um material maleável para se produzir, segue a sequência de estaquear, lonquear, sovar, cortar as guascas e tirar os tentos. É esta sequência de técnicas que o guasqueiro Marcos Tissot afirma que não muda. Em sua família ocorreu a transmissão de um saber-fazer de pai para filho, porém, ressaltou que o mesmo não ocorreu com o seu filho que nunca se interessou pelo ofício, acredita que isso aconteceu, porque “talvez se morasse no campo buscasse aprender como eu também”. Nessa perspectiva, percebemos a influência que o espaço rural e o trabalho como peão têm na vida do guasqueiro. Afinal, Marcos Tissot reside agora na cidade, zona urbana, não se dedica mais a lida campeira, mas segue sendo guasqueiro.

Nessa questão de transmissão do saber-fazer, o guasqueiro Justus Soares

(2016) também conta que aprendeu as técnicas de guasqueria com seu pai, que em sua percepção sabia apenas técnicas básicas de guasquear. Ensinou-lhe que para aprender guasqueria sempre se devia ficar observando atrás de quem está produzindo, acompanhando o movimento das mãos e os intrincados caminhos dos tentos. A partir disso, aos dez anos já conhecia a base para ser um guasqueiro, e com o passar dos anos foi se aperfeiçoando. Em sua infância também morou no campo, e já trabalhou de peão. Seu filho se interessou pelo ofício e aprendeu com ele os manejos da guasca.

Em relação aos dois primeiros casos, o guasqueiro Pedro Pires (2017) se diferencia, pois buscou aprender guasqueria por conta própria e foi atrás de informações sobre técnicas de criação em couro cru, mas, assim como os outros dois guasqueiros, também exerceu a profissão de peão e morou em sua infância no meio rural. Enquanto ainda era peão descobriu a necessidade de saber fazer cordas de couro, então começou a praticar os cortes de tentos, inicialmente esses saiam demasiadamente espessos. Certo dia ao observar um guasqueiro antigo a ensinar outra pessoa como se tira tentos finos para tranças aprendeu como fazer. E assim iniciou-se neste ofício por ser algo que “lhe agrada”.

A técnica aprendida através da observação, e de alguns ensinamentos com outros guasqueiros, lhe permitiu desenvolver sua própria forma de trabalhar o couro cru. Acredita que sua técnica de desenvolvimento com a prática tornou-se melhor, mais adequada, pois, inicialmente, errava muitas passadas de tentos para originar as tranças, porém conseguiu dominar essa habilidade ao repetir a ação muitas vezes. Ressalta a importância de cuidar do jeito em que se sova a matéria-prima, porque, de acordo com ele é uma fase extremamente delicada, caso o guasqueiro não tenha cuidado pode danificar a guasca de couro ao sová-la de maneira errônea.

Em uma visão geral, podemos observar que os sujeitos que se dedicam a esta forma de expressão artesanal possuem uma forte ligação com a vida e o trabalho no campo. Iniciam nessa prática muito jovens, por estarem no contexto em que a guasqueria era algo necessário para o trabalho cotidiano do peão, ao criarem suas cordas e acessórios de montaria, e, principalmente, por um familiar, no caso a figura paterna, ou de algum conhecido, saber e transmitir seus

conhecimentos sobre as técnicas artesanais em couro cru. Destaca-se também a similitude dos casos analisados ao nos depararmos com o fato de todos os guasqueiros terem sido também peões ou em um termo mais utilizado por eles, “campeiros”. Demonstrando então que os objetos criados na guasqueria que segue uma linha tradicional, são os aparatos equestres como as boleadeiras, os freios, as rédeas, as maneias, os rebenques e outros.

Porém, eles não produzem apenas essas peças, algo que podemos notar como um fator de que a guasqueria não é algo estagnado; ao contrário, esses sujeitos aprenderam a bordar com tentos finos, e assim são capazes de fazer os mais intrincados desenhos, trançarem para criarem botões para casacos, ou para fazer alguma peça de joalheria (ALVARES, 2014) ou de uso cotidiano, como cintas e chaveiros, além da adoção de nova matéria-prima, como o couro branco e a corda de seda ou náilon. Ressalta-se que o ateliê de produção das peças em guasca, na maioria dos casos, é o espaço onde esses sujeitos passam a maior parte de seus dias: o local remete muito a uma espécie de galpão com todos os aparatos, as ferramentas e peças de couro que compõem o cenário. Assim, o guasqueiro vive a guasqueria, é uma expressão de saber-fazer que pode ser considerada tradicional, e como toda tradição passa por transformações e readaptações.

1.3 Guasqueiro ou artesão

1.3.1 A identidade e os guascas

Como mencionado anteriormente, a guasqueria possui elementos artesanais ligados a um aprendizado tradicional de transmissão de pai para filho, ou de guasqueiro para guasqueiro. A partir dessas considerações podemos iniciar uma discussão em torno da formação da identidade do guasqueiro, em seu autorreconhecimento de produtor desse ofício, em uma distinção pessoal entre artesanato e guasqueria. Para isso iremos utilizar alguns conceitos sobre identidade.

Partimos do pensamento de Candau (2011) ao afirmar que identidade é algo social, que se desenvolve nas interações entre sujeitos, das trocas de

informações e das relações próximas (famílias, amigos, colegas de trabalho, conhecidos e outros), assim como dos contextos ao qual está inserido. Esse conjunto de fatores, influenciará na identidade do sujeito.

Nessa ação de influências o sujeito começa a construir sua identidade, em um discurso da diferenciação, em que Hall (2000) esclarece como sendo o momento em que eu me reconheço perante o outro, em um jogo de percepção de mim (quem sou, o que sou, o que quero, o que gosto, como sou), na criação da personalidade própria, em relação aos diversos grupos sociais de outros, aos que irei pertencer ou com os quais terei contato.

As diferenças de Eu e Outro demarcam o reconhecimento da diversidade identitária, do multiculturalismo, sendo para o autor a desvinculação de uma concepção de identidade homogênea. Em suas palavras: “mesmidade que tudo inclui, uma identidade sem costuras, inteiriça, sem diferenciação interna” (p. 109). Todos iguais, padronizados e em série, em que o diferente seria considerado errado e rechaçado.

A concepção ilusória de uma única identidade para todos, utiliza como ferramenta elementos de identificação compartilhados, objetos memorizantes de feitos gloriosos, que irão incutir um sentimento de pertencimento. Esse uso de mecanismos sociotransmissores¹⁸ (CANDAU, 2011) é um elo criado e transmitido de uma geração a outra, estabelecendo-se assim uma ideia de fazeres e ações usuais a todos, em uma estruturação social para a criação de uma identidade. Dessa forma, Hall, não está afirmando que a ideia de pertencimento a um grupo seja algo prejudicial, ele apenas esclarece que uma identidade única acaba sendo uma forma de exclusão daquelas pessoas que não se encaixam nas características consideradas adequadas à sociedade.

Assim, podemos citar um exemplo utilizado pelo autor, para a criação de uma sociedade original, a estratégia de comunicação criada, que utiliza a ideia de uma identidade nacional, patriota, começa com a construção de uma ligação partilhada entre muitos.

Essa estratégia pode ser explicada através de cinco formas: a primeira

¹⁸ Esses elementos sócio transmissores para Candau (2011) incutem regras de comportamento e formas de organização humana na sociedade. Em uma diretriz de regulamentação da protomemória, na concretização de uma memória de alto nível e na continuidade da metamemória.

utiliza a significação de nação, empregando os mecanismos de conhecimento bibliográfico como a história, ao relembrar, através de comemorações, as façanhas vitoriosas do passado. A segunda estratégia baseia-se na transmissão de uma tradição, de um passado que pode ser decifrado e rememorado a qualquer momento. Esse passado presente faz com que se produza uma identidade única que nunca se modifica, intrinsecamente aos sujeitos da mesma sociedade. Já a terceira, seria o caráter repetitivo da tradição, em seguir sempre os mesmos valores, ideais e práticas e códigos do passado, que regiam o comportamento moral da comunidade. Como penúltima estratégia o autor menciona a origem da construção de uma comunidade. A História novamente aparece como mecanismo de localização dos alicerces de fundação, dos grandes heróis e das lendas mitológicas que o tempo não pode apagar. Finalmente, a quinta estratégia se apresenta com a ideia de que todo o povo de uma nação é único, gerado em tal solo sem impurezas de outras sociedades (HALL, 2006).

Podemos perceber o papel da História na criação de uma nação hegemônica, como o meio de rememorar e recriar, onde o ciclo do tempo dividido em passado- presente-futuro seria inquebrável, sem descontinuidades nessas identidades homogêneas, rejeitando completamente a diversidade cultural.

A diversidade passa a ser reconhecida na modernidade em meados do século XX, quando se iniciaram os movimentos identitários, em que as antigas identidades ditas autênticas, que estruturavam a sociedade, sofreram rupturas. Com essas, a noção de unidade foi suplantada pela de diversidade. O sujeito moderno então possui identidades em um jogo de quebra-cabeça onde as peças já não formam um todo uno e estruturado. Em um discurso em que a identidade do Eu também é diferente de si em alguns momentos sociais. Como argumenta Hall (2006, p.21):

[...] a identidade muda de acordo como o sujeito é interpelado ou representado, a identificação não é automática, mas pode ser ganha ou perdida. Ela tornou-se politizada. Esse processo é, às vezes, descrito como constituindo uma mudança de uma política de identidade (de classe) para uma política de diferença.

Nessa mudança do uno ao diverso, se faz importante mencionarmos três concepções de identidade encontradas em Hall, como a iluminista: o sujeito é o centro de tudo. O ser humano é dotado de todo o conhecimento e poder.

Intrinsecamente permaneceria um Eu totalmente isolado. Conservar-se-ia idêntico/imutável e individual ao longo da existência, porém, sempre progressivo. A concepção sociológica: considera o sujeito sendo ativamente influenciado pelas relações sociais. O sujeito como um ser dependente de suas criações culturais, como signos, objetos e valores culturais. A identidade surgiria da troca entre o sujeito/eu e a sociedade/outro. E a concepção pós-moderna, que considera o estado de fragmentação do sujeito e do espaço social, sem a existência de um Eu permanente, de uma identidade universal e fixa.

Então, podemos utilizar como parâmetro do reconhecimento das diversidades identitárias, as mudanças socioculturais. O sujeito percebendo a pluralidade, as mesclas, os múltiplos, pois:

Nem a identidade de corte, caracterizada dos Estados burocráticos modernos, nem a identidade do empresário racional, impondo num mercado uma lógica racional econômica capitalista, nem o militante revolucionário, fundindo com a sua causa comunista e o aparelho que pretende encarná-la, podem servir de polo de identificação comum, universalmente legítimo e desejável (DUBAR, 2006; p.50).

A identidade como universal se divide em meio à infinidade de sociedades multiculturais. O discurso de identidade era “uma espécie de abrigo virtual ao qual é indispensável nos referirmos para explicar um determinado número de coisas, sem que este tenha jamais uma existência real” (STRAUSS, 1979, p.332).

No discurso de identidade, por conseguinte, retomamos a relação do Eu e o Outro (alteridade) que surge na formação de uma cultura, com a transformação do meio, da criação de signos, permitindo ao sujeito se reconhecer através da presença de outro agente. Como declara Passeron (1991, p.325):

Essa cultura, que nós chamamos ‘declarativa’, se oferece então à observação na linguagem frequentemente prolixa da auto definição, sobretudo quando ela consegue se fazer teoria (mito, ideologia, religião, filosofia) para dizer e argumentar tudo o que os praticantes de uma cultura fazem-na significar, reivindicando-a como marca de sua identidade, por oposição a outras.

A oposição perante outros, faz com que surjam os conflitos identitários, que são de certa maneira demarcados, em uma luta de combate à diversidade, um sentimento de reconquistar o semelhante e a unidade. Neste processo, o outro de fora, estrangeiro e marginal, é assimilado e transformado em um dos nossos, em um empenho que deve partir dele mesmo em sua adaptação identitária. Pois, “sejam bem-vindos todos, de onde quer que tenham vindo, desde que todos, por

mais longínquo seja o lugar de onde vieram, façam o mais rápido possível um esforço para tornar-se como nós” (Landowski, 2002, p.05).

Para tanto, a presença do outro à noção do coletivo, dos grupos ao qual se pertence influencia diretamente na formação identitária, principalmente considerando o contexto social e cultural. Em vista disso Cuche (1999) coloca:

Não se pode pura e simplesmente confundir as noções de cultura e de identidade cultural ainda que as duas tenham uma grande ligação. Em última instância, a cultura pode existir sem consciência de identidade, ao passo que as estratégias de identidade podem manipular e até modificar uma cultura que não terá então quase nada em comum com o que ela era anteriormente. A cultura depende em grande parte de processos inconscientes. A identidade remete a uma norma de vinculação, necessariamente consciente, baseada em oposições simbólicas (p. 176).

Já em outra perspectiva, o autor define que a “identidade social de um indivíduo se caracteriza pelo conjunto de suas vinculações em um sistema social: vinculação a uma classe sexual, a uma classe de idade, a uma classe social, a uma nação” (p. 178).

Cuche alerta para os cuidados que se deve ter com a utilização de identidade social como mecanismo de inclusão, já que ela também pode ser identificada como um dispositivo de exclusão. Na mesma medida que inclui, essa concepção aparta, ou seja, “ela identifica o grupo (são membros do grupo os que são idênticos sob certo ponto de vista) e o distingue dos outros grupos (cujos membros são diferentes dos primeiros sob o mesmo ponto de vista)” (p.177). Com isso, temos na identidade tida como cultural um modelo de diferenciação das representações culturais, calcada nas diferenças culturais do Nós e Eles.

O autor trabalha com dois vieses, que definem a identidade, como o objetivista, em que a mesma se manifesta como algo próprio e vinculado ao sujeito, a ideia balizadora está nas raízes culturais do sujeito, estabelecendo a identidade como inalterável “a identidade seria preexistente ao indivíduo que não teria alternativa senão aderir a ela, sob o risco de se tornar um marginal, um “desenraizado”. Vista desta maneira, a identidade é uma essência impossibilitada de evoluir” (p. 178).

Já na vertente subjetivista, a identidade torna-se elemento de identificação do sujeito frente ao grupo, sendo capaz de optar por determinadas coisas de maneira individual, ou seja, a identidade “como representações que os indivíduos

fazem da realidade social e de suas divisões” (p. 181). Nessa visão, a identidade pode expressar sua diversidade.

A identidade parte das escolhas que fazemos, desde religião, a cor favorita, parte do se reconhecer através de um processo de alteridade frente a si mesmo e ao outro, em um jogo de olhares entre Eu e o Outro em que “as máscaras que exibimos então e depois ao mundo e aos seus habitantes são moldadas de acordo com o que se consegue antecipar desses julgamentos” (STRAUSS, 1999; p. 29).

De certa forma, o sujeito social ainda não compreende todas as nuances do sistema de reconhecimento de si e do outro, e as formas de se comunicar frente a isso. Nossa relação de comunicação com outro é instável e insegura, marcada pela tentativa insatisfatória de compreensão desse, porque buscamos nos posicionar sempre a partir do olhar do outro para demonstrarmos nossas identidades (DUBAR, 2005).

A sociedade está em um processo contínuo de hibridação, em que diversos fatores culturais tradicional/moderno e o homogêneo/diverso interagem entre si e dão origem a novas identidades. Já que “a identidade, mesmo em amplos setores populares, é poliglota, multitécnica, migrante, feita com elementos mesclados de várias culturas” (CANCLINI, 2008, p. 131).

Em relação à construção da identidade do Eu, Dubar (2005) afirma que ela é criada na infância e se modifica, se reestrutura e adapta-se durante o tempo de existência do indivíduo, ou seja, não é algo fixo e determinado. O sujeito só a produz em meio ao universo social, na dicotomia eu/nós, como já mencionado. Nesse sentido, a autora define identidade como:

A identidade nada mais é que, o resultado a um só tempo estável e provisório, individual e coletivo, subjetivo e objetivo, biográfico e estrutural, dos diversos processos de socialização que, conjuntamente, constroem os indivíduos e definem as instituições (DUBAR, 2005; p. 136).

Como já trabalhados pelos autores anteriores utilizados nesta pesquisa, Dubar reforça a concepção de identidade como uma criação social, influenciada pelo reconhecimento do outro e as mudanças culturais de seu contexto. Sendo então um fator móvel e contínuo.

Assim, a identidade percebida como diversa nos permite discutir a relação

entre guasqueiro e artesão. No início dessa pesquisa ocorreu o questionamento: a guasqueria é uma prática artesanal, e, portanto, quem a pratica, seria artesão ou seria guasqueiro? Ou as duas denominações?

A forma mais eficiente para compreendermos esse questionamento parte dos próprios sujeitos que produzem guasqueria. Para tanto, ao perguntar diretamente ao guasqueiro Marcos Tissot (2016), esse observou surpreso e rapidamente disse “sou artesão”. Esse comentário apressado foi justificado pelo simples fato de possuir uma carteira de artesão, disponibilizada pela prefeitura da cidade. Pois, em dado momento ele esclareceu “antes eu era guasqueiro”. Mas então, ele pessoalmente reconhecia-se como guasqueiro, porém “eles não dizem guasqueiro quando se vai fazer a carteira, aí não sei dizer: pode ser guasqueiro, pode ser, acho que guasqueiro e artesão, os dois”.

Então fica claro em sua fala a dúvida de como se identificar, sendo que ele ponderou sobre como se referia antes de possuir um documento que o classifica em seu ofício. Não obstante, também define como guasqueiro “trabalhar o couro cru, estaquear e lonquear para fazer as cordas” (MARCOS TISSOT, 2016), algo que destaca que ainda realiza.

Dessa forma, por possuímos identidades, o guasqueiro Marcos Tissot pode se reconhecer como artesão por causa da carteira, e também pode ser guasqueiro, devido à forma que trabalha o couro cru. Como ressaltou Dubar (2005), a identidade de um sujeito está sempre em um processo de reinterpretação. A sociedade está relacionada com a identidade do artesão e de sua obra, e interfere nas relações de produção, execução e circulação do artesanato.

Nesse processo de interpretações de identidades, o guasqueiro Justus Soares (2016) acredita que a ideia de artesão é uma criação moderna, algo com o que ele não se identifica, pois, categoricamente afirma “sou guasqueiro, é minha profissão”. Não importa se está aposentado, esse ofício faz parte de sua vida. Para ele, por ser atual a concepção de artesão, essa só se iguala à do guasqueiro porque também faz objetos manualmente. Nesse caso, a alteridade entre guasqueiro e artesão, faz com esse sujeito se autolegitime como guasqueiro.

Já ao questionar o guasqueiro Pedro Pires (2017), este elucidou categoricamente que é guasqueiro, devido a trabalhar com matéria prima natural, o couro cru em seu estado não tratado (com pelos). Menciona que é diferente do sujeito que produz com couro branco industrializado, uma matéria-prima que considera ruim. Além dessa distinção entre a matéria-prima, simplesmente não “lhe agrada”, o termo artesão. Nesse caso, o sujeito está bem consciente do porquê se considera guasqueiro, ao trabalhar apenas com couro-cru. Esse fato é importante para entendermos que na guasqueria, para seus produtores, a matéria-prima é fator de determinação. Como também, a técnica de produção.

A forma e os objetos produzidos são elementos importantes para o guasqueiro Justus Soares (2016) na indagação sobre ser guasqueiro e/ou artesão “porque vejo os que se consideram artesões e fazem uns trabalhos tão assim, então por que não posso ser também, se eu faço esse trabalho tão rico?” (JUSTUS SOARES, 2016), referindo-se ao material exposto em seu ateliê.

Em suas observações, pode-se notar que não ocorreu nenhuma distinção entre ser artesão ou ser guasqueiro. Há o autorreconhecimento de ser um guasqueiro que produz artesanato, algo irregular, com manchas, com marcas e singular. Nessa imperfeição o artesanal se difere do industrial. E o ser guasqueiro ou/e artesão está presente na guasqueria, que pode comportar as duas formas de categorização.

Essas informações, obtidas através da entrevista semiestruturada, nos permitem tecer algumas conjecturas a serem seguidas ao longo da pesquisa. Primeiramente, a guasqueria tem sua origem ligada ao homem do campo, ao trabalho nas fazendas de gado, principalmente pelo fator de desenvolvimento da produção e comercialização do couro bovino cru. Os indígenas já utilizavam e transformavam essa matéria prima para criar objetos de uso cotidiano; logo, os peões de fazenda¹⁹ começaram a produzir seu equipamento de montaria, já que o custo dessas peças é elevado.

Podemos perceber a ligação da guasqueria com um ofício específico, o peão de estância, e também o valor de tradição na transmissão de um saber-fazer,

¹⁹ Importante rememoramos que os guasqueiros desta pesquisa mencionaram serem filhos de peões, ou terem sido desta profissão em algum período de sua vida, e por esse motivo aprenderam a técnica da guasqueria, para consertar ou produzir seu material de trabalho.

de pai para filho, em seguir as bases de uma técnica, que é aperfeiçoada com o tempo, no caráter de repetir alguns gestos e padrões (na estrutura já mencionada de carnear, estaquear, secar, lonquear, sovar, cortar as guascas, tirar tento e trançar). Nesta repetição temos a identidade do sujeito guasqueiro que está sempre em um processo de autorreconhecimento e reinterpretação. Então, a guasqueria é um ofício que possui intrinsecamente em si tradições e identidades.

1.4 Bordando memórias

1.4.1 O compartilhamento do Comum

Como precitado sobre os engendramentos das questões de diferenciação identitárias sofridas pelos guasqueiros, em torno da problemática de se reconhecerem como guasqueiros ou artesãos, se faz necessário discorrermos sobre as questões relacionadas à memória, essa desenvolvida como algo intrínseco a nós, o lembrar como algo vital, em um processo contínuo de renovação das imagens do passado no presente.

Como argumenta Ricoeur (2007) a memória tem como múnus a lembrança, em um ato de coerção subjetiva a nós, em um laço emocional e social do direito que o outro possui de não ser esquecido. Em um movimento de compartilhamento, em que não recordamos apenas as representações de nós mesmos, mas de nossas relações de vivência com o mundo, das experiências com o outro e com o contexto. As minhas memórias não ficam pressas apenas a Mim, à minha imagem, uma vez que não vejo apenas o Eu em minhas lembranças, seja praticando alguma ação ou aprendendo algo, mas sim observo situações de mundo e de mundos nas quais participo e pratico ações.

À vista disso, a memória com o seu dever de partilhar as lembranças do outro que não eu, possibilita que as tradições orais tenham como finalidade a criação e o partilhamento de elementos memorizantes em processo constante de atualização, posto que elas não aludem apenas a parcelas de informações desconstruídas e esfaceladas, tendo em vista que as tradições orais adotam novos fundamentos e

adaptam esses às necessidades dos sujeitos e seus grupos (PRINS, 1992), em uma ação que envolve o eu e o meio.

Nesse seguimento, segundo Arévalo (2004), as coletividades desenvolvem e reinterpretam suas tradições de acordo com suas necessidades e o cotidiano do meio ao qual estão inseridos. Por conseguinte, a tradição, como o passado rememorado no presente, relaciona-se diretamente com a construção da identidade coletiva cultural. A identidade moldada na sociedade, é calcada na diferença da alteridade entre o eu e o outro.

Com efeito, de acordo com Peralta (2007) o trabalho da memória, além do duo lembrar/esquecer, é o da construção da identidade, solidificando valores e significações, que estabeleceram fatores comuns e diferentes de um grupo. Com isso, a memória considerada coletivamente é o arcabouço de fixação da identidade compartilhada pelos sujeitos e seus grupos sociais, permitindo assim sua existência em um contexto-tempo.

Nessa linha de argumentação, Candau (2011) apresenta a definição dos sociotransmissores, através dos sujeitos que possuem como função em um grupo, a de transmitir o saber comum a todos na comunidade. Ressaltando o fato de que as narrações são variáveis de acordo com o narrador, ou seja, elas são percebidas e compartilhadas desde diferentes percepções e compreensões, pelo que o testemunho de uma mesma ação será diferente para cada observador. Em consequência, das funções cerebrais dos seres humanos, que são únicas, em cada indivíduo, às experiências vivenciadas, e até mesmo compartilhadas por atores sociais, pôr mais que apresentem fatores comuns, serão sempre interpretadas e reinterpretadas em diferentes configurações.

Para o autor, os sociotransmissores operam como executores da protomemória²⁰, emissores de uma memória de alto nível²¹ e como propulsores da metamemória²². Possuem como dever, serem encarregados pelas atuações dos

²⁰ Protomemória, memórias que se manifestam automaticamente, que não exigem um exercício forte de evocação são: os hábitos, os gestos e a linguagem corporal/oral/escrita, em que não precisa realizar-se uma reflexão analítica, é automática, o passado apropriasse do corpo como local de ação (CANDAU, 2011).

²¹ Memória de alto nível ou memória de lembranças (ou de reconhecimento), que incorpora vivências, saberes, crenças, sentimentos e sensações, podendo contar com extensões artificiais ou suportes de memória (CANDAU, 2011).

²² A metamemória, ou seja, tanto a representação que cada indivíduo faz de sua própria memória, quanto aquilo que fala sobre ela, em uma dinâmica de ligação entre o indivíduo e seu passado, como uma memória reivindicada (CANDAU, 2011).

sujeitos sociais que instituem uma rede entre psiques, por meio de conhecimentos, de símbolos, de valores sociais e culturais. Estabelecendo assim as conexões entre memórias.

Nessa perspectiva, os sociotransmissores são atuantes ativos da narração de memórias e no seu compartilhamento, como na guasqueria com elementos de saber-fazer que são transmitidos, por diferentes recursos e técnicas, em uma construção de uma narrativa pessoal que envolve a troca de experiências entre narrador e ouvinte/aprendiz, em uma ligação de sensibilidade, sendo os lócus da memória as sensações (CANDAU, 2011).

Em meio às trocas de conhecimento que ocorrem entre sujeitos, deve-se considerar a perspectiva de Rancière (2005) da existência de um comum sensível compartilhado em que “a partilha da sensível faz ver quem pode tomar parte no comum em função daquilo que faz, do tempo e do espaço em que essa atividade se exerce. Assim, ter essa ou aquela “ocupação” define competências ou incompetências para o comum, dotado de uma palavra comum” (p. 16).

Nessa linha de visão, a concepção de um compartilhamento sensível do autor precitado, de um comum sensível no espaço-tempo e no mundo simbólico, possibilita que o comum seja observado em sua singularidade. O mesmo não deve ser posicionado em uma visão generalizada de homogeneidade coletiva identitária, pois, o comum não é genuíno, mas algo criado. Assim, temos a existência de um comum (culturas, liberdade, direitos humanos, direitos civis e outros) e também fragmentos que desse comum consolidam diferentes locais e dimensões de disputas plurais.

Logo, retomamos os sociotransmissores em que essas conexões do comum são necessárias para o compartilhamento memorial. Novamente, os sociotransmissores podem ser compreendidos como os condutores da comunicação sociocultural e da participação do sujeito social em uma regulamentação de atuação da rememoração coletiva e sua manifestação. Como exemplo, a tradição que utiliza dos sociotransmissores no ato das evocações dos símbolos que a representam na materialização de suas experiências.

Contudo, partimos do conceito de memória coletiva defendido por Halbwachs, (2004) em que certos grupos sociais apresentam elementos de uma memória compartilhada de um passado comum, cujo principal objetivo é a conservação da

sua identidade, dessa forma permitindo um prosseguimento dela ao longo do espaço-tempo. Com isso, ocorre o estabelecimento dos elementos que serão transmitidos (memória forte) dessa identidade de grupo e de sua tradição.

Os guasqueiros mais antigos podem ser encarados como suportes dessa memória coletiva das primeiras gerações de guasqueiros da cidade de Jaguarão, possibilitando a rememoração e atualização da figura do guasqueiro de couro cru. Ou seja, os elementos de produção da guasca, na sequência de criação de uma peça, são os elementos fortes transmitidos entre a coletividade de guasqueiros, permanecendo o compartilhamento sensível comum e os sociotransmissores através da técnica de trabalhar o couro cru para a confecção das obras.

Com isso, para Halbwachs (2004), só possuímos lembranças quando nos apoiamos nas recordações dos outros, e se estivermos inseridos em grupos sociais organizados pelos marcos sociais coletivos da memória, podemos recorrer ao auxílio da memória de outros sujeitos. Todavia, esse exercício de reconstruir uma lembrança do passado irá de certa forma utilizar os marcos sociais coletivos da memória, principalmente no tocante à representação dos signos, com o uso da linguagem que é uma construção social, onde uma expressão pode ser ferramenta de evocação e interpretação de lembranças.

Para demonstrar a possibilidade de verossimilidade da memória coletiva, Candau (2011) utiliza as retóricas holistas, que em sua concepção são o “emprego de termos, expressões, figuras que visam designar conjuntos supostamente estáveis, duráveis e homogêneos, conjuntos que são conceituados como outra coisa que a simples soma das partes” (p. 29). Ao empregar as retóricas holistas como mecanismo de verificação, o autor, trabalha com a relação da memória forte e a memória fraca, em que a primeira parte de um ideal de coesão e a segunda como algo inconsistente, por isso, a memória forte, como exemplo da tradição, permite a estruturação das coletividades, uma vez que, possuem elementos organizados que podem ser compartilhados.

Dessa forma, Candau, trata das metáforas de memórias compartilhadas, que não possuem teor empírico, considerando apenas alguns elementos socioculturais. Porém, não há como nos desprendermos dos efeitos das generalizações, já que eles transmitem de certa forma fatos da realidade. Para tanto, afirma que só podemos compreender a ideia de memória coletiva, a partir de certas

generalizações, de termos, de códigos, de imagens, de gestos, de hábitos que construiriam uma ilusão de estabilidade homogênea de lembranças compartilhadas.

Quando uma retórica holista remete a representações factuais supostamente compartilhadas por um grupo de indivíduos, há uma forte probabilidade de que seu grau de pertinência seja elevado. Quando uma representação holista remete a representações semânticas supostamente compartilhadas por um grupo de indivíduos, há uma forte probabilidade para que seu grau de pertinência seja fraco ou nulo (p.39).

Para que ocorra a transmissão de uma memória coletiva devem existir fatores de forte memorização dentro de um grupo, memórias fortes em sua estruturação e coesão. Uma vez que é a partir dos fragmentos de lembranças, do indivíduo e de outro, como se construirá um conjunto de memórias comuns, pois, “não pode haver construção de uma memória coletiva se as memórias individuais não se abrem umas às outras visando objetivos comuns, tendo um mesmo horizonte de ação” (CANDAU, p.48; 2011).

Segundo Halbwachs (1990), para que as memórias sejam auxiliadas por outras memórias, é necessário que elas tenham pontos de concordância e identificação comum. A possibilidade de reconstituirmos e recordamos uma lembrança que está há muito tempo no passado, é uma tarefa árdua se não fizermos mais parte do grupo, porque já não existe mais interesse e trocas de dados, não existem mais elementos de coesão, não recordo mais do que foi vivido em comum com essas pessoas com quem outrora compartilhava lembranças.

Nesse sentido, a guasqueria possui uma rede de sociotransmissores e compartilhamento sensível frente a um grupo virtualmente coletivo, uma vez que apresentam elementos de coesão em suas técnicas de produção. Os guasqueiros desta pesquisa demonstraram em seu modo de saber-fazer uma rede de conexão, transmitida e compartilhada entre esse grupo que está interligado pelo conhecimento aprendido. Mencionamos esse fato devido a que todos os guasqueiros entrevistados, de certa forma se conhecem, e até mesmo existe o caso de um ter sido aprendiz do outro no manejo de alguma peça.

É o caso do guasqueiro Jairo Silva (2016) que aprendeu o trabalho mais fino²³ da guasqueria como o guasqueiro Justus Soares, ou também, o do guasqueiro Pedro Pires, quem já trocou informações de tranças com o guasqueiro Justus, ocorrendo assim o compartilhamento de saberes, um apoiando-se na lembrança do

²³ Trabalho fino na guasquería seriam os bordados e o a tirada de tentos finos, com precisão nos acabamentos da peça.

outro, nos conhecimentos adquiridos, e assim desenvolvendo elementos em comum. Ou seja, por mais que os guasqueiros não possuam um grupo de cooperação, como no caso das artesãs de lã da cidade de Jaguarão, os mesmos ainda assim pertencem ao grupo de guasqueiros. Seja na autoidentificação, na conservação da técnica de base, na partilha de elementos comuns, como o fato de todos terem vivido na zona rural ou terem exercido a profissão de peões.

A ideia de pertencimento a grupos sociais são noções comuns que ao Eu e ao Outro do grupo que partilhamos, tornando assim possível que as lembranças coletivas sejam reconstruídas, evocadas e compreendidas. Sendo que o indivíduo retém do passado somente aquilo que permanece na consciência do grupo, os suportes dessa consciência no tempo e no espaço, possuem a duração ligada aos membros do grupo. De tal maneira, não existem meios para se guardar todas as lembranças em seus matizes e formas, do contrário as acessaríamos sempre que desejássemos, mas podemos evocá-las mais nitidamente com o apoio dos suportes da memória coletiva (HALBWACHS, 1990).

Em relação à concepção do compartilhamento de conhecimento, para Bartol e Srivastava (2002) essa ação pode ser compreendida como a partilha de ideias, noções, conceitos, signos e experiências coerentes e fortemente organizadas do indivíduo com sua coletividade. Sendo um processo contínuo, não se trata apenas da ação de um indivíduo que transmite o que conhece para outro, não é, portanto, algo linear, tendo em vista que temos uma relação entre transmissor e receptor, e também, do meio que influencia na forma em como esse conhecimento será absorvido.

Retomamos o fato de que para que ocorra um compartilhamento de saber-fazer devem-se estruturar elementos de comunicação comum entre os sujeitos. Como exemplo, dado que os termos da guasqueria são palavras específicas que podem ser um obstáculo para o receptor de fora da área, a pesquisadora atesta que em alguns momentos durante as entrevistas teve que solicitar para que o transmissor (guasqueiro) repetisse ou explicasse o termo empregado. Pois, sem compreendê-los poderíamos reinterpretar de forma equivocada a mensagem dita, sendo que “o significado que uma pessoa expressa nunca é o mesmo que aquele gerado na mente da pessoa que o recebe” (SVEIBY, p. 49; 1998). O emissor também pode não conseguir transmitir seu conhecimento, por falta de significantes

que representem o que deseja compartilhar. Portanto, em relação a guasqueria é importante esse elo do ponto comum criado entre os guasqueiros para compreender a produção e reprodução dessa prática artesanal.

Capítulo II- O contexto do Guasqueiro

2.1 Guasqueiros de Jaguarão

2.1.1 O pampa, o gado e o Couro

O Pampa, nomenclatura originária do vocabulário quéchua, que possui como significado região de planícies, se estende pelo Uruguai, Argentina e sul do Brasil, sendo conhecido popularmente como Campanha. É composto por paisagens de herbáceas, em um relevo de características pontuais constituído por cerros e coxilhas. Tem extensão de 62,2 % no RS. Esse tipo de bioma é o fator importante para a ocupação da região sulista, assim como sua utilização para o desenvolvimento da atividade pecuarista (BOLDRINI, 2010).

O bioma pampa é definido como o grupo ecossistêmico que corresponde à metade meridional do Estado do Rio Grande do Sul, incluso no conjunto brasileiro dos Pampas Sul-Americanos, que ultrapassam o território do Uruguai e da Argentina. De acordo com dados do Instituto Brasileiro Geografia e Estatística (IBGE, 2004), é formado por algumas características de relevos e vegetações tais como: Depressão Central²⁴, Planalto Sul-Rio-Grandense²⁵, Planície Costeira²⁶ e

²⁴ De acordo com Rambo(1956), a vegetação predominante desta região corresponde a vegetação campestre (campos), silvática e palustre. A mata existente foi eliminada pela agricultura e plantações de acácia e eucalipto.

²⁵ Marcado por um solo arenoso, com a predominância de coxilhas e vales suaves.

²⁶ Faixa arenosa, constituída por lagunas e lagos.

Planalto da Campanha²⁷. Possui um solo diverso em sua composição, em sua vegetação.

Com características geográficas adequadas para sua ocupação, o pampa Rio-Grandense sofre com as iniciais atividades de colonização por parte da Corte espanhola e da Companhia de Jesus²⁸. Foi no período do século XVII, o momento em que os Jesuítas começaram o intermédio com os índios guaranis, que ocupavam essa região. Em território de disputas os guaranis e os jesuítas construíram as reduções²⁹. Os guaranis neste contexto sociocultural representaram o mecanismo fundamental para a efetivação do sistema de reduções, principalmente na base econômica da pecuária bovina.

Com a introdução do gado vacum, dos ovium, dos cavalares e dos muars, temos a modificação do sistema de exploração econômico da região. A exploração da pecuária se adequa às exigências e parâmetros das coroas espanholas e portuguesas. De acordo com Morner (2004), o Pampa da região sul teve sua colonização atrasada em relação a outros lugares. Nesse sentido, o autor destaca dois tempos atuantes da economia pecuarista, o primeiro é representado pelas instáveis produções e desvalorizações econômicas entre os séculos XVII e XVIII, e o segundo momento marcado pela diversificação das atividades de exploração econômica, com o ciclo de mineração iniciado no Brasil, em que temos o gado como ferramenta de transporte e alimento. Posteriormente, a comercialização massiva de carne e couro por latifundiários no século XIX.

Por conseguinte, teremos as fundações das indústrias, e logo a industrialização para exportação, no século XX. Porém, o autor ressalta que apesar deste longo processo de consolidação da pecuária, ainda predominava o emprego de trabalhadores com baixa remuneração. Nos períodos entre o século XVI e metade do século XVIII, a pecuária bovina era caracterizada pelo uso de técnicas de manejo rústico, em que só se utilizava do animal abatido o couro, o sebo e a língua para a comercialização.

No século XVII o gado era selvagem ou popularmente chucro, se reproduzia

²⁷ Coxilhas cobertas por campos.

²⁸ Societas Iesu, S. J., era formada pelos denominados jesuítas, era uma ordem religiosa originária em 1534, fundada por membros estudantis da Universidade de Paris, coordenados pelos membros conhecidos como jesuítas, é uma ordem religiosa fundada em 1534 por um grupo de estudantes da Universidade de Paris, liderados pelo basco Íñigo López de Loyola.

²⁹ Comunidades administradas de forma autônoma.

livremente nos contornos do Rio da Prata, entre as regiões Entre Rios, Sudoeste de Buenos Aires e na Banda Oriental (MÖRNER. 2004). Os bovinos denominados *Bos taurus Linnaeus*, eram descendentes dos primeiros animais que foram trazidos ao pampa pelos portugueses e espanhóis. A mistura entre esses animais, fez surgir o popular gado crioulo. De acordo com Porto (1956), essa raça tornou-se diferente das outras por proceder de uma linhagem secular, e tal rebanho dominou de forma atuante as estâncias pastoris do sul até o século XX.

Destaca Crosby (1993) que a introdução dos grandes rebanhos foram elementos catalisadores de transformações no ecossistema do pampa. A presença destes animais inviabilizou o domínio de florestas em relação ao campo de vegetação rasteira. Ou seja, temos as mudanças e fixações das características predominantes da paisagem pampeana. O autor ressalta que a chegada dos europeus na América foi ponto primordial para essas fixações, já que, com eles vieram o gado e também algumas espécies diversas de vegetação que se encaixaram no ambiente local e se reproduziram livremente.

A biota nativa do pampa já devia ter começado no fim do século XVI, quando animais da Europa chegaram, vicejaram e se propagaram em enormes rebanhos. Seus hábitos de alimentação, seus cascos atropeladores, seus excrementos e as sementes das plantas que carregavam com eles, tão estrangeiros na América quanto eles mesmo, alteraram para sempre o solo e a flora do pampa. Essa alteração deve ter sido rápida, porque poucos registros se encontram a respeito dela nos documentos da época, pelo menos até o século XVIII (p. 145; 1993).

Para tanto, diante destas mudanças, retomamos as discussões da formação do Estado do Rio Grande do Sul. Esse espaço era ocupado pelo domínio postulado pelos povos das missões jesuítas e guaranis, que habitavam áreas limites do Paraguai, Uruguai e no Brasil, principalmente no Paraná. A região em que se localiza contemporaneamente a campanha era a zona ao sul do Rio Ibicuí, em que os Sete Povos fixaram suas estâncias. Podemos destacar que essa região era espaço de confronto entre índios Minuanos e Charruas, e alianças coloniais, formando fronteiras marcadas por disputas entre portugueses e espanhóis. Sobre os Minuanos e Charruas, destaca Becker:

Os Charrua e Minuano, caçadores, pescadores e coletores dos campos, ocupavam a antiga Banda Oriental do Uruguai, que dividiam com dois grupos horticultores conhecidos como Chaná e Guarani. Especificamente do Rio Grande do Sul os Charrua e Minuano estavam localizados nos campos do Sudoeste e Sudeste até a altura dos rios Ibicuí e Camaquã com extensões para o pampa uruguaio e pequena porção do território argentino. Os Charrua moravam mais para o oeste, ocupando ambas as margens do

rio Uruguai, e tiveram maior contato com o conquistador espanhol; os Minuano se localizavam mais para leste, nas áreas irrigadas pelas lagoas do Patos, Mirim e Mangueira, com extensão até as proximidades de Montevideu; tiveram mais contato com os portugueses (p. 344;1991).

A base econômica de exploração desses grupos étnicos eram a agricultura e a pecuária. Logo, temos as vacarias que tinham como função, muitas vezes, a de deslocar o gado de uma área a outra onde estivesse fora de risco de ser levado por invasores. Moraes (2008) ressalta que, com o tempo, as vacarias também passaram a explorar o trabalho com couro. Essa forma de labor com essa matéria-prima surge aproximadamente em 1768, com a retirada dos jesuítas. Nessa época, os mercados de extração e venda de couro se espalham pelos comércios do país. Mas, a principal função das vacarias era capturar o maior número de animais selvagens e levá-los para as estâncias³⁰ e utilizá-lo como fonte de alimentação para os sujeitos residentes nelas.

Dentro das estâncias, como a de São Miguel, localizada ao sul do rio Ibicuí, havia um conjunto de pequenos lotes, divididos e organizados em praça, capela, habitações de trabalhadores e currais, interligados e alimentados pela afluência das águas do rio, com portos e caminhos térreos. As estâncias eram administradas por um grupo étnico específico. A autora precitada acentua a diferença existente na forma de manejo da pecuária da região das missões e a das regiões coloniais espanholas e portuguesas.

Isso se deve ao fato de que a exploração do gado era voltada para a alimentação dos povos missioneiros, ou seja, não havia o intuito de exportação, uma vez que houve um expressivo crescimento demográfico nessa região. Destaca que, a logística de manutenção dos recursos era baseada em redes de compartilhamento comum, em um seguimento de conquista do meio, sistematização do trabalho e distribuição dos recursos. Assim, o objetivo geral do trabalho pastoril na região missioneira era a o abastecimento do seu povo.

A zona que viria a ser denominada como campanha era marcada pelo processo de criação de rebanhos, esses podiam ser de bovinos, ovinos³¹ e equinos, esses utilizados como mecanismo de tração e como fonte de cruza para aumentar a

³⁰ Uma circunscrição dada das campinas do país, povoada de gado, cavalos e mulas e, em certas porções, partes de carneiros; tem ordinariamente a extensão de uma sesmaria, às vezes de duas, de três e mais; os animais multiplicam-se nelas na razão da quantidade inicial, da vastidão do território e da bondade dos pastos (DREYS, 1990, p.90).

³¹ Além de serem voltados para a produção de carne, também aproveitava-se a lã para a tecelagem.

criação de mulas. Nessa forma de produção visava-se o manejo de reprodução, utilizava-se de técnicas não-predatórias. Moraes (2008) destaca esse ponto, pois a partir da expulsão dos jesuítas e desestruturação dos povos missioneiros, é marcado o início do século XIX, como uma época da destruição da forma de exploração pastoril, até então estabelecida.

As ameaças vindas das direções coloniais espanholas e portuguesas e também portuguesas e brasileiras em disputa pela zona missioneira e a nova forma de organização das estâncias colaboraram para o retorno da exploração predatória dos grandes rebanhos, principalmente na retirada do couro. Para Moraes, essas ações conjuntas contribuíram para modificar a paisagem missioneira, com a desarticulação das estâncias no século XIX e a posse dos coloniais portugueses/brasileiros das áreas circunscritas ao rio Uruguai.

No entanto, como argumenta Morner (2004) o mercado de abastecimento interno baseado na pecuária mantinha-se devido a demandas ultramarinas voltadas para a comercialização do couro, em suas palavras:

a produção atingiu seu apogeu durante o período de 1700-1705, quando eram exportados anualmente 75 mil couros de gado. Depois de 1750, quando a produção passou a basear-se na estância, as exportações logo alcançaram um nível bem mais alto, superior a cem mil couros por ano. Ademais, até certo ponto, agora, além da gordura e do sebo, a carne também era exportada. Nos estabelecimentos de salgação de carne (saladeros) da Banda Oriental, também se preparava a carne-seca para a exportação ultramarina (p.210).

A destruição das Missões Jesuítas na região pampeana ocasionou oscilações no mercado de exportação, e como mencionado anteriormente os conflitos luso e hispano atingiram a criação dos gados, diminuindo significativamente esses animais. Porém, fatores como a necessidade de alimentar a economia estrangeira, a utilização de novas formas de manejo de produção foram crescendo às margens dos conflitos econômicos e políticos que assolavam a região. Por conseguinte, a economia central no Rio Grande do Sul passa a tomar como arcabouço o abastecimento de carne, couro e sebo para a metrópole do país.

Então, a colonização do pampa Rio-Grandense é um marco histórico de grande importância na discussão do surgimento da guasqueria. Temos as questões de disputa de fronteira como um elemento catalisador entre os impérios ibéricos português e espanhol, que haviam estabelecido às suas sedes no Rio de Janeiro, no Brasil, e em Buenos Aires, na Argentina, respectivamente. O território do Rio

Grande do Sul estava entre um entrave feroz de luta por terras e domínio.

Para Luvizzotto (2010), com o estabelecimento do Tratado de Tordesilhas (Figura 1) no ano de 1493, fica acordado geograficamente uma linha divisória entre as duas coroas que atravessa o meridional, no sentido ao litoral catarinense³² e a região do pampa Rio-grandense, que era domínio da coroa espanhola. A coroa portuguesa descontente com esse traçado de uma linha imaginária, procura por sua vez, ter um limite concreto nas proximidades do Rio da Prata, ao lado esquerdo. Esse ponto é fulcral para entendermos que o arcabouço da rivalidade entre essas duas coroas no Brasil era devido às linhas de delimitação de territórios.



Figura 1-Mapa de Delimitação do Tratado do Tordesilhas e de Madri
 Fonte: <http://www.tiberiogeo.com.br/AssuntoController/buscaAssunto/11>

Para tanto, o pampa foi local de disputas armadas contínuas e de negociações que duraram até meados do século XIX, pois essa região era ponto de proximidade entre as fronteiras, e então uma ferramenta utilizada pelos portugueses para observar os avanços dos espanhóis, além de ser uma região rica em alimentos para o abastecimento da coroa (DACANAL, 1992).

Se retrocedermos temporalmente, podemos perceber que a tomada do pampa sulino já havia acontecido antes dos conquistadores europeus. Os diversos

³² Atual Estado de Santa Catarina.

grupos étnicos indígenas já tinham fixado residência por essas paragens, por mais que, de maneira singular, tenha sido considerada terra sem donos. Poucos eram aqueles que se arriscavam por esses lados, e na maioria dos casos era para capturar possíveis escravos.

Os indígenas eram subdivididos inicialmente pelo grupo principal Jê, da linhagem pertencente aos tapuias, logo seus descendentes são os grupos étnicos Guaianás, e logo Caingangues; já originários dos Mbais temos os Charruas e Minuanos, além de outras nações de índios. Temos então a existência destes habitantes sulinos, os quais desempenham importante papel nos fundamentos do atual Estado do Rio Grande do Sul, sendo que os jesuítas expulsos de suas reduções localizadas no Paraguai, acabam por volta de 1626 ocupando essa região, com a fundação da Redução de San Nicolás, onde os padres agrupam um grande número de guaranis. Após a sua nova expulsão no ano de 1640, tudo o que haviam construído, como mencionado em outro momento, acaba por ser deixado abandonado, como foi o caso dos rebanhos capturados.

O crescimento do gado e sua reprodução livre, propicia a caça predatória desses, tornando-se a nova base econômica da região. Com o retorno dos jesuítas ao sul são construídas as Missões Jesuítas por volta do ano de 1682, localizadas na Argentina, Paraguai, Paraná e Rio Grande do Sul. Tinham como objetivo levar a palavra de Deus aos selvagens guaranis, em um denso processo de cristianização.

A demanda por alimento, põem o gado novamente como a fonte principal para a subsistência de tantas pessoas, uma vez que esses animais sobreviviam na abundância de pastagens naturais da região sulina. Em meio às invasões que aconteciam constantemente, os sacerdotes fundaram no Rio Grande do Sul, à esquerda das margens do Rio Uruguai, os Sete Povos das Missões, pós 1682, principalmente para levar os índios cristãos para um local seguro (PASTORE, 1972). Originando-se as estâncias missioneiras da Banda Oriental do Rio Uruguai. Há neste momento o aumento significativo do poder colonial no domínio das terras.

Além da pecuária, os missionários também exerciam a agricultura, com hortifrúti, e o cultivo de erva-mate que já era produzida pelos indígenas. No ano de 1750, as Missões terminam suas funções com as definições do Tratado de Madrid, que passou os domínios dessas terras para a coroa portuguesa. Com isso, temos

a presença do gado com elemento central da disputa por ocupação de terras, ou seja, a existência deles fez com que houvesse o interesse e necessidade de exploração concentrada. Na busca pela posse de valiosa região os portugueses deram início a um intenso processo de reocupação, ao trazerem imigrantes garantindo-lhes uma porção de terra.

Em 1770 as regiões missioneiras passam a ser resididas pelos açorianos, que seguiam na linha de desenvolvimento da agricultura e pecuária. Temos no século XIX o projeto de reestruturação do país, em que o governo do Brasil promete vantagens para os imigrantes provindos da Europa, para dar início à formação de uma sociedade constituída por homens capazes de exercerem uma habilidade técnica. Com a refutação do projeto de uma comunidade de homens livres, pelos retentores das terras os grandes senhores de escravos do Norte, esses imigrantes são direcionados para o Sul do país (BANDEIRA, 1995).

De acordo com Medina (1997), os alemães, chegados por volta de 1824, se estabeleceram nas proximidades da atual capital do RS. Segundo dados encontrados chegaram 38 imigrantes que vieram pela rota marítima. Até o ano seguinte este número aumentou significativamente. Graças a seu domínio do conhecimento agrário os colonos deram início aos cultivos da terra. Na fase de consolidação da industrialização os imigrantes não são apenas colonos, mas também, exilados políticos e artesãos. Acabam por fundar a colônia de São Leopoldo, a que se ligava através do rio Sinos com as cidades de Pelotas, Rio Grande e Porto Alegre. Logo, mais colônias são criadas, sendo elas: Campo Bom, São Sebastião, Sapiranga, Taquari, Novo Hamburgo e Sinos. Tem-se a ocupação das regiões serranas pelos imigrantes italianos, no ano de 1875.

Voltemo-nos para a produção agropecuária na região do Pampa, em que as estâncias passam a ser ferramentas de status econômico, em que a posse do maior número de animais garante a maior extensão de terra, em uma nova relação hierárquica entre os patrões, capatazes e peões (RIBEIRO, 2009).

Como já analisado, temos com a firmação das Missões a exploração de certa forma racional da pecuária, o desenvolvimento das estâncias é o marco que separa o abate predatório do manejo racional. Dá-se o cultivo da erva-mate e posteriormente a sua comercialização. Com a corrida das pedras preciosas (ouro e

diamantes) na região de Minas Gerais, ocorre a demanda por alimentos e a exportação da carne passa a ser uma base econômica lucrativa. O mercado sulista tendo a carne como um produto de rotação contínua, concretiza o mercado interno brasileiro em meio aos processos predominantes de extração das minas. Esse processo, em conjunto com a solidificação das estâncias, aumenta significativamente o valor de mercado do gado, como destacam Caravaglia e Gelman (2003):

[...] en las regiones nuevas, como Banda Oriental (la futura República del Uruguay) o Entre Ríos, si bien la agricultura se encontraba poco desarrollada, el stock ganadero era mayor aunque se aprovechaba menos intensamente, ya que el abasto de carne para el mercado provenía mayormente de la propia Buenos Aires. Sólo hacia el final del siglo XVIII se empieza a desarrollar en la Banda Oriental una manufactura de salazón de carnes para exportar a los mercados esclavistas de América, pero que no alcanza niveles comparables a la enorme cantidad de vacunos que se sacrifican cada año para exportar básicamente el cuero, algo de sebo y poco más. (p.108).

Segundo Ribeiro, aconteceu a efetivação das charqueadas no início do século XIX, na região de Pelotas e do Rio Jacuí, utilizando-se de mão-de-obra escrava, voltadas para a exportação de carnes desidratadas por meio da utilização da salga e exposição ao sol. Nesse período, a valorização da carne dobra, pois agora não é necessário apenas o transporte do gado inteiro, a conservação da carne é mais longa, e com as novas técnicas para a sua comercialização se abrangem novos mercados de exportação.

O charque torna-se o principal produto para alimentar a mão-de-obra escrava, mas, como relembra Morner (2004) antes da solidificação das grandes estâncias e das reduções, o acesso ao mercado era um processo dificultoso, já que a base de qualquer tipo de produção era sedimentada pelo rusticismo de seus produtores.

A restrição era pautada primeiramente pelo controle exercido pelas coroas ibéricas, o produto poderia alcançar o mercado externo europeu, embora a logística nestes casos demandava que os tropeiros³³ percorressem grandes distâncias, para transportar o couro, até os portos do Rio da Prata, e o charque nesta situação era um produto secundário, utilizado para a alimentação dos trabalhadores. Temos, o momento em que a economia do nordeste brasileiro está sofrendo com a quebra do

³³ Tropeiros contratados para fazer o transporte dos produtos

mercado açucareiro enquanto a sua exploração pecuarista não atende de forma satisfatória o mercado, neste ponto apresenta-se as transformações das estâncias (FURTADO, 1975).

O tropeio dos rebanhos tinha como objetivo final a comercialização desses animais para a corte e para servirem de transporte para os mineiros. Doravante, apesar do pampa Rio-Grandense possuir muitos bovinos bravios, os tropeiros se aventuravam em território argentino em busca dos muares, sendo que para a coroa portuguesa a região sulina representava um importante ponto de estruturação pela busca da supremacia lusitana no território da Prata, tanto que utilizavam largamente da doação das Sesmarias³⁴ em proporções de terras que não estavam em posse portuguesa, adentrando o solo espanhol, para apossar-se do gado bravio e dos pontos de fronteira.

Apesar desses conflitos de posse de terra entre as coroas ibéricas, o mercado sulista e uruguaio com seus grandes rebanhos são elemento essencial para equilibrar o mercado. Entre os séculos XVIII e XIX ocorreram grandes remessas de produtos para comercialização. De acordo com Torronteguy (1994), as estâncias deixam de seguir a organização familiar e comunal e passam a ter como base a sequência necessária de atores sociais para a produção do charque: peões e charqueadores, já que o gaúcho nômade, contratado para alguns trabalhos no campo, não era confiável para uma atividade que exigia, de certa forma, criar raízes e ter uma continuidade no trabalho. O que se procurava na época era mão-de-obra qualificada, uma vez que as charqueadas abasteciam as colônias brasileiras. Não deixamos de lado o fato de que peões e charqueadores eram personagens importantes, no entanto, a principal ferramenta de labor das charqueadas eram os escravos.

Destaca Azevedo (1958) que em meio às transformações impulsionadas pelas charqueadas temos figuras sociais que influenciaram na formação do Pampa Rio-Grandense: os imigrantes alemães, italianos e açorianos que impulsionaram as indústrias da carne e da agricultura. Na hierarquia social do Rio Grande do Sul tem-se no topo os donos da terra, os fazendeiros e os charqueadores. No comércio temos o domínio dos portugueses, sendo destacados Porto Alegre, Pelotas e Rio

³⁴ Terras despovoadas, doadas pela coroa portuguesa aos seus súditos.

Grande como rotas comerciais.

No período de 1830 temos a criação de aves e suínos que adentram o mercado, esse tipo de animais era explorado principalmente nas colônias alemãs e italianas, os que possuíam também o conhecimento de técnicas industriais e artesanais como as metalúrgicas e a do trato com o couro. A cada entrada de novos imigrantes provindos da Europa, novos saberes e fazeres foram transformando a sociedade sulista. Por volta de 1875, a cultura de grãos como a soja e o arroz foram introduzidos, e já começaram a ser exportadas para o mercado externo.

Então, no século XIX ocorre a independência do Brasil, pondo fim ao controle colonial das rotas comerciais. O Brasil tem como concorrente o Uruguai nas disputas pelas conquistas dos mercados de charque do Caribe e Sudeste brasileiro. Nesse ínterim, as bases de uma sociedade urbana começam a ganhar forma no Rio Grande Sul. Para Pesavento (1979), o charque como ferramenta comercial acaba no RS tornando-se em certo período estagnada, devido à falta de adaptação e modernização das técnicas de trabalho. Neste momento se faz necessário o uso de novas tecnologias, uma vez que seu concorrente, o Uruguai, está em plena especialização. Porém, apesar desta iminente parada no mercado do charque do sul de acordo com o autor:

Todavia, dada a sua diversificada base agropecuária, o Rio Grande conseguia adaptar-se às crises em função da alternância do produto exportado, o que lhe permitia um novo entrosamento com as necessidades do mercado brasileiro. O papel de atender à demanda interna nacional de gêneros de primeira necessidade foi cumprido pela agricultura colonial, praticada por colonos alemães e italianos. Desenvolvida em termos de uma agricultura comercial especializada, na base da pequena propriedade e da mão-de-obra familiar, gerou internamente um mercado e uma possibilidade de incipiente capitalização na área (p.201).

A agricultura tornou-se suporte de sustentação da pecuária, em seu cultivo diverso, logo, com a chegada dos frigoríficos Swift³⁵ e Armour³⁶ no ano de 1917, a pecuária de gado de corte, começa a se profissionalizar na comercialização de embutidos, carnes enlatadas e refrigeradas.

³⁵ O primeiro frigorífico se instalou no Rio Grande do Sul no ano de 1917, uma empresa de Chicago, Swift, atuante na Argentina, criando uma fábrica na cidade de Rio Grande, pelas facilidades da utilização do porto da cidade, que permitia a navegação de navios de grande porte.

³⁶ Naquele mesmo ano, tem-se a instalação dos frigoríficos da Wilson Company e da Armour Company, na cidade de Santana do Livramento, localizada em zona de fronteira com o Uruguai. Essa cidade ligava-se à rede ferroviária uruguaia, inaugurada nos anos 1890, permitindo a exportação pelo porto de Montevideu.

Furtado (1975) esclarece que a transição de sociedade escravocrata para a mão-de-obra assalariada foi algo que ocorreu paulatinamente, pois muitos charqueadores e estancieiros ainda utilizaram os seus escravos um certo período depois da abolição. Por conseguinte, a abolição, como define o autor, foi uma estratégia mais política do que econômica. Pois, a escravidão em si era um mecanismo de produtividade, e a sua proibição afetou de maneira pouco significativa as bases da economia de produção e a distribuição do lucro real. A abolição foi o ponto final das diretrizes coloniais que tornavam o Brasil um país atrasado em relação aos mercados econômicos concorrentes.

O Rio Grande do Sul, antes dominado por uma pecuária de campos abertos, acaba por se adaptar à necessidade do cerceamento. Uma das grandes mudanças no sistema das estâncias, é que predominam a criação e reprodução dos animais. As cercas no século XIX eram de pedras e madeira, até o início do uso dos alambrados com fios de metais que passavam por aberturas na madeira de piques (MOREIRA, 1999). Chegaram novas raças bovinas e técnicas modernizadas para a exploração do gado de corte.

As próprias ferrovias, com seus trilhos que cortavam os campos, influenciou neste novo conceito de campo fechado e nas mudanças do pampa. As mudanças para modernizar o sistema pecuário não foram fatos isolados, ao contrário, a busca pela superioridade, com um rebanho de qualidade, tornou-se um projeto da coletividade de pecuarista sulista, uma vez que os mercados externos exigiam certos padrões para a consumo de carne e seus produtos derivados.

Nesse ponto, devido ao alto custo, apenas os grandes produtores conseguiam financiar e introduzir em seus rebanhos animais de raças nobres. Devemos lembrar que até meados de 1860 a questão da raça era irrelevante: os bovinos eram comercializados por cabeça e peso, não se considerava a raça. Isso só se modificou com as transformações do mercado.

Diante desta introdução da importância do gado vacum para a estruturação do Estado do Rio Grande do Sul, iremos neste momento nos focar na questão do couro e sua utilização. Todavia, a utilização do couro no processo de courama era uma prática rentável, já que era abundante a matéria-prima, o gado bovino junto a Vacari do Mar. No pampa sulino em meio às atividades pastoris, o couro vacum era

atuante em diversos setores do cotidiano dos grupos sociais que habitavam essa região.

De acordo com Holanda (1944), utilizavam-no para diferentes funções, desde em moradias, servindo como porta, mobiliários, teto, cobertas, vestimentas, bancos; como embarcação no caso das chamadas “pelotas”; como proteção de alguns cultivos; mas, principalmente, em vista desta pesquisa, nas indumentárias do arreio dos peões.

Tetos de macega, ou de Santa Fé, apertados com couro cru, portas e janelas de couro, bancos e cadeiras de couro, botas de couro cru de garrões de animais cavaleiros sacrificados só para isso, os correames, os arreios, as camas, as pirogas de passar os rios que não davam vau, às quais chamavam de pelotas, segundo atestam hoje os nomes de dois rios – Pelotas – que interceptam a primitiva estrada dos tropeiros e dos guerreiros daqueles recuados tempos, o rio que liga as lagoas Mirim e dos Patos e o rio Uruguai na sua parte mais alta (SIMONSEN, p.217;2005).

Como aponta Teschauer (1918):

Os couros, [...] se consomem quase todos nos povos para variados usos. Não há nas casas caixas grande nem pequenas nem cesto que não se fabrique inteiramente de couro. Os grãos e legumes se guardam não em celeiros senão em sacos de couro. De couro se fazem as correias que se usam em vez de cordas de maromas, seja para obras públicas ou privadas, e para travar entre si os pavimentos e estacadas. [...] a cobertura dos carros é de couro. A maior parte dos canhões que têm, são de madeira igualmente forrada de couro. Suas casinhas muitas vezes se cobrem não com madeira, mas com couro (p.119).

O couro era um material utilizado nas mais diversas funções, e essa época em que ele está presente no cotidiano dos sujeitos do pampa, pode ser considerada como a época do couro. Doravante, Mariante (1974) menciona que foi por volta do século XVIII quando houve o seu declínio, já no Rio Grande do Sul manteve-se em alta até final do século XIX. Destaca, no entanto, que esse declínio não é econômico, porém, de exclusividade e galo, já não possuía mais essas vantagens.

Voltamos para o início de 1680, período em que os coureadores capturam o gado bravo para extrair deste couro e gordura para comercializarem no Uruguai. Neste período a carne do animal é pouco utilizada. Havia a carneada, extraído o couro, este passava pelo processo de estaqueamento, para secar ao sol e depois de seco era encaminhado para o Porto da Colônia do Sacramento com destino ao Rio de Janeiro, para depois ser transportado para a Europa.

Consequentemente, a importância e abundância do couro ocasionou a

criação de um imposto voltado apenas para esse produto, chamado “quinto dos couros”. A autora ressalta que era cultural neste período do final de 1600 o contrabando nas proximidades do Rio da Prata, nas fronteiras entre Argentina e Brasil. Nessas vias de mercado negro, o couro do Rio Grandense não chegava ao Rio de Janeiro: era enviado direto para a Europa. Logo, têm-se o mercado coureiro da Argentina como forte concorrente para mercado consumidor de couro.

Esse trabalho ilegal torna-se um ponto de segurança econômica no pampa sulino, com a presença das inúmeras cabeças de gado nas reduções jesuíticas e nas vacarias. Tendo como foco a comercialização do couro em mercados próximos e para Europa, essa forma de trabalho passou a ser executada por diferentes sujeitos e grupos étnicos. Para Pesavento, “a chamada ‘preia de gado alçado’ para a comercialização do couro movimentou o extremo-sul, atraindo as atenções para a região, que se tornou conhecida pela sua riqueza pecuária” (1982, p. 11).

Como medida para derrubar a introdução do couro argentino o governo português cria o alvará de proibição de consumo de couro que não fosse produzido dentro dos domínios da coroa, assim como criaram um imposto para entrada do produto animal argentino. Assim, com essas regras impostas, a exportação do couro por volta de 1780 chega ao número de mais de um milhão de objetos ao ano. Esse número corresponde a uma grande quantidade de abate dos bovinos apenas para a retirada do couro e subprodutos.

Simonsen (2005) aduz que, no século XVII, o ator social encarregado do abastecimento do couro bovino para o reino era o nômade, o gaúcho selvagem, que caça os rebanhos bravios. No entanto, esse processo acaba por se modificar significativamente com a fixação das estâncias, quando o patrão passa a negociar com a coroa. Momento em que a economia colonial brasileira sofre outro impacto, com o início da mineração em Minas Gerais. Nessa época ocorre o êxodo de muitos indivíduos à procura de jazidas.

Vale lembrarmos, como aponta Simonsen, que as estâncias, local em que ficavam os rebanhos, eram uma mistura de peões, pastores, índios, negros, gaúchos e mangueiras³⁷, estas eram em espiral e uma grande comportava um bom número de animais. As mangueiras eram criadas pelos campeiros para facilitar o

³⁷ curral

manejo com o gado bravo capturado. Os animais eram mantidos durante um tempo, a cada dia, para assim ser domesticado, pois de não ser assim ele acabaria se perdendo do seu bando original, adaptando-se à vastidão dos campos ao invés das matas e banhados. Mais adiante o formato das mangueiras em espiral dá lugar à circular, porém, se conservou a nomenclatura. Acentua que o sistema de mangueiras só era usado com a intenção de conseguir um gado minimamente domado³⁸. Nas vacarias ainda se mantinha a criação livre de animais sem proprietários.

Surge então a necessidade de animais fortes para tração, como os bovinos, os cavaleiros e os muas, de grande quantidade nos campos sulistas. Mas o transporte desses animais era penoso, não tinha sido construída uma rota comercial terrestre entre Sul e Norte, o que logo se tornou mais um nicho lucrativo para os conquistadores portugueses, pois, com a construção de vias terrestres haveria um fluxo volumoso de comerciantes, os que poderiam pagar os impostos da coroa.

Velhinho (1965) relata que essa estrada de ligação de regiões, por volta de 1732, permitiu que os tropeiros pudessem conduzir os rebanhos desde o pampa Rio-Grandense ou argentino até São Paulo. Afinal, sem a estrada de ligação o ciclo do ouro não seria viável, segundo o autor, e afetaria o comércio dos senhores de terras que começaram um negócio rentável com a venda de muas e cavalos, e logo depois com a venda da carne para alimentar a grande quantidade de mineiros, uma vez que São Paulo e Minas Gerais não conseguiam tantos animais para abater. Afinal “as regiões do Sul tornaram-se as fornecedoras por excelência do gado muar e cavalar, cujo mercado crescera vertiginosamente com a indústria da mineração” (SIMOSEN, 2005).

Tornemo-nos, em relação à qualidade do couro, em que Platière (1790), aponta a diferença entre o couro do Norte em que a salga predomina, e o do Sul e da Argentina, que eram secos. Explica o processo de secagem em que depois de abater o bovino eram cortadas as patas, porção da cabeça e cauda, e o couro era lavado, para retirar restos de pele interna e sangue, e posto para secar. O gruppão³⁹

³⁸ De acordo com Leal (1992) domar, pode ser compreendido como o domínio sobre algo, uma das habilidades condicionadas a figura do homem do campo, que deve domar a força a natureza, sendo a forma de tornar-se homem, ao se extinguir suas forças, não é mais capaz de domar a natureza (cavalo e gado), perdendo assim sua identidade como campeiro.

³⁹ Parte nobre do couro

(Figura 2) não podia ser de modo algum danificado com cortes ou furos, pois isso diminuía a qualidade da peça.

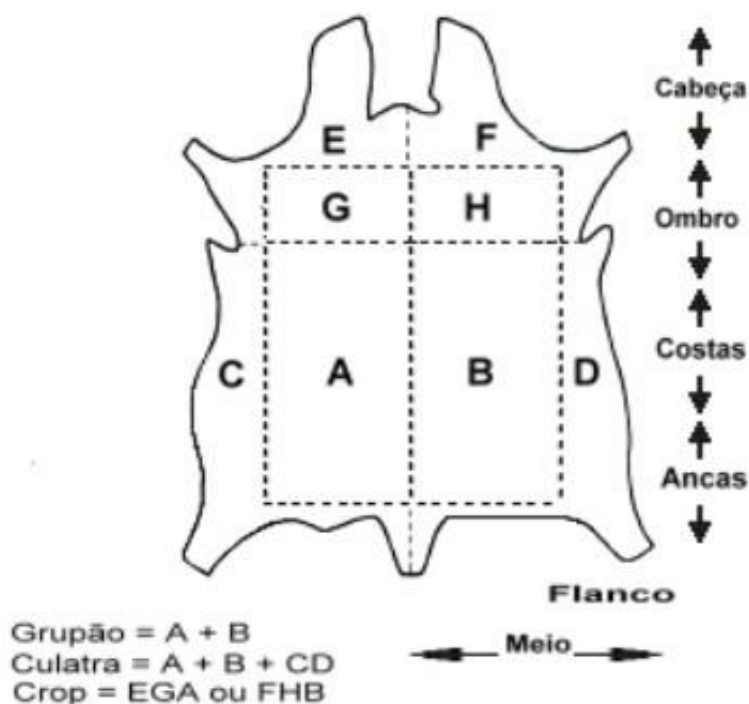


Figura 1-Grupão e suas divisões
 Fonte: Imagem retirada da internet⁴⁰

Os cortes da carneadas seguiam um padrão. Em seu transporte realizava-se a dobragem pela parte mais extensa, já no couro salgado, colocava-se a parte interna para a dobra. Para o autor o sistema de curtume brasileiro era rústico e desqualificado, principalmente pelo uso de gado vacum de raça inferior.

Sem embargo, o autor considerava o couro argentino com atributo superior, os cortes eram sem danos, o pigmento da pelagem era padrão, no grupão não haviam perfurações indevidas, e a cabeça era menor, o que não iria influenciar no valor do couro, já que a região da cabeça tem tempo de curtimento maior que o restante do corpo. O couro seco devia ser bem trabalhado, pois sofria com ataque de traças e com isso tinha mais furos e perda de material, a utilização do cal para a retirada dos pelos causavam arranhaduras e estriavam o couro, quando ineficientes.

O guasqueiro Pedro Pires (2017) relata que para seu trançado ser de maior valor ele utiliza couro cru de qualidade, e para isso prefere, quando algum sujeito próximo lhe fornece a matéria-prima gratuitamente, ir fazer a carneada, pois assim

⁴⁰ Disponível em : <http://centrodocouro.com.br/site/wp-content/uploads/2015/07/fig1.jpg>

evita que o material seja danificado. Conta que tem um maior aproveitamento para criar suas obras, já que suas facas estão sempre afiadas para tirar tento, para lonquear e carnear. Afinal de contas, era dever de todo o campeiro saber carnear sem danificar o couro.

[...]o espaço da Campanha se torna um território de orgulho e pertencimento porque eles entendem que fazem parte e dão sustentação a essa condição. A região se “sustenta”, muito se deve ao desempenho desses atores sociais. Além disso, essa situação é dinamizada pela mídia e novamente a relação do conteúdo midiático com o campeiro é central para essa reflexividade do pertencimento deste indivíduo em relação ao território (MARTINS, p.84; 2011).

Em meio a discussões referentes à comercialização do couro no Rio Grande do Sul, vale contextualizarmos a domesticação desse gado vacum bravio. Já nos referimos ao sistema de mangueiras das estâncias; iremos agora discorrer sobre as técnicas de domesticação em meio à relação homem e animal.

O homem passa a dividir seu tempo com o gado, em uma interação visando a domesticação como elemento propulsor para o desenvolvimento das estâncias. Utilizava-se o método de castração para deixar o animal mais calmo e o auxiliava em sua nutrição. Uma vez que touros jovens inteiros conseguem peso mais rápido devido aos hormônios testiculares, no entanto esses animais demoram para concentrarem massa gordurosa. Primeiramente nos pampas da Banda Oriental e Rio-Grandense o gado selvagem era conservado em proximidade da sede da estância, para mantê-lo utilizavam-se do uso de posteiros, rios, matas, fossos e peões. Com o tempo, em 1780 passou-se a utilizar os rodeios para cercá-los (MAESTRI, 2009).

O gado vacum, por ser um ruminante, quando manejado diariamente com alimento e água acaba por se ambientar, e assim no processo de ruminação tranquiliza-se. Com esses rebanhos amansados, os produtores acabavam por caçar mais gado bravio para colocar nos rodeios e aumentar a criação. Os rodeios eram em locais arejados e secos, possuíam uma estrutura de troncos enterrados profundamente, que os animais usavam para se acostar na época de troca de pelagem. Nesse espaço eram utilizados blocos de sal, que ajudavam na alimentação. Essa técnica do uso de sal se manteve até os dias atuais no RS.

A constituição de um rodeio exigia uso intensivo e abundante de mão-de-obra, em geral em regiões distantes da sede da fazenda. Para tal, o gado chimarrão de uma região era reunido, se possível diariamente, e mantido, à noite, em local escolhido, para que se aquerenciasse a ele e se habituassem

à presença humana. Nos rodeios missioneiros, à noite, acendiam-se fogueiras para que o gado não escapasse entre os vigias. Pela madrugada, o gado era deixado pastar e beber livremente, desde que não se afastasse muito do rodeio, sendo reunido, de novo, para ali ser mantido durante a noite. Os custos da prática eram altos, pois a domesticação do gado de uma fazenda inteira podia exigir meses de trabalho. Parece ter sido comum que os fazendeiros formassem, um por um, os rodeios, conforme os recursos disponíveis, contratando eventualmente peões para tal fim (MAESTRI, 2009).

Comenta que depois de familiarizados e de certa forma amansados, esses animais podiam ser cuidados por menos trabalhadores; no rodeio eles podiam permanecer de semanas a meses. Nesse sentido, o gado acabava por ser guiado pelos chamados dos campeiros. Nos rodeios das grandes fazendas durante o ano aconteciam as marcações em que se reuniam escravos, peões, capatazes, contratados e patrões, para marcar a ferro e fogo o gado.

A castração e a marcação, por causarem feridas no animal, eram normalmente realizadas entre outono e inverno, assim não correriam o risco de infecções e contaminações durante o verão. Essas práticas eram braçais e cansativas, o que exigia a contratação por parte dos estancieiros de novos empregados por empreitada, o que afetava o mercado de mão-de-obra com a alta procura. Outro ponto de status econômico demonstrado era que quanto maior o número de rodeios mais lucrativa e grande era a fazenda. Observa que a quantidade de animais por rodeio era variada, podendo ser mil cabeças para cada. Contudo, o gado acabava por se subdividir em subgrupos, que depois eram afastados entre si, normalmente formados por novilhas, touro e terneiros.

A inexistência das cercas de aramado era uma adversidade, devido à fuga dos bovinos. Com a baixa das águas dos rios em período de seca, o gado a procura de água se afastava dos campos das estâncias. Os conflitos armados que aconteciam periodicamente requeriam alistamento por parte dos trabalhadores, e esses eram afastados de suas campeiradas.

Com isso os rebanhos acabavam por se distanciar das práticas diárias do rodeio, e tornavam-se ferozes novamente. Sem o controle da castração e da marcação, a produtividade caía significativamente, e sem trabalhadores especializados para a lida, em época de seca a dispersão dos animais em busca de água tornava-se massiva. E com conflitos armados os ataques para abate de bovinos eram constantes, o que prejudicava consideravelmente o gado.

Em tratando-se da domesticação dos bovinos, nessa ligação homem e

animal, relevante se torna a presença do cavalo, sem o qual o guasqueiro não teria necessidade de criar aparatos para o mesmo. Temos duas linhas: a) guasqueiro e bovino, esse como matéria-prima principal, e b) guasqueiro e cavalo, pois a criação de peças em guasqueria só surge devido à presença desse animal.

Logo, para a domesticação do gado vacum, o uso do cavalo para montaria a ser usado para controlar os animais é extremamente necessário, além de ser o principal meio de tração terrestre na região. O cavalo em época de guerras passa a ser comercializado, seu couro também é utilizado, mas com valor abaixo do couro bovino (ZATTERA, 1995).

Lara (1985) argumenta que o empregado para o manejo no campo, acaba por tornar o cavalo uma ferramenta para realizar o trabalho. Fixando-se uma relação peão e montaria, criando uma conexão entre ambos, pois estava presente no trabalho e na vida social. O campeiro cria laços com seu cavalo. Ele cumpre a sua função social e econômica sempre acompanhando os passos do campeiro.

Nenhum peão cumpriria uma ordem que exigisse sua locomoção a cem metros de distância, que logo não chamasse o seu cavalo. As madeiras que necessitavam ser transportadas, colocavam-nas sobre um couro e arrastavam este pela força do animal. Até a fabricação de manteiga dependia do cavalo: quando o leite estava suficientemente azêdo, punham-no em um saco de couro (bruaca) marrado ao cavalo por uma comprida sogá; e o cavaleiro, andando com o animal a passo acelerado, pelo campo, por algum tempo, fazia com que o leite se transformasse em manteiga devido ao sacolo de encontro ao solo. Na debulha do milho e na mistura do barro para fazer tijolos, o cavalo estava presente e atuante (GOULART, 1964, p. 129).

Então temos o cavalo realizando algumas funcionalidades: o de montaria para os peões nas lidas do campo, no manejo do gado; o de tração, como transporte de cargas e como dispositivo de diferenciação social, onde o sujeito em sua montaria buscava exhibir perante a sociedade o seu animal e a sua técnica de monta. Tem-se no século XIX sua funcionabilidade social com o seu uso nos esportes. Então com meritórias funções, o cavalo que chegou no pampa Rio-Grandense, trazido para as Missões pelos padres jesuítas espanhóis, torna-se no século XIX, conforme Simonsen (2005), um forte produto de exportação. O RS abastecia diversas regiões do país com seus equinos, oferecidos em grandes feiras comerciais juntamente com o gado vacum, logo:

Se a indústria mineradora originou o rápido crescimento da população e a construção de cidades no interior do país, foi por intermédio da pecuária e dos laços criados pelo comércio do gado bovino e cavalar, pelos transportes organizados pelas grandes tropas muares, que se estabeleceram elos indestrutíveis na unidade econômica brasileira (p.241).

Temos o cavalo como elemento de mobilização do mercado, em vista disso Moreira (1999) acrescenta que o seu valor econômico se valorizava quando ele era domado, ou seja, no momento em que o cavalo bravo era submetido à força física do homem, por meio de rebenques e cordas, e tornava-se passível a comandos, tornando-se um produto mais rentável. Um cavalo bem domado é uma extensão do cavaleiro, para o peão é necessário que o animal tenha as habilidades utilizáveis na lida com o gado.

O status de domador elevava o soldo do empregado assim como o valor do escravo. A doma era uma técnica arriscada, que sem domínio podia danificar tanto domador quanto animal. Para Leal “domar cavalo chucro (o cavalo selvagem), por exemplo, é um duelo no qual ele pode sempre se ferir seriamente. Para ele, viver significa não temer a morte, e cada dia de sua vida como peão campeiro ele tem que reafirmar que não teme nada” (Leal, 1992. p. 145).

Por vista do cavalo ser ferramenta direta nas lides do dia-dia do peão, em um recorte temporal avançamos para o século XIX quando as estâncias passam a serem cercadas, limitando o território. Com os alambrados de arame de metal, temos uma ruptura significativa nas práticas estancieiras no trato da pecuária. Abandona-se a caça predatória e foca-se na criação, reprodução e manejo do gado, como precitado anteriormente.

Nessa linha de transformações ocorridas nos sistemas de organizações de estâncias, na comercialização do couro vacum, e na importância do cavalo, focaremos no surgimento da guasqueria no RS. Sublinhamos que o ciclo dessa prática se iniciou com a introdução do gado bovino e a utilização do couro para a criação de objetos de uso cotidiano, então esse seria o primeiro movimento deste ofício, em meio às vacarias e às primeiras estâncias.

Após a expulsão dos jesuítas e a fixação das estâncias criatórias, em que o domínio da terra é de controle do estanceiro, tem-se a utilização de atores sociais que cumprem diversas funções, sendo, campeiro ou peão, gaúcho, alambrador, posteiro, esquiladores, domador, capataz e guasqueiro: “La tarea del guasquero está directamente asociada a lo gaucho, su historia y su integración con el medio, el caballo y las tareas rurales conectan el presente con el pasado, y esa identidad, le otorga legitimación a su práctica” (GARCÍA, 2009).

Nesse contexto, o peão era guasqueiro, com a necessidade de usar o cavalo

para recorrer o campo no manejo dos rebanhos, o uso de cordas, de freios, de bolhadeiras, maneias e rebenques, objetos do arreamento do cavalo, são imprescindíveis. O peão, conhecedor da lide campeira, inicia um processo de aperfeiçoamento de técnicas de trato do couro cru em sua transformação para objetos desse uso.

Começando assim a realizar trabalho de guasqueria para as estâncias, acaba por ser exclusivamente guasqueiro. É a época áurea da guasca.

La abundancia de cueros y la importancia del caballo dieron impulso y desarrollo a este arte popular en el siglo XIX. Pero esa misma abundancia, la baja jerarquía social de sus productores y su cotidianeidad la hicieron invisible. Razones históricas, perspectivas etnocéntricas y prejuicios culturales son la base de esta situación que se refleja en las escasas descripciones que la historia recoge en relación a la guasquería, expresando así la valoración que algunos sectores de la sociedad hacían de la misma (GARCÍA, p. 32; 2009).

A guasqueria tornou-se a prática de galpões, sua vitrine. Era produzida pelos mais velhos, ou por peões ativos que em dias de chuva concertam suas cordas. Como argumenta García, era um trabalho sujo, considerado sem valor cultural. E por isso tão pouco é conhecido.

No século XX, com o domínio das lavouras de soja e arroz, com a redução das grandes estâncias e com o êxodo rural, a guasqueria acaba por ser classificada em alguns documentos como ofício em extinção. Mas, em meio às transformações políticas, culturais, sociais e ambientais sofridas no Pampa Rio-Grandense, a guasqueria ainda se mantém presente no contexto atual. Sua forte ligação com o cavalo se conservou.

A necessidade pode não ser mais a de concertar suas cordas, não são mais peões de estâncias, já não pertencem ao meio rural, porém, a técnica de trabalhar o couro cru e tirar tentos permanece, pois, “Memory collects the countless phenomena of our existence into a unitary whole, were it not for the unifying force of memory, our consciousness would shatter in as many fragments as the seconds already”⁴¹ (HERING, Ewald apud SQUIRE & KANDEL, p.14, 2003).

2.1.2 A formação de Jaguarão: Contexto urbano e rural

⁴¹ Tradução: A memória recolhe os incontáveis fenômenos de nossa existência em um todo unitário; não fosse a força unificadora da memória, nossa consciência se estilhaçaria em tantos fragmentos quantos os segundos já vividos.

A cidade de Jaguarão tem sua história de fundação ligada à ocupação do Estado do Rio Grande do Sul, no período em que o Brasil é colônia da coroa portuguesa, e há a criação de muitas cidades e vilarejos em zonas de fronteira dos campos sulinos. Neste contexto Jaguarão inicia seus primeiros passos de consolidação como cidade.

Primeiramente é classificada como um povoado ligado à presença da Guarda Militar, que havia sido convocada para a região fronteira. Considerada por Prado (2010), como o RS, uma ocupação tardia. Era uma fronteira em que suas extensões físicas ainda não haviam sido limitadas, a presença militar constante protegia seus domínios nas proximidades dos rios.

Sendo que, as ações militares interviam e atuaram nos processos de concretização de uma sociedade. A época colonial é o momento em que Jaguarão começa a se desenvolver com a pecuária ganadeira, o comércio e os militares, garantindo a concentração de recursos econômicos.

Como colônia, os territórios brasileiros serão dominados, como no caso do RS em que há um considerável aumento populacional, exploração de gado, implementação de uma sociedade urbana; isso faz com que os povoados se tornem vilas, como no caso de Jaguarão.

Durante o século XIX, cresce econômica e socialmente, o gado é utilizado para abastecer as charqueadas de outras cidades como Pelotas, se introduz o plantio de trigo e as atividades comerciais se expandem entre as linhas do legal e ilegal. Mas todas essas formas de mercado garantem o desenvolvimento da cidade em meio as crises que assolavam o país⁴².

Considerando que em Jaguarão assim como em todo o Estado havia a presença marcante dos cativos negros, que deixavam sempre em alerta aos militares, pois, em época de conflitos que aconteciam entre os povos da fronteira, os escravos fugiam.

Todavia, destaca-se que em meio às fugas, foi negociada uma política de boa vizinhança em que todo o escravo fugitivo era devolvido ao seu dono, para

⁴² A coroa portuguesa até a consolidação do Brasil império, são marcados por diversos conflitos de interesse que afetavam o mercado econômico e social do país. Como as crises dos criadores de gado e os charqueadores em meio a o aumento constante dos produtos, taxas e impostos.

assim, ambos os lados preservarem seus grupos cativos de mão-de-obra. Essa ação iria contribuir no firmamento da paz entre a fronteira de Jaguarão e a da Banda Oriental (FRANCO, 1980).

No início de 1780 a coroa portuguesa lançava mão da doação de terras desde o sul de Piratini até a zona litorânea do rio Jaguarão. Eram pequenos terrenos, que eram povoados. Franco (1980) alude que no início, por volta do final do século XVIII, Jaguarão era um simples acampamento militar de fronteira, com aproximadamente mais de duzentos soldados. No entanto, ao final do próximo século sobe para mais de doze mil habitantes.

Os militares que estavam a cargo da proteção da fronteira, com o término dos conflitos entre as coroas ibéricas de 1802 até por volta do final de 1810, eles concentraram suas tropas para o desenvolvimento da pecuária e agricultura. Esses são considerados os primeiros passos para a formação do povoamento de Jaguarão. O período em que os conflitos diminuíram consideravelmente eram propícios para a construção social.

O autor trabalha com a perspectiva de registros de marcas de gado do ano de 1807 em que fica clara a ocupação de terras nas margens do rio Jaguarão, pois, nessa época pacífica, muitos criadores estavam reivindicando terras nesses domínios. Porém, no ano de 1810 é restrito por ordem do comando de Fronteira de Rio Grande o apossamento de terras em proximidades da guarda do Serrito.

No entanto, a região apresentava muitos benefícios. A proximidade com a Banda Oriental e a presença dos militares impulsionava a organização de um povoamento cercado pela fortificação. Logo, o estabelecimento de comerciantes, que vendiam seus produtos para os militares e para o povo da zona rural, em pequenos armazéns, tornou a região mais populosa. Tem-se também a figura dos atravessadores que comercializavam nas duas fronteiras, pela rota fluvial.

O comércio é um elemento de ligação entre as zonas de fronteira, assim como a pecuária, os que acabam por criar um fluxo contínuo de trocas culturais entre os povoados. Diferente do que acontecia com os militares que estavam em constante estado de vigília, para reter qualquer avanço vindo do lado de lá.

A situação geográfica de Jaguarão como fronteira é um fator importante para

a fundação da cidade. Próxima à Lagoa Mirim, permitia o fluxo de contrabando de animais. Franco (1980) relata que, em meados do século XIX, os povoados de zona de fronteira são prejudicados com o crescimento econômico e sociocultural da região do Prata. Consequentemente, o contrabando foi um acionador do progresso dos espaços de fronteira, ocasionando o desenvolvimento vertiginoso da classe média abastada já que, “os capitais acumulados no comércio do contrabando iam inverter-se, afinal, em campo e gado” (p. 69-70).

Apesar disso, a ocupação dessa região cresce, mais comerciantes chegam, assim como pequenos agricultores e criadores. Franco (1980) relata que a organização hierárquica da distribuição de terras estava baseada em primeira instância como Colônia de Portugal, pois toda a terra sem dono era por direito da Coroa. No Império, eram propriedade do Imperador, ele tinha o poder de conceder o domínio de propriedade. Utilizavam-se dos serviços dos governadores para incrementarem o processo de distribuição de terras.

O procedimento para a obtenção da terra era baseado por meio de uma petição ao mandatário do governo no povoado, o Comandante da Guarda, na situação de Jaguarão era que estudava o caso, emitia um parecer positivo/negativo e enviava para o seu superior, o Governador da Província. A formação urbana estava ligada à demanda de petições de terra por parte dos comerciantes que já atuavam algum tempo na região, fixaram-se em proximidade da praça, e formaram o centro comercial⁴³.

Até 1811 a população contava com trinta e duas casas, posseiros, intrusos e militares. No ano de 1814 a doação de terras volta a ser emitida, o governo inicia o processo de concessão de posse a chácaras de pequeno porte, mas em proximidade à zona comercial urbana, principalmente às margens das fontes de água.

Jaguarão apresenta até então características de povoado rural. Um marco

⁴³ No ano de 1813 a distribuição de terras é restringida, devido a doação da mesma para a baronesa de Magé, aliada a corte de D. João. - Hei por bem (...) declarar que a doação por mim feita à Viscondessa de Magé, do Rincão do Cerrito, compreende todo o terreno que se denomina “Estância ou Postos Espanhóis do Serrito e Rincão da Cavallhada”, excluía a estância do Tenente Francisco Antônio D’Ávila e o território denominado “Guarda do Serrito”, em que estão os quartéis da mesma guarda, a capela e mais moradores para os quais e para os que para o futuro aí se estabelecerem, ficará reservado o terreno entre os dois arroios ao longo do Rio Jaguarão, com meia légua de fundo (FRANCO, 1980 p. 48.)Fato que prejudicou o desenvolvimento contínuo do povoado de Jaguarão

para a transformação urbana é a presença da Igreja Católica. No ano de 1812 com a resolução Régia do Príncipe⁴⁴ temos a primeira freguesia do povoado, governada por um pároco que iria liderar temas religiosos e deter o poder de decisão no que tange a assuntos do governo (SOARES; FRANCO; 2010).

O primeiro plano de urbanização de Jaguarão data de 1815, com base em um traçado ortogonal ⁴⁵, com ruas de diferentes medidas. Então a construção da base da Guarda na proximidade com o rio e a praça, são consideradas as primeiras construções da cidade. As vilas coloniais portuguesas seguiam um padrão em suas construções, na passagem para cidade, em que o fortim militar, estava cercado por caminhos organizados por uma praça centralizada, como no cenário do plano de urbanização jaguareense.

Até então, apresentava ainda características rurais, com o cultivo de hortaliças e a criação de animais, principalmente devido ao distanciamento de Jaguarão, que causava dificuldades nas provisões de alimentos. Porém, esse espaço de terra acaba por ser diminuído, para coordenar o uso do espaço físico urbano, a partir das normas de postura⁴⁶.

As residências eram criadas em sua maioria com paredes de madeiras auxiliadas com barro. As ruas eram de chão batido, limitadas pela localização das casas. Mantendo ainda elementos rurais. Então até o século XIX as construções se mantêm neste formato. De acordo com Franco (1980) a cidade tem seu desenvolvimento de crescimento urbano baseado na proximidade com as margens do rio, com a praça central e os cerros da Pólvora e da Irmandade.

Em meio ao seu crescimento, em 1825, Portugal e Espanha entram novamente em conflito pela Cisplatina⁴⁷, que afeta Jaguarão, pois, para se

⁴⁴ Elabora-se o projeto de extensão da Igreja Católica no território sulino do Brasil, até então marcada apenas pela presença da freguesia de São Pedro de Rio Grande. O Bispo do Rio de Janeiro, com autoridade na região do RS, a freguesia então passa a ser instalada em Pelotas, Canguçu e Jaguarão.

⁴⁵ É uma planta produzida com o objetivo de ordenar os espaços e travessias urbanas, como as ruas, organizadas em paralelo em um traçado geométrico ortogonal, sem becos, apenas com ruas largas.

⁴⁶ No século XIX, as normas de posturas são criadas pelo poder público, como uma ferramenta de organização do espaço público da povoação, desenvolvendo normas para as construções de prédios.

⁴⁷ A Guerra da Cisplatina foi um conflito armado entre Brasil (Império do Brasil) e Províncias Unidas do Rio da Prata (antigas províncias do Vice-reinado espanhol do Rio da Prata), ocorrida entre 1825 e 1828. A região era motivo de disputas entre Portugal e Espanha desde o final do século XVII. Até 1816 a região foi território espanhol. Porém, em 1816, ela foi invadida e anexada a coroa portuguesa.

adentrarem ao território uruguaio utilizavam Jaguarão como travessia. Consequentemente, o fluxo de pessoas aumenta, o que tem forte influência no comércio local. Tornando-se também local de refúgio para aqueles que saíam do Uruguai em busca de proteção.

Com o fim da guerra em 1828 o mercado torna-se instável, em meio aos problemas econômicos e políticos que afetaram os dois países. Principalmente com o emprego de taxas e impostos no lado da Banda Oriental, que dificultou o fluxo de passagem de rebanhos de um lado ao outro, porém o contrabando se mantém atuante, por outras vias.

Até pelo fato da invasão ocorrida em 1828 por uruguaios e argentinos, nessa situação tudo se estagna, em meio ao combate. Franco aponta que os laços familiares e comerciais entre as fronteiras, permitiram que o povoado superasse essa situação traumática. Para tanto, em meio ao cenário de disputa entre Brasil e Banda Oriental, têm-se a proposta enviada pelo Conselho Geral da Província Rio-Grandense ao Governo do Rio de Janeiro, o projeto de criação do município de Jaguarão, no ano de 1832. Sendo executado tal projeto em 1833, com a admissão da Câmara Municipal da então vila, que tinham certo controle legislativo e governamental.

Outro momento crucial que desestabiliza o crescimento e concretização do município de Jaguarão são os impactos da Revolução Farroupilha⁴⁸. Segundo documentos nesse período que afetou todo o Estado, Jaguarão permanece em latência. A guarda militar mantém-se ativa e concomitante com alguns comerciantes. O resto da população abandonou suas propriedades, já que o mercado estava estagnado.

Em 1821, D. João VI anexou a região ao Reino Unido de Portugal e Alvares, denominando-a de Província Cisplatina. Porém, como a anexação não foi aceita pela população de maioria espanhola da região, teve início um movimento de independência.

⁴⁸ A Revolução Farroupilha, também é chamada de Guerra dos Farrapos (1835 - 1845), ocorreu no Rio Grande do Sul, foi a mais longa revolta brasileira. Com duração de dez anos, liderada pela classe dominante sulista, formada por fazendeiros de gado, que usou as camadas pobres da população como massa de apoio no processo de luta. Em 1821, foi decretada a lei do dízimo sobre as exportações, como charque, sebo, a erva mate, e o trigo.(LOPES, 2013, pag. 10). Além do mais, se as tropas que lutavam nas guerras eram gaúchas, seus comandantes vinham do centro do país. Tudo isso causou grande revolta na elite rio-grandense. No início da década de 30, o governo aliou a cobrança de uma taxa extorsiva sobre o charque gaúcho a incentivos para a importação do importado do Prata. Ao mesmo tempo aumentou a taxa de importação do sal, insumo básico para a fabricação do produto. O imposto sobre a importação de sal, indispensável para indústria do charque e para manutenção do gado, era muito elevado.

A vila que até então vinha em um movimento contínuo de crescimento, torna-se despovoada. Os líderes municipais tentam reerguê-la, porém as estâncias e as charqueadas estão paradas, em falência, e os colonos saíram à procura de novas terras. Tem-se a zona urbana totalmente desabitada, a câmara municipal tenta reverter a situação. Os dez anos que duraram a Revolução, causaram muitas perdas para a vila (FRANCO, 1980).

Com o fluxo migratório que ocorreu no Estado, já trabalhado anteriormente, os líderes da Câmara Municipal, em 1857, acreditavam que podiam se aproveitar desse fluxo para reerguer a sociedade. Porém, essa ação não é atingida, ficando a cargo de povos de diversas regiões e etnias ocuparem Jaguarão. O mercado comercial fronteiriço era um ponto de acionamento para o regresso e chegada de novos grupos étnicos (portugueses, espanhóis, uruguaios e africanos).

O comércio de charque auxiliou no crescimento econômico da cidade, que



vendia para o norte do Brasil. As situações presentes no desenvolvimento de Jaguarão (Figura 3), que em 1855 está elevada a cidade, é o distanciamento geográfico de outras cidades, a demora na regulamentação da posse de terra e a subordinação aos mandos do governo central, que a afetam diretamente.

Figura 3-Cidade de Jaguarão

Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. Aquarela achada em um Sebo em Montevideo e doada ao Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. Datada de 1880. Autor desconhecido

Em contraposição a isso, nos anos de 1850 ocorre o retorno dos negócios na cidade, acontecendo uma alta demanda por terras, que apesar das situações presentes, ainda é ponto tático para os militares na Guerra do Prata⁴⁹. Ou seja, novamente os militares são instrumento de impulsão econômica para a cidade, até porque eles sempre estiveram presentes em sua construção, e muitos tornaram-se comerciantes e criadores de gado.

Em meio aos momentos de pacificação nas zonas de fronteira, Jaguarão se ergue, deixa de ser uma vila de ranchos de barro e passa a ter edificações de alvenaria. A produção de gado está em alta, a população prospera economicamente. Mas uma nova crise a assola: a epidemia de cólera que invadiu o Estado chega à cidade de Jaguarão e novamente as casas são abandonadas. Com a superação desse grande problema, em 1865, Jaguarão sofre com a invasão do exército uruguaio⁵⁰. Sendo que em 1864 se iniciava a Guerra do Paraguai⁵¹, esses conflitos causaram inúmeras perdas materiais e humanas para Jaguarão.

Novamente a paz reina. No início de 1870 volta a crescer o setor econômico de Jaguarão; tanto que no ano seguinte o sistema de telegrafia é instalado, ligando-se a Pelotas e, posteriormente, a Porto Alegre. Na política a situação está calcada por ações do governo liberal que prega a melhoria da gestão pública investindo no espaço público. O porto da cidade está em pleno funcionamento, com cargas e distribuições para todo o Estado. A instabilidade econômica da cidade permitiu seu aumento demográfico, chegando ao final do ano de 1800 com 10.761 habitantes (FRANCO, 1980).

Jaguarão se manteve com a produção comercial voltada para as áreas da

⁴⁹ Aconteceu entre 1851 e 1852 na região do rio do Prata, um estuário criado pelos rios Paraná e Uruguai. Ocorreu por consequências de ações do presidente argentino Juan Manuel de Rosas, uniu-se ao então ministro da guerra do Uruguai, Manuel Oribe, na tentativa de constituir um país único. Isso era definitivamente ruim para os interesses da Inglaterra, França e do Império brasileiro, que combateram o plano de Oribes e Rosas.

⁵⁰ O Brasil está sofrendo com a Guerra contra Aguirre, essa foi uma agitação que aconteceu no ano de 1864, envolvendo o Brasil e o Uruguai, no momento em que o Brasil cortara relações com o Uruguai; tudo teve início quando Aguirre – administrador do Uruguai e chefe do Partido Blanco, comandou diversas incursões contra o território gaúcho, que se encontrava repleto de fazendeiros pecuaristas.

⁵¹ Guerra do Paraguai foi o maior conflito armado internacional ocorrido na América do Sul. Foi travada entre o Paraguai e a Tríplice Aliança, composta pelo Brasil, Argentina e Uruguai. A guerra estendeu-se de dezembro de 1864 a março de 1870. Causada pelo interesse do ditador paraguaio Francisco Solano Lopes de conquistar terras na região da Bacia do Prata.

pecuária, do comércio e a presença atuante dos militares. O sistema industrial da cidade se apresentava pelas charqueadas, que comercializavam seus produtos por meio fluvial, através do porto, exportando também para o Uruguai. Nesse momento, o porto é um elemento gerador de grandes recursos, pois, sem que os acessos terrestres fossem ainda construídos, a via fluvial era a forma mais rápida de transporte de produtos. Essa fase acaba por ser conturbada com a construção da ferrovia de Rio Grande.

A localização geográfica, que a tornava uma cidade longínqua, acaba sendo muito evidente, principalmente com os aumentos das taxas e o imposto sob o transporte de produtos. Para driblar essa situação conflitante os moradores utilizam vias ilegais como o contrabando, para assim se estabilizarem economicamente. Porém, essa estratégia acaba por interferir ainda mais na situação já abalada do mercado local, pois o governo do Estado visando diminuir as práticas ilegais em Jaguarão, proíbe a navegação nas águas da Lagoa Mirim e nas águas fronteiriças do Uruguai.

Em salto temporal, partimos para o início do século XX em que a economia do Estado está fixada com Porto Alegre desenvolvida em torno da industrialização, e Jaguarão se mantém economicamente por meio da exploração pecuarista e agrícola (soja e arroz), pois o setor rural é de grande extensão. No entanto, para que este estudo não se distancie dos seus principais objetivos e não ultrapasse os limites estabelecidos, em meio a essa breve introdução sobre a construção da cidade de Jaguarão voltemo-nos para a situação da zona rural (MARTINS, 2001).

Em Jaguarão tem-se a base econômica calcada pela produção de pecuária principalmente de bovinos e ovinos. O espaço rural até o século XIX, era tomado exclusivamente pelas estâncias, chácaras e charqueadas. Nessa região o gado era criado livremente, não haviam cercas. As terras chegavam até onde a visão não alcança. Propriedades provindas da doação das sesmarias⁵² da coroa portuguesa.

O período inicial do século XIX é marcado pela transformação do estancieiro em relação a sua terra, começa-se a valorizar mais essa posse. Iniciando a sua organização pelo cerceamento e as demarcações, a disputa pelo melhor pedaço de

⁵² Consolida-se por ser uma normatização da distribuição de terras, realizadas pela coroa portuguesa, destinadas à produção agrícola.

terra havia começado. Acumulavam-se as cabeças de gado, o foco era quantidade, e não a qualidade das matrizes de reprodução.

Lembrando que no RS os bovinos se encontram em estado chucro, com a predominância da raça crioula, era comum ainda encontrá-los em estado de selvageria. A lida com esses animais consistia em uma tarefa árdua, que mesclava sabedoria e força, para repontá-los no meio de grandes extensões de campo.

Os capatazes, peões e vaqueanos sempre andavam montados, recorriam os campos a cavalo, participavam de atividades do cotidiano e do lazer sempre ao lado do pingo⁵³. A ligação do homem com os animais irá perdurar por muito tempo. “Um homem e seu cavalo; é um centauro entonado; em cima vai um gaúcho; em baixo vai um gateado” (Trecho da música de Luiz Marengo)⁵⁴.

Quanto às moradias, essas eram pautadas pela simplicidade e para cumprir uma função: a de proteger; a estética não era priorizada. Predominavam os ranchos de barro e palha, protegidos em suas aberturas por guascas de couro, em que residiam principalmente os peões e vaqueanos.

O galpão do fogo não é tão silencioso. Ali dormem os peões, aproveitando o calor da roda. É um rancho de torrão com paredes de uns dois metros de altura, coberto de santa-fé em quinha de escada. (...) O vento entra por todos os lados (...) fazendo tinir os arames e latas encontrados no caminho. Aquilo é a casa dos peões, se se pode chamar de casa um rancho sem portas onde moram o fogo, a fumaça, o vento e a poeira (MARTINS, p.4; 1944)

A forma de organização das estâncias era fundada em torno da casa grande do dono das terras, com diversas construções ao redor, que não seguiam o padrão rústico apresentado nas casas dos peões. Pois, muitos eram familiares do patrão. Dividiam essa organização com os galpões, as mangueiras, capela, senzala e cemitério familiares. Esse tipo de organização era o predomínio das grandes propriedades.

A figura do fazendeiro sulino é descrita nesta época como líder que procurava ter ao seu controle trabalhadores de confiabilidade, para o auxiliarem a conservar o domínio de suas terras e de seus rebanhos (LUVIZOTTO), frente aos invasores que vinham de todos os lados. O risco de serem atacados fez com que

⁵³ Expressão utilizada para designar cavalo (BOSSLE, 2003).

⁵⁴ Música Um Gaúcho Vem Da Fronteira, lançada em 2013, composição e autoria de Luiz Marengo.

muitas fazendas se fortificassem com muros e torres, com elementos táticos de fortes militares, auxiliando assim na segurança pessoal e material das estâncias. Afinal, o comércio de couro, charque e carne e outros produtos de origem animal e vegetal sustentam os estanceiros.

Os escravos eram uma mão-de-obra, porém eram muito caros, o que demandava um alto investimento por parte do estanceiro. Em muitos casos esse fator, de acordo com Martins (2001), pode ser um elemento que fez com que os senhores de terra em Jaguarão tivessem poucos escravos. A valorização do escravo causou aos charqueadores do sul um estopim financeiro negativo, já que eles não possuíam tanto capital para investir nessa aquisição.

Vale destacar que Jaguarão teve charqueadas, porém, essas não atingiram o ápice como as de Pelotas. Eram estruturadas por galpões de charquear, depósito, a graxeira, a barraca de couros, moradia do capataz, a senzala e casa do proprietário (MARTINS, 2002). Apesar da formação de grandes rebanhos e da localização geográfica em proximidade com as vias marítimas, no entanto, o gado é o que a sustenta em meio a tantas crises que lhe acometeram, sendo a indústria do charque abundantemente desenvolvida em Pelotas e Bagé, Jaguarão passa negociar seus rebanhos para essas regiões.

Essas charqueadas eram erguidas às margens do rio, ponto primordial para o seu funcionamento, já que para conseguir o sal para fazer o charque era necessário importá-lo. No entanto, a indústria do charque em meio às crises marítimas e taxas impostas pelo governo, acaba encerrando suas atividades. Poucas chegam ao século XX ainda em funcionamento (FRANCO, 1980).

Outro setor que não pode ser esquecido é a agricultura. Nessa região com solo favorável foi possível cultivar grãos como o arroz, ao ponto de serem exportados no início do século XX. Essa cultura na atualidade ainda é elemento da base econômica da cidade, juntamente com a soja. Contemporaneamente Jaguarão, de acordo com dados da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, se mantém com a produção agropecuária de bovinos, ovinos e equinos, com o cultivo de soja, arroz e trigo, que são suas principais bases. Secundariamente aparecem as indústrias alimentícias e de vestuário. Diante dessas colocações de Jaguarão urbana e rural, que afetam a produção da

guasqueria, iremos trabalhar com a organização das estâncias em relação ao trabalho de peão e o local onde se inicia a criação de peças de guasqueria, o galpão.

2.2 Guasqueiro também é peão

2.2.1 No galpão e no campo

As ações produzidas no dia-dia são ricas para entendermos a maneira como o guasqueiro constrói sua realidade por meio dos significados do saber e fazer que compartilha. Encontramo-los inseridos em um mundo rural-urbano, em que as experiências desses sujeitos são percebidas de forma diferente. Na análise do guasqueiro um eixo que sustenta suas atividades na lida é ser peão e estar entre os afazeres do galpão e do campo.

O campo é, nesse caso, o lugar de terra e pastagens, em que os animais o utilizam para viver e se reproduzirem, mas que para o peão é o espaço de trabalho. É no campo que se firmam os contatos sociais; o tempo que permanece nele é maior do que fica em sua casa. O deslocamento para fora desse território, nas maiorias das vezes, é para visitar os familiares e amigos, ou para comprar mantimentos.

O peão, como o operário do campo, tem todo o trabalho do tratamento e cuidado do gado. (...) O peão caseiro, chamado simplesmente de caseiro, cuida da sede. Estão a seu cargo atividades de tirar leite, encerrar a terneirada à tarde, varrer os pátios, enterrar o cisco, (...) tratar da carne de consumo da estância, auxiliando a matança, cortar e carregar lenha, podar o arvoredado, etc. O galponeiro, também chamado de cabanheiro, tem a seu cargo os animais de galpão (...). O posteiro é o empregado que mora no campo, em rancho, com a família, tomando conta do posto ou rancho que fica colocado em ponto estratégico na estância. Cabe-lhe cuidar das ovelhas, inspecionar os aramados, policiar o campo e o gado, etc. (...) (Laytano, 1952. p. 40).

O galpão segue essa linha, tratemos dele como um organismo vivo que está sempre em atividade, local onde o peão sempre se faz presente, seja para descansar, para guardar seu material de trabalho, para se reunir com os companheiros de lida ou para arrumar suas cordas.

A centralidade que envolve esse espaço está na trajetória do campo. O galpão e a lida campeira, essa é a percepção do meio rural, no cotidiano do peão. Dessarte, ao compreender a formação das estâncias, nota-se que o desenvolvimento social e econômico no princípio se apresentava no entorno

dessas; logo, nas estâncias atualmente existem o galpão, a casa do peão e a casa do proprietário.

O galpão, como o espaço de ocupação do peão, constituído pela presença das cordas, das ferramentas, dos medicamentos para os animais, dos arreios, dos pelegos, dos bancos ou tocos e do rádio. Uma coleção de objetos, carregados de valores e significados presentes no cotidiano, na constância da relação homem e objeto, “uma dimensão da vida social permeada de valores e de realidades múltiplas. Coisas que vêm do passado e objetos que estão presentes” (DaMatta, 1986, p. 19).

Nos afazeres do cotidiano o galpão é um arremate do campo, tendo como baliza o trabalho, sendo espaço de relações sociais e econômicas. O trabalho é realizado na estância localizada na campanha, essa mencionada pelos peões-guasqueiros como um lugar distante da cidade, em que se tem muitas dificuldades, porém um bom lugar para se viver e trabalhar, como acrescenta o guasqueiro Marcos Chagas (2018).

No galpão os visitantes são recepcionados, e nele que as relações sociais acontecem seja entre patrão e peão, seja entre peão e peão. Não deixaremos de lado o ir à cidade, afinal as ações comerciais e pessoais do peão são supridas pela cidade. É uma quebra em sua interação cotidiana, tem-se o planejamento de se ir. Normalmente ocorre nos finais do mês ou no fim-de-semana. Se inserem no contexto urbano, muitas vezes para participar das festas e rodeios. Mas para compreendermos as atividades de peão é necessário discorrermos sobre as relações com outros atores sociais que estão inseridos no contexto rural.

De fato, para Martins (1944), as definições acerca do trabalho rural estão baseadas no trinômio peão-capataz-patrão, o peão esse ator social que representa diferentes funções na organização da uma estância. O que o transforma em um trabalhador polivalente, adaptando-se sua identidade à necessidade do contexto, e às exigências do patrão, em uma relação de proximidade contínua. Essa relação está baseada no peão exercer as lidas do campo mediante o pagamento de um salário. O peão residia junto a outros peões no galpão das estâncias, principalmente aqueles que eram solteiros, demonstrando aqui um certo afastamento perante o patrão que reside na fazenda, e só adentra ao galpão

quando necessário.

Essa discussão é importante para demonstrar que o galpão sempre foi o espaço do peão, seu lugar de descanso, de interação social e de trabalho, representando a ordem hierárquica existente, que na campanha representa as relações de poder dirigidas pela sociedade capitalista. O peão sabe o valor e sua importância na movimentação econômica das estâncias, tanto que, entre os séculos XIX e XX o peão ainda possui a independência de se permitir estar sempre em mobilidade. Para o autor isso era possível pela alta demanda por mão-de-obra qualificada em meio ao desenvolvimento das estâncias.

Se regressarmos para a afirmação das estâncias no Rio Grande do Sul, de acordo com Gonzaga (1996), teremos um planejamento por parte da figura do patrão para controlar os avanços dos homens bravios do pampa, detentores de um saber-fazer da lida campeira. Dessa forma, foi necessário para que não houvesse risco de uma revolta construída por esses sujeitos em negativa ao meio de governança patriarcal, de colocá-los como parte importante do processo de produção das estâncias, com suas habilidades utilizadas como mão-de-obra fundamental, uma forma de categorizá-los com certo status social, afinal:

As estâncias estendiam-se por centenas de hectares. Eram cercadas de muralhas, de cercas vivas de cactos, de sebes ou valados. Cada estância estava dividida em vários distritos ou rodeios, contendo cada um cinco a seis mil cabeças de gado. As estâncias dos guaranis eram as mais belas de todo o país (...) cada fazenda tinha a sua capela, seu laranjal e outras árvores fruteiras, de que ainda se encontram vestígios (...) Todos os estabelecimentos eram magníficos. Ainda hoje se fala deles. Sua reputação não se extinguirá tão cedo nessas regiões. Segundo os regulamentos, o pároco ou seu camponês tinha de visitar as estâncias uma vez por ano, pelo menos (LUGON, p. 128;1998)

Contudo o peão faz parte de uma rede de compartilhamento voltada para os interesses do estancieiro. Fundado no sentimento de confiança, troca de valores e desenvolvimento da terra. Para tanto, Franco (1960) determina que então estariam esses trabalhadores manipulados pela criação fantasiosa do patrão, figura de liderança que expressa seu poder e força com respeito e sabedoria, presando sempre pela lealdade e legalidade. Então no Rio Grande do Sul e até mesmo em Jaguarão, se estreitam os elos entre o patrão estancieiro, inicialmente militares e o peão índio e branco.

Então a figura do estancieiro representa um poder político e social, atuando

durante muito tempo nessas duas esferas. O que contribuiu ainda mais para consolidação como sujeito social que representava as coisas boas na vida campeira, a ideia bucólica de um patrão voltado para o bem-estar de seu Estado e de sua gente. Gonzaga (1996) salienta que a identidade do peão estava sempre em transformação nas mãos dos estanceiros, ao ponto de muitas vezes o caracterizarem como gaúcho⁵⁵, em sua incorporação inicial de homem nômade e bandoleiro a herói dos pampas na mesma figura do peão, isso ocorreu até o século XX. Era uma tática da classe rural dominante manter a sua supremacia econômica e sociopolítica.

Nesse sentido, de naturezas iguais peão e patrão dividem pacificamente a criação dos signos de experiências mediante as lidas campeiras. Nesse caso, pode-se dizer que se trata da construção de valores em que a autoridade do patrão prevalece, devido às fundações sociais do espaço rural. Para Holanda (1995) esses fundamentos são fixados por influência direta da sociedade colonial portuguesa que imprime um sentido norteador da figura patriarcal do senhor das terras, como benevolente que cuida da administração das terras, dos trabalhadores, da casa e da comunidade.

Por um longo período prevaleceu nas propriedades rurais o modelo de funcionalidade democrática do campo, isso era cabível para impulsionar economicamente o mercado pastoril, como também uma estratégia política, pois com essa ideia do espaço do campo ser democrático garantia ao estanceiro a confiança de seus peões, e em caso de conflitos esses sairiam para proteger a propriedade. Em relação a suas atividades o peão exercia desde atividades secundárias como a limpeza em volta das casas, ou a plantação das hortas que auxiliavam na alimentação, além da lida campeira com os rebanhos. Outro ponto fundamental para sua existência em uma fazenda, como dito, era seu uso como

⁵⁵ As tuas vestes são um traje de festa, ante a vestimenta rústica do vaqueiro. As amplas bombachas, adrede talhadas para a movimentação fácil sobre os baguais, no galope fechado ou no corcovear raivoso, não se estragam em espinhos dilaceradores de caatingas. O seu poncho vistoso jamais fica perdido, embaraçado nos esgalhos das árvores garranchentas. E, rompendo pelas coxilhas, arrebatadamente na marcha do redomão desensofrido, calçando as largas botas russilhonas, em que retinam as rosetas das esporas de prata; lenço de seda encarnado, ao pescoço; coberto pelo sombreiro de enormes abas flexíveis, e tendo à cinta, rebrilhando, presas pela guaiaca, a pistola e a faca — é um vitorioso jovial e forte. O cavalo, sócio inseparável desta existência algo romanesca, é quase objeto de luxo. Demonstra-o o arreamento complicado e espetaculoso. O gaúcho andrajoso sobre um “pingo” bem aperado está decente, está corretíssimo. Pode atravessar sem vexames os vilarejos em festa (Trecho da Obra *Os Sertões*, p. 182, de Euclides da Cunha; 1985).

soldado para defender os interesses do estancieiro, combatendo os invasores.

Tanto que nas grandes extensões de terra das estâncias o peão também era um posteiro, ficava em vigília em diferentes locais para proteger os animais. Nesses espaços era comum o mesmo adquirir um pequeno pedaço de chão para iniciar uma plantação e com alguns animais. Eram normalmente o empregado mais próximo ao patrão que era designado para essa tarefa. O peão que tivesse família utilizava seus filhos para pequenos afazeres para auxiliá-lo na lida (PESAVENTO, 1982).

Em meio às atividades exercidas esse sujeito também desempenhava o papel de tropeiro e mediante as instalações das charqueadas e frigoríficos, atuou nesse setor também. Podemos tratar o peão como um grupo social, uma comunidade de sujeitos que compartilham tarefas e rotinas estabelecidas, em um contexto temporal pré-definido. Na ideia de um compartilhamento do comum, Rancière (2005), de práticas em que os sentidos estão envolvidos em meio à criação de signos, juntamente com outros indivíduos.

Na partilha de gestos, de manejos, de técnicas que mantém a similaridade e atos progressivos de repetição (SENNETT, 2015). Alojados na formação da identidade desse sujeito, na rotina do peão temos o domínio dos saberes campeiros, a natureza repetitiva fixa na memória o modo em que o corpo exerce automaticamente a tarefa, como uma memória-hábito.

Uma vez que as atividades campeiras são condicionadas a reinterpretações para a análise da realidade social do peão, pois, deve se considerar que essa figura social em sua formação está estruturada com o campo, com o domínio de uma prática, seguindo uma rotina em meio a constantes interações sociais, emergidas do contexto da lida com animais, a sua inserção na campanha sulista, assentada pela propriedade da terra, de grandes produções de pecuarista que movimentam o mercado do Estado e do país, juntamente com a exploração do setor agrícola, são responsáveis pela existência do peão.

O processo de reconfiguração da campanha sulina está ordenado pela presença do gado, como afirma Pasavento (1986), especificamente como produto a ser comercializado, na construção do trabalho no campo, com as figuras do peão e

do patrão. As relações entre essas figuras se mantiveram apesar das modificações do cenário trabalhista, quando da exploração do gado passa-se à massificação dessas para o desenvolvimento das charqueadas e frigoríficos no século XX. Sendo que, “[...] o espaço da Campanha se torna um território de orgulho e pertencimento porque eles entendem que fazem parte e dão sustentação a essa condição. Ou seja, se a região se “sustenta”, muito se deve ao desempenho desses atores sociais “ (MARTINS, p.84; 2011).

Medeiros (1967) expõem, que, os rebanhos de bovinos e ovinos, juntamente com os equinos são os elementos de afirmação dessa profissão. Introduzidos nas vastas dimensões de campos, com pouca ocupação humana, com domínio dos animais é que o peão se reafirma cotidianamente. No entanto, considerando o avanço da tecnologia o peão tradicional se readapta novamente com o uso de mídias como o celular e a Internet, que se tornam elementos facilitadores e necessários para o trabalho.

O peão se conservou no centro das transformações do modo de trabalho, tendo que se adaptar. Dessa adaptação tornou-se um personagem representativo da zona de campanha no Rio Grande do Sul; ressalta-se para tanto, que o peão também éguasqueiro, em suma, para compreender a produção e reprodução desse ofício se torna fulcral analisarmos as funções de um peão.

Todavia ao atermo-nos na visão dos guasqueiros pesquisados sobre a forma que iniciaram suas atividades nesse ofício, o ser peão é o elemento central, nesse sentido só se tornou guasqueiro, pois, foi ou é peão, criou-se ou trabalhou na campanha. Com isso colocado, partiremos de algumas colocações dos guasqueiros sobre suas vidas no espaço rural e no trabalho de lida do campo.

Assim, o peão é também tosqueador, alambrador, ferrador, carneador, castrador, domador, e guasqueador, são muitas as alcunhas de um peão. Para o guasqueiro Marcos Chagas (2018) “não tem diferença entre campeiro e peão, o peão faz todo o serviço do campeiro, caseiro, alambrador, essa parte toda aqui”. O mesmo mora no campo desde a infância, seu pai era peão, seguiu na mesma profissão que seu pai, era o que conhecia e sabia fazer, ser peão.

Já para o guasqueiro Ademir de Souza (2018) a relação de capataz e peão é

a mesma, pois, realizam o mesmo trabalho; no entanto, é o capataz que deve se explicar ao patrão quando algo apresenta problemas. O peão, em sua visão, pode ser sinônimo de campeiro, são a mesma coisa. Sendo capataz, afirma que se lhe oferecessem a opção de escolher entre ser capataz ou peão, escolheria a última, pois, a responsabilidade de resolver os problemas de administração é menor.

A carga que a figura do capataz carrega é muito pesada, o peão é mais livre. Até porque, o face-a-face com o patrão é realizado pelo capataz, é dele que é cobrado o rendimento da estância e se as contas não estão batendo, jamais serão cobradas essas ações do peão. Por isso ele preferia ser peão antes do que capataz, caso lhe questionassem atualmente.

Nessa mesma linha, o guasqueiro Celoir (2018) de 63 anos, nascido em Jaguarão, também define que peão e campeiro são a mesma figura, desempenham o mesmo papel. Sua vida sempre foi dentro das estâncias, fazendo o que mais gostava: a lida com os bichos. Era capataz, e define esse como o responsável, “o patrão só fala com o capataz, o patrão não lida com os empregados, é o capataz que faz, o capataz faz toda a parte de lida”⁵⁶. Sempre morou na campanha, se iniciou a trabalhar com dezesseis anos, com carteira assinada como sublinha, pois, com cinquenta e cinco já estava aposentado.

O guasqueiro Ademir de Souza (2018), comenta que nasceu na zona rural, quando guri brincava bastante, e depois começou a trabalhar com doze anos e assinou carteira com quatorze anos como peão, seu pai trabalhou na charqueada por vinte e cinco anos e depois foi para a campanha trabalhar como peão. Explica que no trabalho do campo é “normal recorrer o campo, curar bicheira, colocar brinco em terneiro, inseminação, toque, registros, castração de cavalo, de touro e de carneiro, porque, tudo que é macho se castra” (ADEMIR DE SOUZA, 2018).

A vida no campo ninguém vai falar diferente, talvez seja por isso que se terminou essa história de peão, porque, o peão e capataz não tem diferença, a diferença é só no nome. Onde eu trabalhei nunca teve isso do patrão falar só com o capataz, era ao contrário as vezes a informação vinha do peão até chegar em mim. A diferença é que eu acho talvez, é que ele tem a responsabilidade de manter o troço em ordem, ele faz o serviço, tem lugares que o capataz só fica mandando. Nem todo mundo faz o mesmo serviço. Agora é só no nome a diferença entre peão e capataz hoje em dia. Na minha cabeça eu não vejo diferença nenhuma, o serviço do dia-dia, é o mesmo, o capataz tem que manter o troço em ordem, porque o

⁵⁶ Trecho transcrito da entrevista realizada em 2018.

trabalho se pega junto. São poucos os lugares que se chega o capataz não façam nada (ADEMIR DE SOUZA, 2018).

Relata que o peão em relação ao tempo, é mais livre, quando chega o horário do término do serviço vai para casa, sem se importar se o chefe está descontente por não ter realizado a tarefa, “se o bicho está abichado e o peão não curou, e já foi embora, é em cima do capataz que cãem a responsabilidade e as explicações” (ADEMIR DE SOUZA, 2018). Mesmo sendo capataz, sempre trabalhou ao lado dos peões, até mais do que eles, “saíam às seis horas e eu à meia noite”. Um ponto que destaca é o uso das mídias tecnológicas que transformam a rotina de trabalho, adaptando-se ao uso de mecanismos como o computador, até porque “se não souber da tecnologia não dirige um trator”. O capataz tem que estar sempre atualizado.

O ser peão vai além da lida, a vestimenta também é um elemento de diferenciação, Ademir coloca: “sempre de uniforme, onde eu trabalhava, não podia andar sem camisa, geralmente na estância se anda tipo bicho sem camisa, de bombacha; na firma, não podia andar sem bota, era vestindo bombacha, camisa, bota, tirador e laço”. Destaca-se, que ao chegar em sua casa, no espaço urbano, retira seu uniforme e as pessoas comentam a rapidez em que se desfaz o gaúcho. Nessa mesma, linha o guasqueiro Marcos Chagas em sua entrevista, sendo que o mesmo reside na estância em que trabalha, estava vestindo as vestes de peão, ou como mencionou o guasqueiro Ademir, o uniforme.

Essa forma de vestir-se é também um mecanismo de reafirmação da identidade. O mesmo aconteceu, em visita feita aos guasqueiros Justus, Pedro Pires e Marcos Tissot, que estavam trançando o couro vestidos de bombacha, camisa, botas ou alpargatas e chapéu. Uma maneira de representar a si ao mundo exterior, como afirma Hall (2006). A partir da vestimenta se constrói uma imagem que se deseja projetar e reproduzir, sendo que através dessa, o *self*⁵⁷ é criado, como a identidade desses sujeitos.

As experiências e a rotina produzidas na lida campeira formam pontos de compartilhamento comum ao grupo social dos peões que são guasqueiros. Um

⁵⁷ “self é um projeto simbólico que o indivíduo constrói ativamente. É um projeto que o indivíduo constrói com os materiais simbólicos que lhe são disponíveis, materiais com que ele vai tecendo uma narrativa coerente da própria identidade” (THOMPSON, p. 183; 1998).

processo singular que acaba por resultar numa identidade de certa forma compartilhada e que direciona como esses indivíduos se estruturam no sistema social do qual fazem parte.

Dessa forma, ao falarmos de identidade podemos voltarmos para a discussão anterior sobre artesão e guasqueiro, com o acréscimo da figura do peão. No entanto, enquanto a ideia de ser definido como artesão em muitos dos casos é vista de forma totalmente oposta ao guasqueiro. No caso do peão, ele é uma extensão do guasqueiro, um complemento: de peão se passa a guasqueiro, ou é peão e guasqueiro. Para isso, Cuche (1999) trata a identidade como o meio de caracterizar o indivíduo em um lugar, em um ponto de localização, possibilitando-lhe se identificar no conjunto social.

Com essa afirmação do autor, de localização e identificação, pode-se constatar que a guasqueria produzida é uma ferramenta de trabalho, o peão trabalha com o couro para consertar e arrematar suas cordas, laços e cabeçadas, adquire esse saber e fazer em meio à rotina da lida, como algo indispensável, no galpão (produz a guasqueria) e no campo (trabalha com as peças produzidas).

Capítulo III- Produzindo guasqueria

3.1. Lonqueando o couro

A fase inicial para a criação de um objeto é o período em que o guasqueiro adquire a matéria-prima adequada. Na época em que as estâncias estavam em seu nível de produção pastoril alta, o guasqueiro conseguia o couro-cru através da carneada; muitas vezes era convidado para abater o animal e retirar o couro. O abate é realizado normalmente no galpão, em meio às ferramentas de trabalho ou

próximo às mangueiras. Atualmente eles compram a matéria prima através das cooperativas e principalmente por encomenda do couro cru da cidade de Pelotas.

Os guasqueiros explicam que existem algumas formas de abater o animal, as duas mais citadas são por meio da paralisação, utilizando-se uma ferramenta pesada com um machado ou marreta e batendo com essa na cabeça do animal, usa-se também arma. A seguinte seria a sangria, que consiste em amarrar e pendurar o animal, fazendo com que esse fique de cabeça para baixo, e com a faca fura-se a artéria principal na jugular. Considera-se um bom carneador àquele que não faz o animal sofrer; essa é uma qualidade indispensável. A carneada então é o meio de conseguir o couro, é necessária uma boa faca para não estragar o grupão (Figura 4) como afirma o guasqueiro Pedro Pires (2017).

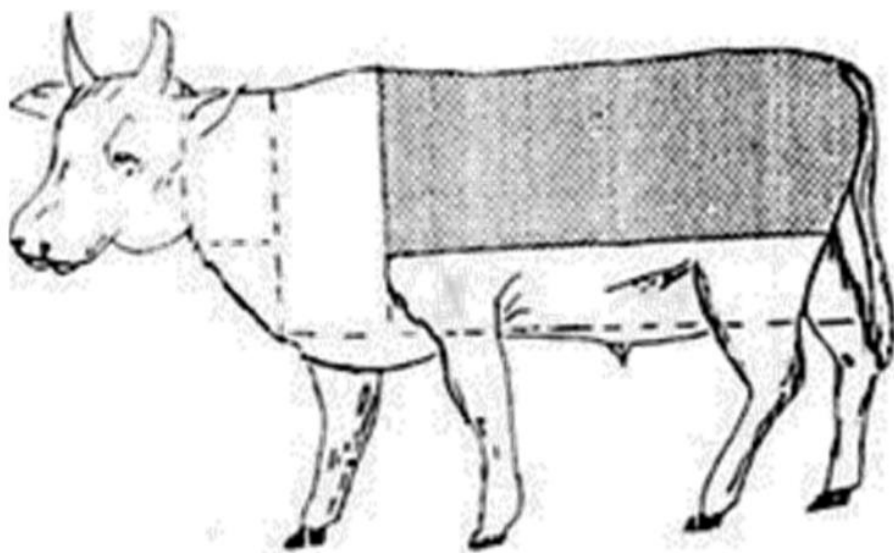


Figura 4-Representação do grupão em um bovino
Fonte: FLORES (1975)

O grupão é a região do lombo, em destaque na figura acima, considerada a parte mais nobre, com excelência de textura. Já a cabeça e/ou pescoço, possuem um elevado grau de espessura, a pele é mais grossa e resistente diferente dos flancos em que a pele é mais sensível e se rompe facilmente. Ao se trabalhar com a matéria-prima em estado *in-natura*, em que é conseguida direto do animal. O couro verde⁵⁸ é lavado para retirar restos de pele, gordura e sangue, depois o mesmo é

⁵⁸ Recém tiradas do animal e não passaram por nenhum tratamento de conservação preventiva. Sua utilização deve ser feita dentro de poucas horas, para que não sofram uma decomposição bioquímica natural.

estaqueado e colocado ao sol para secar. No processo de estaqueamento deve se ter alguns cuidados com o material para não danificar o couro, sendo eles:

- a — O couro estaqueado deve estar limpo, livre de gordura, resíduos de carne e coágulos de sangue;
- b — No verão, o estaqueamento deve ser feito com sol indireto; a ação direta dos raios solares sobre o couro torna-o quebradiço e ressequido;
- c — O couro deve ser estaqueado com o carnal para cima;
- d — O estaqueamento feito sobre uma parede de madeira, com o uso de pregos, é o mais indicado; nesse caso, a parte do couro correspondente à cabeça do animal deve ficar para baixo;
- e — Se o estaqueamento for feito sobre o chão, convém que o seja em terreno inclinado (a parte do couro correspondente à cabeça, para baixo (COELHO, p.28, 2016).

Para estaquear (Figura 5) utiliza-se um quadro de madeira ou varas formando um asterisco de cinco pontas em um quadro, fixa-se o couro neste quadro e põem

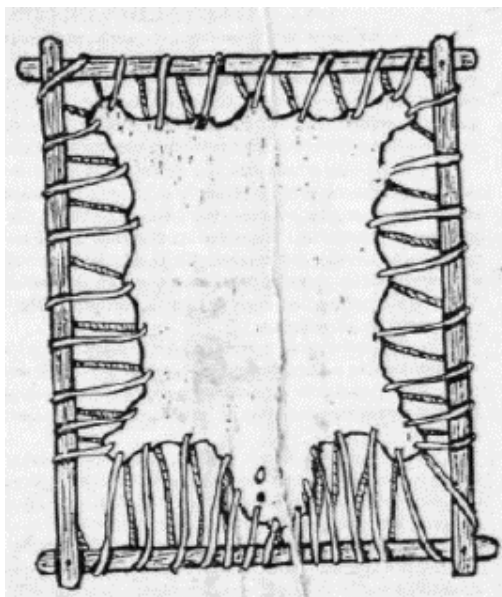


Figura 5 -Esquema de estaqueamento do couro Fonte: FLORES (1975)

para secar. Nessa forma de secagem o couro se conserva por um longo período

O couro quando totalmente seco (*Figura 6*) pode ser estirado em um espaço arejado, como o couro bovino exposto pelo guasqueiro Marcos Chagas (2018) na figura abaixo.



Figura 6-Couro Bovino Seco Lonqueado
Fonte: AUTORA (2018)

Com o couro ainda verde se realiza o processo chamado lonqueamento



Figura 7-Couro a ser lonqueado
Fonte: AUTORA (2015)

(Figura 7), que consiste na raspagem do pelo que cobre a pele. A técnica tradicional está assentada na retirada desse pelo com o couro estendido sobre a perna do guasqueiro, em que este com a faca inicia a raspagem a partir da raiz, a favor do pelo, para as pontas. É uma maneira que demanda muito tempo e concentração, pois, qualquer corte no couro pode danificar o objeto a ser criado. Após a pela o couro é posto para secar ao ar livre (COELHO, 2016).

O guasqueiro Marcos Chagas (2018) menciona que utiliza a técnica de lonqueamento tradicional e também, a do cal; explica que esse método se apresenta com o mergulho do couro em um recipiente com água e cal, deixando-o imerso pelo tempo de dois dias. Nisso o pelo do couro fica mais maleável para lonquear. O guasqueiro Marcos Chagas afirma que com este método ganha mais tempo para produzir. Aprendeu nos livros sobre esta ação. Já o guasqueiro Pedro Pires (2017) utiliza o processo tradicional de lonqueamento, da raspagem do pelo com a faca.

Após o lonqueamento, as loncas⁵⁹ serão sovadas no sovador (Figura 8 e 9), para amaciar. Pedro (2015) explica que para sovar tem que ter jeito, não pode ser de qualquer maneira, senão irá quebrar o couro. Segundo o guasqueiro Pedro deve-

⁵⁹ Couro depois da retirada dos pelos passa a ser denominado de lonca (COELHO, 2016)

se sovar sempre pelo lado da carne, para não trincar. Quanto mais tempo sovando mais maleável o couro irá ficar facilitando assim tirar os tentos para as tranças.



Figura 8- Guasqueiro Pedro torcendo a lonca para sovar
Fonte: AUTORA (2016)



Figura 9- Guasqueiro Pedro Pires sovando
Fonte: AUTORA (2016)

Oguasqueiro Marcos Chagas (2018), o mais jovem desta pesquisa, menciona que conhece poucosguasqueiros, mas que antes de aprender a fazer suas cordas, comprava peças doguasqueiro Pedro Pires, novamente temos uma ligação entre osguasqueiros, de certa forma uma comunidade de compartilhamento do sensível. “Eu conheço umguasqueiro muito bom que é o seu Pedro Pires; quando eu não sabia fazer eu comprava dele” (MARCOS CHAGAS, 2018).

Ensina que:

Os macetes que o cara usa ao enrolar o couro e bate nele depois passa a mordança, para endireitar, cada um dos macetes tem uma função, até para usar para bater no furador. Tem o cravador redondo (rebolho) que usa para furar, o cravador ponta chata para fazer as bombinhas. Tem o alicate de marcar tento, para puxar a carretilha⁶⁰ para sair parelho, a gente compra o couro da cooperativa ou do matadouro, mas agora não está valendo a pena sai R\$ 350,00 recém carneado não vale a pena o cara tem que descarnear pelar tem toda a mão de obra, então compro na cooperativa inteiro, tem que secar e pelar, sai vinte e sete reais eu pelo a faca ou com cal, coloco na água com cal e sal no balde com água por uma semana e sai todo o pelo, coloquei no chão e puxei com a enxada saiu tudo, é mais rápido do que com a faca, eu seco na época do verão eu estaqueio ele de manhã e de tardezinha já está pronto, dá para trabalhar com ele, no inverno dois dias

⁶⁰ Furar para sair na reta

por causa da úmida ele fica molenga, eu corto esse couro em tira seu vou usar para travessão eu corto em tiras eu uso a parte do lombo que é mais grossa. Tiro a parte do lado em cima das costelas que é boa para as rédeas e uso as partes fininhas para fazer tranças. Eu gosto da trança de oito é a mais fácil para mim, mas dá para fazer de 04 e 06 tentos. A gente corta o couro, quando tem pelo, aí eu pego ele enrolo o couro e maceteio ele bem macetado, passo na mordça para ele amolecer bem o couro e quando está bem sovadinho eu tiro os tentos com a faca ou com a máquina⁶¹. Com a máquina sai tudo bem retinho e na mesma medida. Uso a lonca de cavalo para costurar e fazer trabalho mais fino. Eu tenho uma garra de agarrar o couro, assim que eu chamo, acho que é para isso que serve, agarra o couro e ajuda para tirar o tento (MARCOS CHAGAS, 2018).

Devemos destacar na fala do guasqueiro o caráter de repetição da guasqueria, elemento que a torna concreta e ativa no contexto atual. O guasqueiro Marcos apresenta seus macetes (*Figura 10*) utilizados para a sova, mencionando que desconhecia que existiam mais de um para sovar, aprendeu sobre isso com outro guasqueiro já falecido. Como no caso dos cravadores de ponta redonda e chata que possuem diferentes funções. Quanto a matéria prima comprada dos estabelecimentos que vendem na cidade de Jaguarão, critica o alto valor pedido pelo couro *in natura* comercializado no matadouro, que segundo ele não compensaria a mão de obra que deve se empregar para torná-lo pronto para criar.



Conta Figura 10-Diferentes Macetes de Sova do guasqueiro Marcos Chagas
Fonte: Autora (2018)

que mesmo
que compre o couro sem
precisar abater e carnear o animal, ainda deve se realizar o processo de
estaqueamento para a secagem e lonqueamento, e depois sovar e cortar. Esse
processo sempre se utiliza quando se trata de trabalhar com couro cru. Descreve o

⁶¹ Aparelho para tirar o tento, já mencionado anteriormente.

uso do cal para retirada mais rápida do pelo, que torna possível realizar essa tarefa de forma mais dinâmica, o que economiza o seu tempo, já que não se dedica exclusivamente à produção de guasqueria, em razão de trabalhar como peão. No corte dos tentos utiliza a faca, mais seguidamente o saca tentos, em que os fios de couro saem da mesma espessura.

Existem máquinas para sovar o couro, a industrialização também se faz presente neste setor. Conta que recentemente adquiriu uma máquina de sovar, ela é movida a motor, nunca a utilizou, pois, o motor acabou por não funcionar. A máquina faria o mesmo processo que o guasqueiro Pedro Pires realiza com o macete, porém sem o emprego da força dos braços e em menor tempo. Todavia, a utilização de ferramentas mecanizadas por parte do guasqueiro está se tornando comum, tanto que o Guasqueiro Marcos Chagas comprou a sua de um outro guasqueiro, já falecido, que produzia produtos de guasca em grande escala.

A máquina (*Figura 11 e 12*) então é movida por um motor e em meio a roldanas, por onde é colocado o couro que será prensado pelas roldanas a partir da força de propulsão do motor. Essa mesma forma de roldanas é utilizada nas máquinas de sovar o couro manualmente, em que as roldanas entram em funcionamento a partir da força do braço no uso de uma manivela. Abaixo

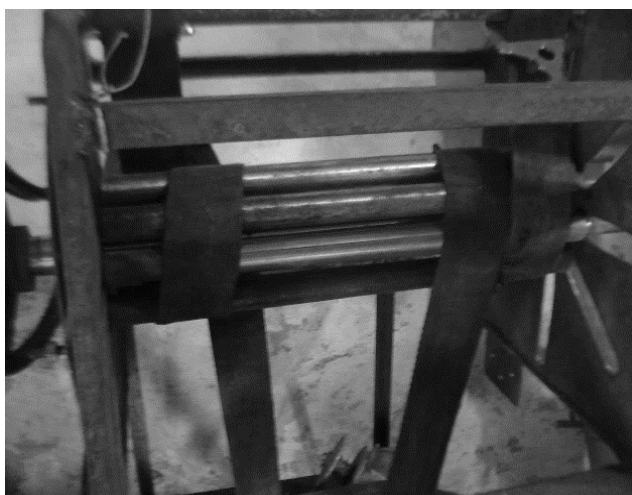


Figura 2-Máquina de Sovar couro
Fonte: AUTORA (2018)



Figura 12-Guasqueiro Marcos demonstrando o funcionamento da máquina
Fonte: AUTORA (2018)

guasqueiro Marcos apresenta sua máquina e a forma correta de utilizá-la, nas figuras respectivamente.

Dessa forma, quando a necessidade se faz patente, a industrialização

apresenta mecanismos facilitadores para a produção, como define Kumar (2006):

A modernidade, que fora definida como um “rompimento com a tradição, tornou-se em si uma tradição, a “tradição do novo”. Sob a força do modernismo, a modernidade veio a tornar-se nada mais do que inovação sem fim: mudanças intermináveis de estilo, ciclos intermináveis de modas.

A tecnologia é sinônimo de modernidade; nela o tecnológico significa o crescimento massificador do industrial, a máquina é o centro da inovação humana. Menciona-se este fato, devido à guasqueria ao longo do tempo ter se mantido de certa forma afastada da industrialização, no saber fazer, sendo o emprego de ferramentas manuais o predominante.

O guasqueiro Marcos Chagas (2018) aponta que as estâncias se modificaram em meio ao crescimento das lavouras de soja e arroz, um elemento da modernidade, o gado acaba por ser reduzido em sua visão, pois, antes quando era mais novo as estâncias tinham muitos peões, atualmente, como no caso da estância em que trabalha tem apenas ele e o outro para cuidar da lida. Outro ponto que ele destaca é o nível de confiança, que está cada vez mais difícil conseguir um pessoal de confiança, quando se buscam as referências de um novo empregado o patrão acaba por descobrir que este já cometeu algum furto em outros trabalhos.

A questão da confiança foi mencionada pelo guasqueiro Ademir de Souza (2018), conta que a confiança entre patrão e peão tem que ser bem definida, para que ocorra uma boa administração das estâncias, porém, na atualidade muitos dos novos contratados não exercem as atividades a contento ou vão para a estância com intenção de furtar algo no futuro. A questão da confiança vem de encontro ao trabalho de Giddens (1991), que afirma que as relações humanas se estabelecem na desconfiança, em que, se confia mais nas moedas de trocas, as fichas simbólicas⁶², do que no homem, nesse contexto moderno.

No sentido do crescimento desmedido das lavouras o guasqueiro Marcos Tissot (2016) já declarava o seu temor aos agrotóxicos que terminam com o gado e as pastagens, neste destacava que quem foi campeiro foi, e quem não foi não será mais. O guasqueiro Pedro Pires (2017) também se posicionou neste assunto ao dizer que antes conseguia o seu couro pela carneada, havia muito gado, as estâncias em época de marcação eram uma festa, porém, isso se terminou. Está cada vez mais escasso para conseguir um couro-cru; normalmente é algum

⁶² Giddens (1991) conceitua fichas simbólicas, como o dinheiro.

conhecido que o traz para ele.

Como expõe Queiróz (1973), no espaço rural, com a modernidade houve a queda na produção pastoril e conseqüentemente na remuneração das famílias que vivem da exploração agropecuária de pequeno porte, assim como na contratação de mão-de-obra, um peão faz atualmente o trabalho de dez. Quando se trata do espaço rural comumente esse contexto se reconstrói em meio a atores sociais que o ocupam, como as figuras do pequeno agricultor familiar que cultiva pequenas áreas e possui alguns animais, e dessa terra tira o sustento econômico.

Outro personagem bastante trabalhado nesta pesquisa é o peão assalariado que é contratado para o serviço de campo pelo estancieiro dono das terras que trabalha com a produção animal e agrícola. O autor ressalta a mudança na forma de desenvolvimento econômico das estâncias que contemporaneamente utilizam parte de suas terras para a soja e o arroz, como no caso de Jaguarão, e para o gado de corte. Após a colheita, em tempo de resteva⁶³ adquirem-se mais animais, para assim, em um sistema de rotação esses se alimentam da pastagem, entram no processo de engorda para serem comercializados, muitas vezes a criação do gado acaba sendo uma atividade secundária

No entanto, para Brandenbug (1998) os espaços sem ocupação no meio rural se dão pela forma de implementação das grandes estâncias, que se organizavam na tomada da área com diversas construções como os galpões, currais, casas de hóspedes, senzalas, casas dos colonos, e principalmente pela ausência constante do estancieiro. Assim, na urbanização e modernização essa figura passa a ser alegórica, utiliza a estância para os finais de semana, deixa para os empregados o cuidado com a lida campeira. Dessa forma, é no pequeno agricultor rural familiar que se tem a idealização do contexto rural.

No século XX, mais precisamente na década dos anos 60 em que o governo brasileiro se volta para a modernização do setor agrícola, afetando demasiadamente a realidade social do espaço rural. De acordo com Santos (2007) esse marco de transformação ocasiona o enraizamento das relações capitalistas no modo de produção, aumentando a geração de recursos dos grandes proprietários de terra.

Este momento, para o autor apresenta-se o posicionamento de resistência dos pequenos agricultores, já que, o projeto de modernização estava baseado em

⁶³ A base dos cereais que fica presa aos terrenos de cultura depois da colheita, e que são ricas em nutrientes.

incentivos estatais e na produtividade industrial. Nessa perspectiva crítica esse modelo de desenvolvimento acaba por prejudicar o campesino, já que reduz consideravelmente a demanda por mão-de-obra, causando desemprego e não diminuindo esse como se acreditava, fazendo com que o trabalhador rural busque novas formas de sustentação no espaço urbano.

Em outra situação o autor coloca, que a modernização na agricultura do país aumentou consideravelmente a produção de grãos, com uso das tecnologias e insumos como herbicidas, fungicidas e fertilizantes químicos, juntamente com novas técnicas de tratamento e manejo do solo; e na parte da pecuária tem-se o melhoramento genético e alimentício. Esse emprego da tecnologia possibilitou o país adentrar com seus produtos na competição mercado exterior.

Nesse viés, as transformações do campo influenciaram no êxodo rural, devido ao difícil acesso que o produtor de menor porte teria para aproveitar essas revoluções tecnológicas, pois seus produtos sem elas acabavam por perder valor e mercado, e ele próprio acaba perdendo seus recursos.

Os produtos são escolhidos segundo uma base mercantil, o que também implica uma estrita obediência aos mandamentos científicos e técnicos. São essas condições que regem os processos de plantação, colheita, armazenamento, empacotamento, transportes e comercialização (SANTOS, p.89;2000).

Nessa linha de transformação o trabalhador rural perde seu meio de subsistência, quando não atinge o mínimo para manter-se, imergido em um mercado moldado por juros e impostos altos, que para adquirir subprodutos para trabalhar a terra se torna uma meta inatingível, em contrapartida, há a desvalorização do valor do produto do pequeno agricultor. A solução encontrada por este produtor é vender sua mão de obra para as grandes propriedades. Como acrescenta Santos (2000), são trabalhadores depostos de suas terras pela agroindústria.

[...] não se trata do fim do rural destruído pela urbanização homogeneizadora pois, desde o início, chamamos atenção para o processo de desenvolvimento do capitalismo que se dá de maneira desigual no espaço. Desse desenvolvimento do capitalismo, a urbanização e as “urbanidades” são uma verdadeira “ponta de lança” [...] O rural, ao guardar especificidades das práticas espaciais de suas populações garante (e, em alguns casos, fortalece) a identidade territorial que, mesmo submetida às lógicas difundidas a partir da cidade, ainda permite a essas populações uma certa autodeterminação (RUA, p. 34; 2002).

Nessa autodeterminação, podemos perceber a linha tênue traçada entre rural tradicional e rural modernizado. Silva (1996) discute que o rural não pode estar

vinculado a atividades pastoris, com o sistema de força braçal tradicional, defende que o sujeito social que se adapta para dominar os códigos da tecnologia mecanicista agrícola, não deve mais ser identificado como uma identidade de homem rural. Estaria assim o campo passando por uma transfiguração de urbanização, em que, a logicidade urbana estaria movendo-se em direção ao espaço rural, como também, o método urbano de modernização voltado para o setor agrícola, volta-se para modificar a zona rural cuja mão-de-obra tecnológica não tenha sido efetivada.

Para Guanzirol (2001) a transformação do campo com a tecnificação da agricultura é um fator para a desocupação deste, porém, a forma de trabalho da terra dos pequenos produtores agrícolas, baseados em monocultura familiar, e as dificuldades que cercam a aquisição da posse das terras, são elementos de forte influência na desocupação do espaço rural. Enfatiza, a procura de novos grupos de mão-de-obra que não se centralizam mais na figura do peão, isso ocorre pelo crescimento imobiliário em locais tidos como rurais.

Temos a introdução de trabalhos secundários executados no espaço rural, as dificuldades que existem para manter-se na produção de cultivares e na criação de animais está contemporaneamente relacionada à conquista do proprietário de terra a subsídios financeiros cedidos pelo governo ou empresas de financiamento. Ou seja, há a necessidade de recorrer a outras fontes de sustentação. Como exemplo do turismo rural e do arrendamento das terras. E no caso dos peões, a guasqueria.

Essa transformação do espaço rural é uma grande problemática salientada pelos guasqueiros entrevistados. O desalento que os mesmos possuem em relação a essa situação torna-se nostálgico quando se pensa que o peão, esse personagem tão atuante nos campos, não possa mais existir, ou tenha que se remodelar a esse novo rural. Pois, o guasqueiro também é peão.

A questão do espaço rural aqui trabalhado parte das informações dos guasqueiros que nasceram nesse meio, vivendo por muito tempo como peões/campeiros em grandes estâncias, nas quais, por meio da lida diária do campo acabaram por iniciarem-se na produção da guasqueria, primeiramente com a abate e carneada, depois secagem e lonqueamento, para assim obterem uma lonca que utilizariam para consertar suas cordas. Com o tempo se aperfeiçoando para produzirem os tentos e as tranças.

3.2- De tentos a tranças: A diversidade dos objetos

Após a secagem, lonqueamento e sova, o guasqueiro inicia o processo de cortes da lonca, medindo o tento de acordo com a trança que se deseja criar. Há ferramentas (*Figuras 13 e 14*) feitas pelos próprios guasqueiros, que auxiliam na mediação, que possuem a função de marcar/riscar a lonca em linha reta, para que assim com a faca possa tirar o tento, e há o método de medir com o dedo polegar. O tirar o tento demonstra a habilidade e experiência do guasqueiro como salienta Flores (1975).



Figura 3-Aparelho de marcar couro
Fonte: AUTORA (2018)



Figura 14-Guasqueiro Pedro Pires riscando o couro
Fonte: AUTORA (2018)

Além do uso deste aparalho há também o chamado saca-tentos, que consiste em um pequena parte afiada que faz as vezes de faca, acoplada a um pedaço de madeira que possui mecanismo para medir as dimensões do tento, como demonstra a figura 15. Esta ferramenta é construída pelos próprios guasqueiros.



Figura 15-Saca tentos do guasqueiro Marcos Chagas
Fonte: AUTORA (2018)

O corte do tento é uma das principais técnicas da guasqueria, é nesta fase que o guasqueiro constroi em sua mente o design de trançado que precisa criar. Os tentos quando tirados na mesma medida, farão com que a trança seja simétrica em seus desdobramentos. Como destacam os guasqueiros Marcos Chagas (2018) e Pedro Pires (2017), depois de cortado o tento deve se realizar o desquinar (*Figura 16*), que consiste em retirar o excesso de couro das bordas, dessa forma o tento acaba por se ajustar melhor na trança.

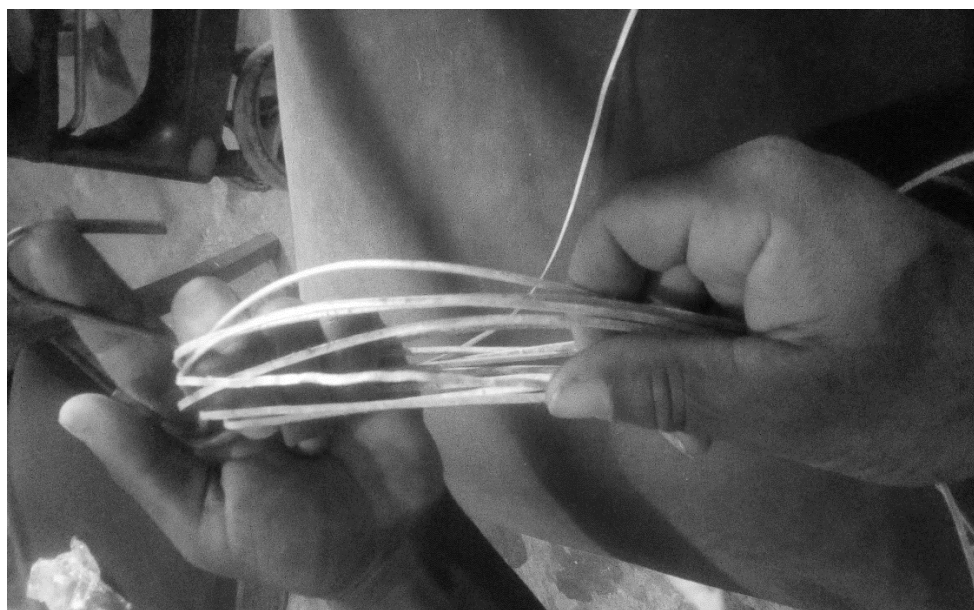


Figura 16-Tentos desquinados do guasqueiro Marcos Chagas
Fonte: Autora (2018)

A trança pode se definida de acordo com Fontana (1988) como um emaranhado de tentos que se unem o mais próximo possível, com a finalidade de proporcionar à trança maior resistência e durabilidade. A resistência dos tentos possibilita que objetos como rédeas e laços, utilizados em trabalhos de tração e força, não arrabentem, pois o couro acaba por ganhar certa elasticidade. O autor classifica as tranças em dois grupos: as tranças comuns redondas, que são elaboradas com a quantidade de tentos em números pares e as tranças chatas, feitas tanto com números pares quanto ímpares.

Como menciona o autor precitado, há grupos de tranças que se modificam pela quantidade de tentos, como a trança de quatro tentos (*Figura 17*), considerada simples, e que segue a estrutura de um caracol; a trança de cinco, chata (*figura18*); a trança de seis, chata (*figura 19*); a trança de onze e doze tentos, chata (*figura 21*); a trança de treze (*figura 22*); a trança de dezessete tentos (*figura 23*); a trança de dezenove tentos (*figura 24*), e trança de vinte e três tentos (*figura 25*).

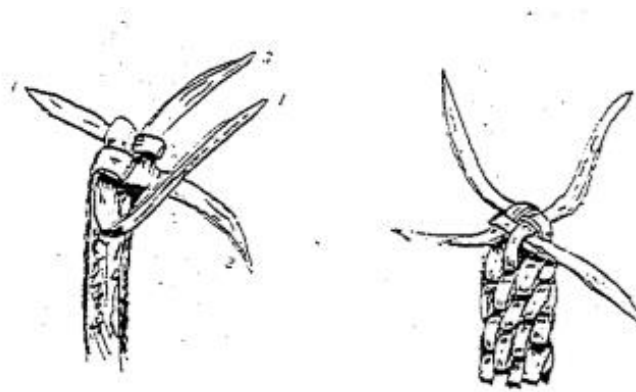


Figura 17-Trança de quatro tento
Fonte: OSORNIO (1943)

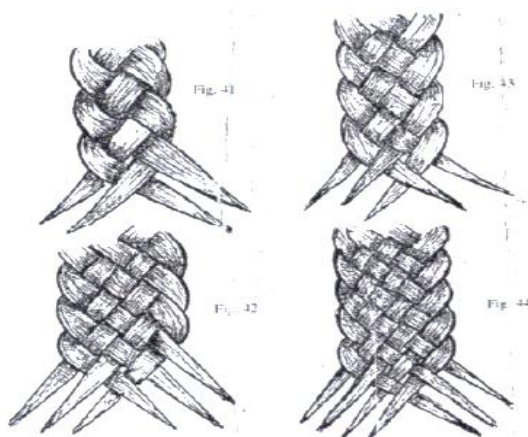


Figura 18-Trança de cinco tentos Chata
Fonte: OSORNIO (1943)



Figura 19-Trança de seis tentos
Fonte: OSORNIO (1943)

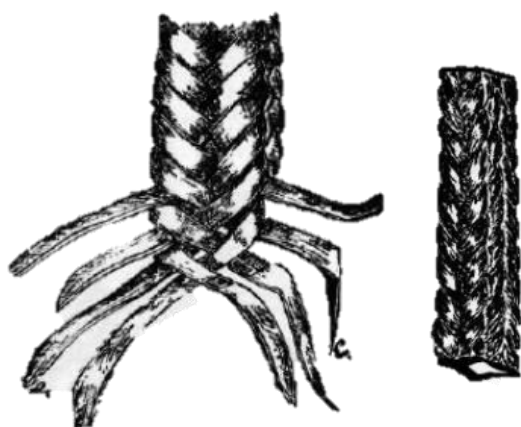


Figura 20-Trança de oito quadrada
Fonte: OSORNIO (1943)

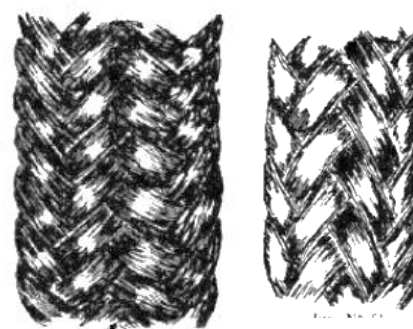


Figura 21-Trança de onze e doze tentos
Fonte: Osornio (1943)

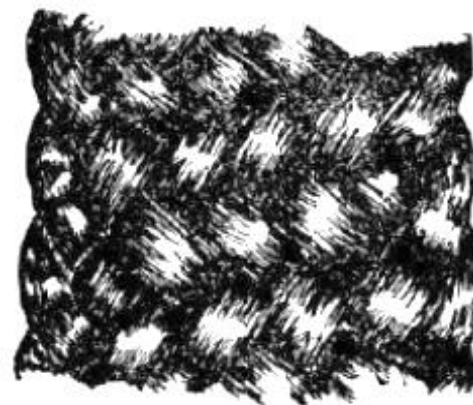


Figura 23-Trança de dezessete tentos
Fonte: OSORNIO (1943)

Figura 22-Trança de Treze tentos
Fonte: OSORNIO (1943)



Figura 24-Trança de dezenove tentos
Fonte: OSORNIO (1943)

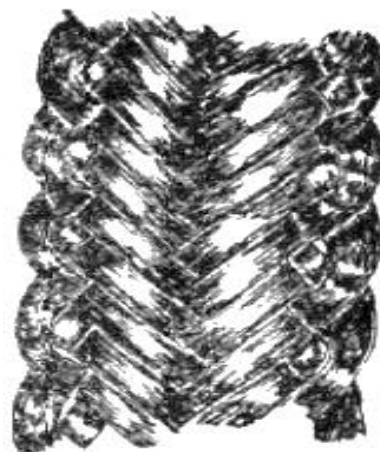


Figura 25-Trança de vinte e três tentos
Fonte: Osornio (1943)

Os diferentes tipos de tranças podem ser adaptados pelo guasqueiro, os trançados são concretizados a partir da técnica que empregarem, sendo que as mãos e a habilidade ligada à mente são as ferramentas de confecção. A gestualidade da criação das tranças e de seus arremates fazem com que surjam diferentes obras, como aduz Sennett (2015), em meio aos movimentos das mãos, que habilidosamente aprendem a seguir os pensamentos do Artífice. O pensamento, como além de um comando do cérebro para o corpo, destacando a necessidade do erro para a incorporação das habilidades manuais, tornando real assim a relação do aprender e saber a técnica. Tendo a repetição como alicerce à aprendizagem, essa não está no viés da mecanização, mas sim na linha de possibilitar ao Artífice ser consciente das coisas e de sua materialidade.

Ao ter consciência do material, estabelece um parâmetro de autocontrole, entre força e habilidade, em equilíbrio com as ações do corpo e da mente, em uma relação em que expõe o criar carregado de sentidos mentais, emocionais e físicos, que envolve a produção do fazer.

O guasqueiro Pedro Pires (2017) alude que quando se erra uma passada de tento, deve se voltar ao início, para assim ter uma trança boa, com o uso da cabeça, sabendo contar o guasqueiro pode criar tranças de até mil tentos. Devendo sempre repetir os feitos para assim dominar os gestos e conseguir criar a peça que se deseja (*figura 26 e 27*). Sem embargo, a técnica do trançado emprega o uso das duas mãos em movimentos similares, para isso o guasqueiro está sempre atento nas passadas.

A produção das tranças não pode



Figura 26-Rastra criada pelo guasqueiro Pedro Pires
Fonte: Autora (2017)



Figura 27- Rebenque trançado pelo guasqueiro Pedro Pires
Fonte: Autora (2017)

ser considerada uma ação de espontaneidade; ao contrário, cada trança segue um padrão e uma regra de criação, para tanto se faz necessário ao guasqueiro adquirir o saber fazer, desenvolvido em um contínuo processo de aprendizado transmitido de forma oral, em um contexto social e familiar específico, passado literalmente de sujeito para sujeito.

As primeiras técnicas aprendidas pelo guasqueiro Marcos Tissot (2016) foram as chamadas tranças de quatro e cinco tentos. Principalmente utilizadas para forrar botões, descreve que, “quando se bota um tento por cima e a trança é de quatro,

cinco e oito, são as coisas que se aprende”. Realizou muitas pesquisas em manuais de guasqueria para aperfeiçoar a sua técnica de trançado, afirmando que os livros são um importante mecanismo de aprendizagem. Além dessa ferramenta a outra forma é aprender com outro guasqueiro.

Da criação da trança em seu emaranhado de tentos carregados do saber e do fazer do guasqueiro, temos a transformação do material. Em um manejo habilidoso das mãos, da lonca, passamos ao tento, à trança e ao objeto. Tanto que o guasqueiro, precitado, relata que compreendia a forma de criar um botão trançado (*figura 28*), porém não dominava todas as etapas de criação da obra, principalmente para finalizá-la. A sua maior dificuldade consistia em saber como conduzir as mãos nessa fase. Nesse ponto, os manuais de guasqueria são importantes fontes para o trabalho em couro cru, porém, não neste caso discutido: para conseguir aprender a técnica foram necessárias muitas repetições e o olhar de outros guasqueiros, para auxiliá-lo, em uma relação de compartilhamento sensível do saber.



Figura 28-Botão Trançado do mostruário do guasqueiro Ademir de Souza
Fonte: Autora (2018)

Todavia, na visão deste guasqueiro apresenta a guasqueria em sua estrutura dorsal, do couro cru carneado, seco ao sol, lonqueado, sovado e trançado. Este processo, como descreve, é o verdadeiro ofício do guasqueiro. Tanto que, afirma que este não se modifica, ao contrário se mantém em sua totalidade. O trabalho com couro branco, que não precisa passar por esse processo do couro cru, é um

elemento de diferenciação para o guasqueiro Marcos Tissot, pois, em sua afirmação o guasqueiro se caracteriza como tal quando utiliza o couro cru.

Destaca que, apesar desta diferenciação trabalha com os dois tipos de matéria prima (couro cru e couro branco), apenas acredita que o guasqueiro deve saber o processo base de criação e manejo do couro cru, para depois se aventurar por formas e usos de nova matéria prima. Na questão das tranças, explica a necessidade que algumas obras como uma rastra⁶⁴ têm, para se utilizar tentos finos, ele as classifica como produções finas. Nessas situações emprega o uso dos manuais, mas, sempre adequando a sua obra de acordo com seu desejo e necessidade.

Tanto, retomamos a questão do fazer o botão de couro, em que a partir do emprego do manual o guasqueiro aprende a base. Como enfatiza o guasqueiro Marcos Tissot foi nos manuais que soube como criar um tapume⁶⁵. Sublima que o principal couro de animal que prefere trabalhar é o couro de cavalo, pela sua resistência e maleabilidade para o corte do tento, facilitando a confecção de tentos com medidas muito pequenas. Sua preferência por esse material também se apresenta pelo fato de possuir uma forte ligação com o cavalo, animal que criava quando residia na zona rural. A guasqueria permite que os sujeitos que pratiquem este ofício transformem suas técnicas, aperfeiçoando-as em seus diversos matizes.

Ainda nas explicações do guasqueiro Marcos Tissot, acrescenta que quando comercializa suas obras, as peças encomendadas comum e seguidamente são sempre rédeas, cabeçadas, rebenques, cinchas e maneias. Justamente, outro ponto a ser discutido é a habilidade que os guasqueiros têm de fazer o remendo de objetos danificados, ou seja, tendo que recriar a mesma peça, muitas vezes confeccionadas por outros guasqueiros, reinterpretando o saber e o fazer da técnica do outro, para que a peça se mantenha a mesma visualmente; pois, imaterialmente esse objeto de couro cru estabeleceu uma nova relação entre objeto e homem. O consertar faz com que o guasqueiro tenha que dominar as formas de criação de outro sujeito.

Com o apoio de um seletor grupo de ferramentas como a faca, o cravador, o alicate e o rebaixador, confecciona suas peças.

⁶⁴ Cinto de couro cru muito utilizado com bombacha.

⁶⁵ Nomenclatura utilizada para vedar o interior do botão de couro.

Para fazer um laço se tira catorze braças, o tento tem que se tirado na volta, é um trabalho difícil de se fazer, mas tem de seis e de oito tentos também. E toda a parte de couro que vai nos arreios do cavalo eu produzo, menos o de metal, antes eu fazia apenas para mim mesmo para economizar e não precisar comprar, quando eu trabalhava de peão nas estâncias, agora souguasqueiro é a minha profissão, ajuda na renda. Eu consigo o couro branco do curtume de Pelotas e o couro cru quando algum conhecido carneia alguma vaca, ai me trazem. Compro o couro branco de Pelotas e o couro cru consigo através de conhecidos quando esses carneiam alguma vaca (MARCOS TISSOT, 2016).

Nesse mesmo viés oguasqueiro Jairo Silva (2017) explica que a maneira de carnear para a retirada do couro, no seu caso, foi lhe ensinado por um senhor da campanha, assim como o estaquear e o lonquear. Porém, ele não lhe demonstrou a forma de manejar o couro já seco, fato esse que o fez iniciar a sua produção adquirindo por meio da compra, a matéria prima já seca, sem passar pelo processamento da secagem e estacas. Em Jaguarão ele obtém este material por meio do frigorífico e da cooperativa.

O ofício deguasqueiro está alicerçado no gostar de fazer, dado que requer muita paciência para se produzir, como afirma oguasqueiro Jairo Silva, a mão doguasqueiro e a cabeça têm que estejam juntas em todos os processos de criação. Contudo, quando não sente essa conexão entre cabeça e mão há um certo descontentamento: é o dia em que fecha a porta do local de produção e pelo resto de sua jornada já não cria mais nada. Considera que o aguasqueria é uma expressão artesanal e como tal admitem-se erros, em oposição à fábrica em que se espera que tudo saia com perfeição. Nesse sentido o autor Sennett (2015) afirma que na imperfeição da criação do objeto artesanal está a marca pessoal de cada criador, como se fosse a sua própria assinatura.

Nas imperfeições das obras que a tornam única, oguasqueiro Jairo em um primeiro momento tinha uma percepção do seu trabalho que ele classifica como rústico. Com essa necessidade de aprimoramento inicia a procura por compartilhamento de saberes, procura então oguasqueiro mais antigo no ofício que lhe ensina o refinamento do trato com o couro, formando-se de certa forma uma comunidade de compartilhamento entre sujeitos que dominam um saber-fazer. Nesse melhoramento de sua técnica acaba por utilizar manuais deguasqueria, esse suporte material que pode ser consultado a qualquer momento.

Um dosguasqueiros com os que Jairo Silva compartilhou saberes é Justus

Soares (2016), que menciona que sempre gostou de ensinar e não há problema em passar o conhecimento adiante. Seu pai lhe ensinou a guasquear por meio do posicionamento em que o observador se situa às costas do guasqueiro que está produzindo, vendo assim as mãos trabalhando o couro, como já mencionado anteriormente. Depois de compreender a produção do objeto seu pai lhe explicava o que havia sido feito. Naquela época tinha apenas dez anos quando criou a sua primeira obra em couro cru. A matéria prima nesse período era abundante; relata que conhecidos de sua família levavam mais de trinta peles, ao ponto de terem tantas que era necessário que seu pai queimasse algumas, ponto esse que demonstra o quanto as organizações das grandes fazendas se modificaram com a queda na produção do gado bovino.

Atualmente o couro cru com que trabalha é comprado nos curtumes de Pelotas e de São Lourenço. Usualmente encomenda couro de búfalo, tem preferência por trabalhar com esta matéria-prima; já o couro bovino ele ainda o consegue com conhecidos. Destaca que o couro de Búfalo quando está em seu estado verde torna-se extremamente difícil de manusear por ser um material pouco maleável, porém usa essa matéria prima por ser muito forte, sendo que o couro industrializado de curtume já vem adequado para se produzir. O seu interesse pela guasqueria vem desde a infância, quando via o seu pai produzindo. No que a ele próprio diz respeito, com o passar do tempo a sua técnica pouco se modificou, sendo uma forma de conservação do seu saber fazer. A maneira como cria suas tranças, afirma, continua sendo a mesma, não houve de sua parte qualquer movimento de renovação e de seguir tendências: “o que eu fazia antes, faço ainda” (JUSTUS SOARES, 2016).

As suas ferramentas de trabalho consistem na companhia faca de tirar tento e cortar lonca, no furador para bordar e marcar o couro, e o alicate, utilizando como auxílio o chifre⁶⁶ bovino para alinhar a lonca depois de sovada. Relembra que foi um tio quem lhe ensinou a usar esse objeto, e ele manteve sempre essa técnica.

O uso de ferramentas manuais faz com que o mesmo nunca tenha se interessado por ter máquinas industrializadas para o auxiliarem na produção. Uma preocupação que demonstra é que, com o sumiço dos trançadores, acredita que

⁶⁶ Cumpri a função da mordça ferramenta que consiste em uma madeira com um corte no meio por onde o couro passa.

poucos ainda querem aprender e desenvolver a delicadeza das tranças de couro cru. Para tanto, assim como seu pai, também ele transmitiu a seu filho seus saberes, quem também se tornou guasqueiro de profissão, sendo uma importante fonte de renda para a família. Percebe-se que a guasqueria nesta situação foi elemento de transmissão oral, seguindo uma lógica tradicional do saber e do fazer transmitido de pai para filho e assim sucessivamente.

Com o guasqueiro Pedro Pires (2017) temos novamente a afirmação das etapas necessárias que todo o guasqueiro que se considere como tal deve seguir: sendo o abate do animal, a retirada do couro, a lavagem, o estaqueamento, a pelagem do couro com a faca bem afiada, em uma sequência de movimentos que imitam o fazer a barba, depois a sova no sovador com o macete, sempre do lado da carne para não estragar o couro, estando atento para não bater no couro de qualquer jeito, pois se deve ter cuidado com a forma de realizar esses movimentos, que se mal executados podem quebrar o couro. Depois de torná-lo maleável pode se iniciar a tirar os tentos. Acredita que o guasqueiro deva sempre estar com as facas bem afiadas para realizar um trabalho mais eficiente, para isso possui uma grande coleção dessas ferramentas, assim como seus cravadores (*figura 29*) que ele mesmo confecciona.



Figura 29-Cravador de passar tento produzido pelo guasqueiro Pedro Pires
Fonte: Autora (2015)

Uma menção a respeito desse guasqueiro que deve ser destacada é o fato de

que ele nunca trabalhou com couro branco ou outra matéria prima, sempre fez suas obras com o couro cru. Tem um posicionamento negativo em relação à matéria prima industrial, por estar carregada de agentes químicos. Ele acredita que esse material não serve para criar peças de guasqueria; optou pelo couro cru, e apenas este, porque entende que é o mais adequado para o guasqueiro.

O couro cru utilizado na produção de suas peças lhe é trazido por amigos. Nunca precisou comprar a sua matéria-prima; muitas vezes é convidado a carnear o animal, coisa que ele prefere, porque assim pode retirar o couro sem perdas no grupão. Considera a carneada como um momento caracterizado pela alegria e a confraternização, em que relembra os velhos tempos de marcação, quando trabalhava de peão. Se sente e se considera um guasqueiro, por isso segue no ofício, tem gosto pelo que produz. Ressaltando que o trabalho do guasqueiro também é o de emendar laços, às vezes a obra não é começada do zero, porque deve ser restaurada em uma união de tentos, que remendam a trança danificada, criada por outro guasqueiro.

Porém, o guasqueiro Pedro aponta que uma boa emenda de tentos não deve ser perceptível, a trança deve se tornar uma só. O número de tentos de uma trança para ele é só uma questão de matemática, o domínio dessa ciência, ao menos na contagem e a multiplicação, permite aos guasqueiros fazer tranças de quantos tentos desejarem. Para tal, manteve a técnica base da guasqueria, ainda que com o tempo e a prática acabou por melhorá-la e adquiriu novos saberes. Um exemplo disso foi quando começou a tirar tentos e esses saiam grossos e de diferentes tamanhos, aprendendo com os erros a forma adequada para ter tentos da mesma forma. Para Sennett (2015) o caráter da repetição é uma característica positiva em atividades tradicionais, permitindo ao sujeito diferentes percepções de uma mesma prática e suas reinterpretações.

O guasqueiro Marcos Chagas (2018) alerta para o cuidado que tem na escolha da compra do couro, observando sempre se ele não possui arranhaduras, furos de traças, marcas de berne. Começar a fazer a trança e depois descobrir que o couro está com esses problemas, é tempo e investimento perdidos, já que não é recomendável usar esse material. Como um guasqueiro contemporâneo utiliza diferentes matérias-primas, como a corda (*figura 30*) e o couro branco, mas prefere o couro cru (*figura 31*) diante destes.

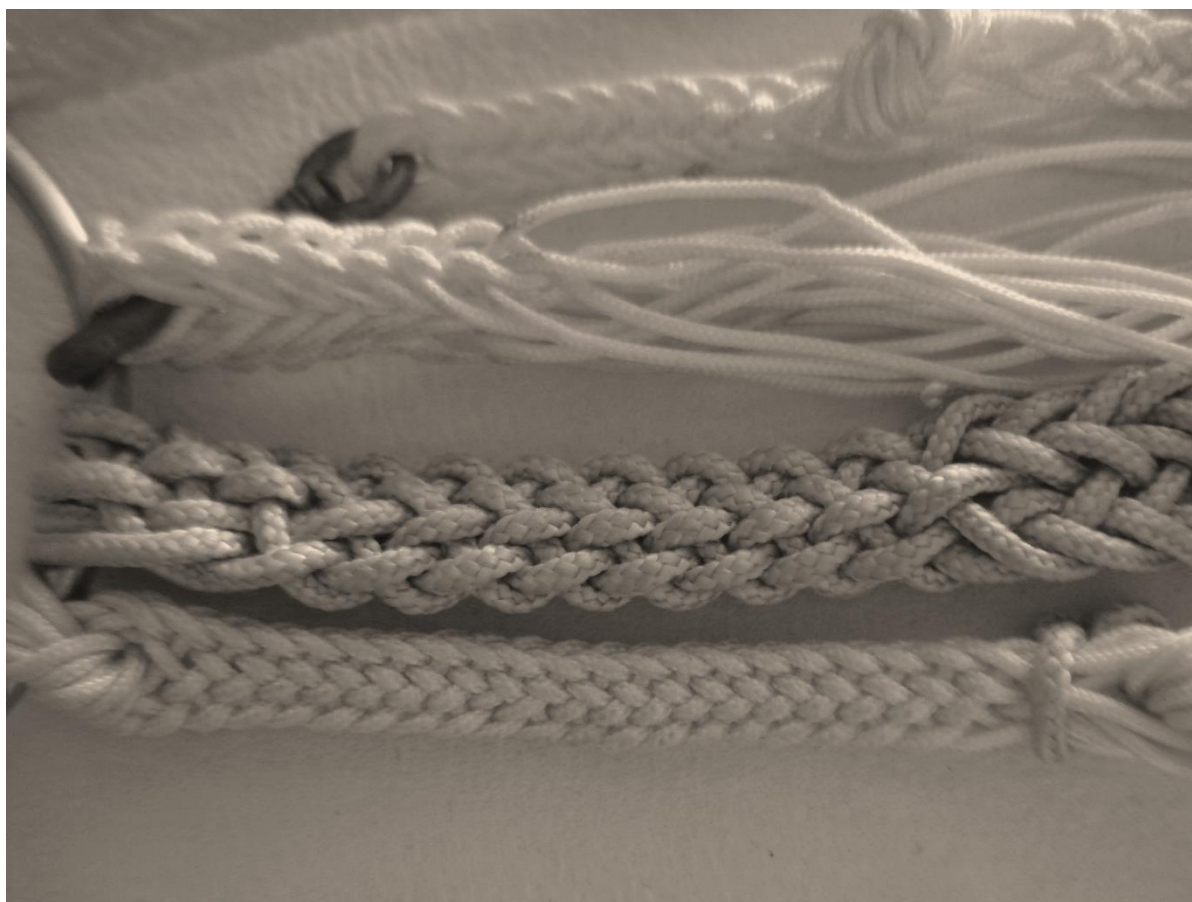


Figura 30-Tranças de corda do Guasqueiro Marcos Chagas
Fonte: Autora (2018)



Figura 31-Trança de couro cru do guasqueiro Marcos Chagas
Fonte: Autora (2018)

O guasqueiro Ademir de Souza (2018) trabalha em conjunto com o guasqueiro precitado, e nos apresenta a técnica do uso do café para pintar as tranças de corda (*figura 32*), deixando-as esteticamente parecidas com o couro cru. Para ele trabalhar com corda é mais difícil, esse material é mais duro, diferente do couro branco. Menciona que ele e Marcos Chagas são os que mais trabalham com essa matéria na cidade de Jaguarão, além de algum outro guasqueiro, embora sejam poucos os que preferem usá-la. Ressalta que a corda tem um tempo de durabilidade e de uso maiores que os do couro cru, conquanto se tenham alguns cuidados, como o de se evitar o uso de argolas de ferros, que ao se enferrujarem cortam a corda no momento em que é utilizada na lida com animais.



Figura 32- Trança de corda pintada do mostruário do Guasqueiro Ademir de Souza
Fonte: Autora (2018)

Em relação a comercialização de suas obras o guasqueiro Ademir conta que utilizava as mídias sociais como o *Facebook* para divulgar o seu trabalho, principalmente incentivado pela sua esposa que cuidava desta parte de divulgação. Já expôs suas criações em eventos como a Semana Farroupilha, criando uma rede de contatos que encomendam suas peças, assim como o uso do sistema popularmente conhecido como o boca a boca. Na diferenciação das matérias-

primas, ele afirma que o couro cru e a corda são mais rígidos que o couro branco, que é mais macio; porém em questão de durabilidade o couro cru e a corda são mais eficazes, além de visualmente serem mais bonitos. Explica que a técnica da guasqueria com couro cru se baseia no carnear, secar, lonquear, sovar e tirar os tentos.

Em um outro ponto de vista temos as palavras do guasqueiro Celoir Vieira (2018) que menciona:

pra fazer guasqueria acho não há uma técnica, sempre procuro aprender alguma coisa pelo lado mais fácil, aí talvez se tem uma técnica e vai aprendendo isso aqui o que estou fazendo⁶⁷ não tem técnica, mas lógica, assim, quando tem a garrafa aqui dentro o que faço venho aqui puxo e pronto é isso, aí não é uma técnica, é um conhecimento a gente faz assim. Aí eu trabalho com os dois tipos de couro, trabalho com esse couro branco aí trabalho com a sola e aquele ali pra fazer rédeas, esse é couro branco e essa é a seda poliéster, eu compro meu couro de lá de Pelotas, o couro cru sai do animal a gente tem que bronquiar o pelo, esses aí não, ah esse é muito mais rápido, o couro cru é demorado, o branco é cortar e fazer, o couro cru tem toda técnica, tem que bronquiar para começar a produzir (CELOIR VIEIRA, 2018).

Nas afirmações do guasqueiro Celoir a técnica é uma questão de conhecimento e de aprendizagem, ela se estabelece pela lógica, na procura de resolver o problema da forma mais simples possível. Suas obras são feitas de couro cru, couro branco e corda de seda. A comercialização das mesmas, no seu caso, se realizam em seu ateliê, que era a sua antiga garagem. Na maioria dos casos, comenta, não cobra nenhum valor por elas, as faz porque gosta do ofício. É uma forma de sempre estar ligado ao campo e nunca parar. Uma das paixões de sua vida é o cavalo, embora ele resida na zona urbana. Para seu trabalho de guasqueiro gosta de criar as suas próprias ferramentas, e menciona que sua esposa sempre o ajudou a costurar os materiais que ele criava; em suas palavras: “o guasqueiro faz com a agulha e com o tento o que uma costureira faz com a agulha e a linha, porém a costureira não faz o que um guasqueiro faz com a agulha e o tento” (CELOIR DE SOUZA, 2018). Em palavras similares o guasqueiro Pedro Pires (2017) informava que com o tento fino ele costurava e bordava tão bem quanto uma costureira.

Este subcapítulo teve como foco discutir as diferentes tranças existentes na guasqueria e a forma de produção destas, percorrendo sobre a estrutura base do

⁶⁷ O guasqueiro Celoir estava se referindo ao trabalho que estava realizando no momento da entrevista, que era consertar o revestimento de couro de uma garrafa térmica, em que o proprietário havia cortado ela ponta a ponta, e o guasqueiro Celoir a estava costurando. Menciona que ele teria apenas cortado o fundo e retirado a garrafa térmica por esse espaço.

artesanato em couro cru, confirmada pelas afirmações dos guasqueiros. Em meio ao surgimento de novos materiais usados para o trançado. Elemento importante para percebermos que a guasqueria não se mantém em fase de estagnação, ela se adapta ao contexto, a técnica de trançado da guasqueria acaba sendo utilizada para essa nova abordagem de criação.

Nos relatos temos algumas similaridades no que se refere à estrutura dorsal da guasqueria tradicional, em relação ao manejo do couro cru, e à criação das ferramentas de trabalho por parte dos guasqueiros, e também na forma de comercialização, que basicamente se dá por meio de encomendas.

3.4- Técnicas tradicionais: De guasqueiro para guasqueiro

Na busca pela compreensão da reprodução e produção da guasqueria iremos neste subcapítulo conhecer a trajetória de vida dos guasqueiros da cidade de Jaguarão, depois de termos discutido sobre as questões do artesanato, da identidade, da tradição, do compartilhamento dos saberes, da relação pampa e gado, das estâncias e dos peões, estas questões são pertinentes para finalizarmos, verificando como os guasqueiros aprenderam suas técnicas e criam suas obras em torno dos motivos que levaram esses sujeitos sociais a produzirem guasqueria.

Em primeiro lugar temos o guasqueiro Jairo Silva, nato de Jaguarão, quarenta e um anos de idade, viveu sempre no mesmo bairro na zona urbana da cidade; não completou o ensino fundamental, mas acredita que não ter concluído seus estudos não interferiu em nada em sua vida, porque da mesma forma sempre teria sido guasqueiro, é algo que ele escolheu ser, enquanto que a sua formação em nada interferiu em sua escolha. Ele afirma ter um enorme sentimento de amor pela guasqueria, frisando que é algo que sempre desejou fazer. Atualmente é sua profissão, sua única fonte de renda.

Apesar de estarmos tratando da produção e reprodução da guasqueria é importante lembrarmos a relação do artesão com o mercado, da necessidade que ele tem de comercializar as obras para garantir o seu próprio sustento, o que não pode ser compreendido como algo negativo.

Na cidade de Jaguarão, de acordo com o guasqueiro Jairo, a produção de couro branco (*figura 33*) é mais procurada por certos estabelecimentos comerciais como correarias, veterinárias e espaços artesanais. Em sua opinião isto ocorre devido à criação em couro branco ser mais dinâmica e prática: em um curto espaço de tempo ele consegue produzir mais peças em couro branco do que em couro cru (*figura 34*). Nesse sentido, argumenta que a grande base para produzir guasqueria é ter paciência, por tratar-se de um trabalho que exige concentração total, onde cometer um erro significa ter de se começar de novo ou buscar uma forma de

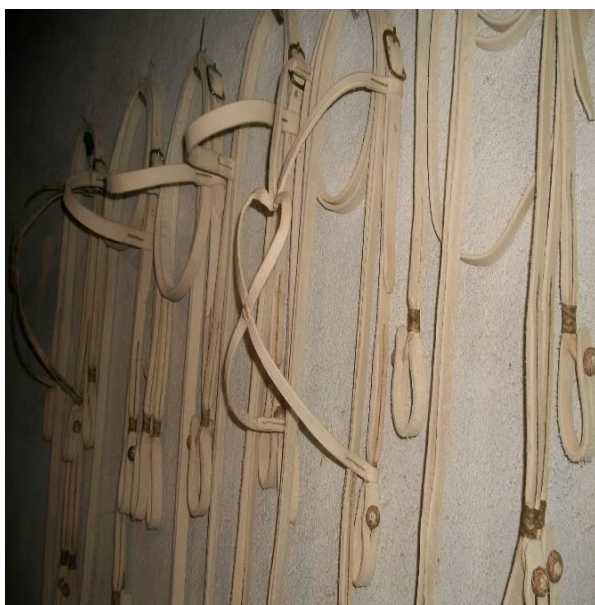


Figura 4-Cabeçada em couro Branco, guasqueiro Jairo Silva
Fonte: Acervo do guasqueiro Jairo Silva (2015)

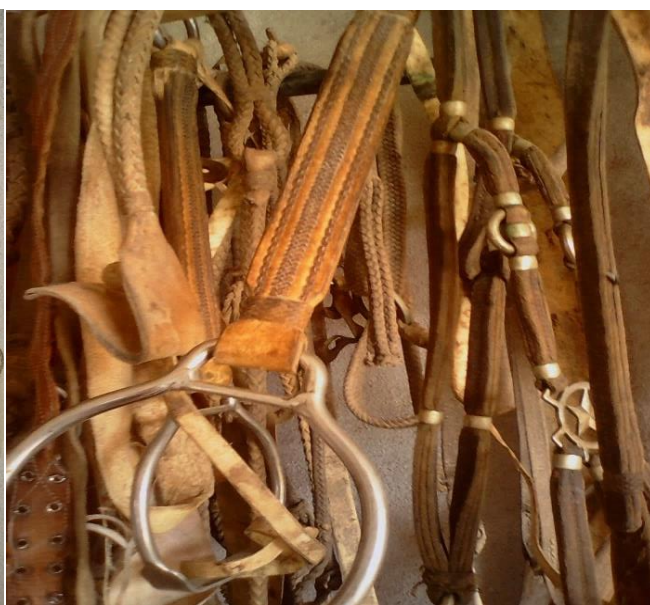


Figura 34-Trabalho em couro cru guasqueiro Jairo Silva
Fonte: Autora (2016)

contornar a falha.

Muitas pessoas o procuram para que lhes ensine a guasquear, já que trabalha com os dois tipos de couro, porém, essas pessoas, em sua visão, não querem de fato apreender, porque, elas acreditam que o trabalho de guasqueria é feito e aprendido de um dia para o outro, e sem disporem de tempo e paciência acabam por não seguir no ofício, o que deixa o guasqueiro Jairo muito aflito, pois, “tem gente que te tira o tempo, e tu sabes que ele não vai seguir” (JAIRO SILVA, 2017).

No seu caso, informa que todo o tempo de que dispunha entre seu trabalho de peão e o de guasqueiro iniciante ele o usava para praticar seus tentos, porque seu objetivo sempre foi se aprimorar. Todo guasqueiro experiente que estivesse disposto a lhe ensinar, era bem-vindo, e o Jairo sempre buscava aprender com ele.

Afinal para ele, ser guasqueiro é uma questão de gosto.

Rememora que foi aos vinte e dois anos quando começou a aprender a fazer guasqueria, quando viu outro sujeito trabalhando com as guascas. Aquele momento, acrescenta com certa emoção, foi uma espécie de amor à primeira vista: ficou um tempo observando as habilidades manuais daquele guasqueiro, e depois, em casa, passou a praticar sozinho o que antes tinha visto. Mas a referida experiência, aquele olhar para o outro, percebendo os movimentos que fazia com as mãos, ressalta Jairo, só lhe permitiu aprender de forma superficial.

Nesse período de sua vida ele estava trabalhando como peão, e em suas horas de folga sentava-se no galpão e tentava fazer o que tinha visto. Uma solução para algumas dúvidas que possuía na hora de criar, eram respondidas pelos manuais de guasqueria, principalmente os de origem chilena, mas também lia os brasileiros e argentinos. Mesmo tendo os livros como apoio buscava o auxílio de guasqueiros mais antigos, como por exemplo, o de Justus Soares.

O guasqueiro Justus Soares, ao contrário do que o Jairo, aprendeu a guasquear com seu pai, quem fazia alguns trabalhos em couro. Assim, muito jovem, aos dez anos aproximadamente, se insere no mundo do couro cru. De origem uruguaia, com pai brasileiro e mãe uruguaia, conta que seu pai sempre teve forte influência em sua vida. Aos setenta e cinco anos, lembra que seu pai era um contrabandista de mão cheia: praticando um negócio considerado ilegal, ultrapassava as fronteiras comercializando pelegos, cachaças, carnes e os mais diversos produtos, como perus.

Em sua trajetória, desde pequeno, sempre acompanhava seu pai nessas andanças. Uma imagem daquele passado que ele recria no presente era a de estar sempre caminhando ao lado de seu pai, que ia montado a cavalo carregado de malões, cheios de mercadoria. Dessa infância plena de aventuras ele lembra com saudades. Conta que atualmente mora no espaço urbano onde tem seu ateliê de produção de peças de guasqueria, mas, morou por muito tempo na campanha trabalhando como peão e criando suas cordas.

O mercado de comercialização de suas peças consiste na forma de encomendas de compradores do Uruguai, de São Paulo e Curitiba (Brasil), assim como de Jaguarão. Para ele a guasqueria só consegue se manter no contexto atual

por causa das festividades ligadas ao cavalo crioulo⁶⁸: novamente a relação homem e animal assegura a existência daguasqueria. Argumenta que ainda há pessoas próximas a ele que, apesar dessa ligação forte com o cavalo, desconhecem aguasqueria e que ele a pratica. Demonstrando aqui, como já ressaltava Tasso (2001), aguasqueria acaba por se tornar esquecida, ou pouco investigada quando ligada ao trabalho com animais, como o cavalo, embora ironicamente ela só exista ainda por causa deste.

Assim como fizera o seu pai com ele, o seu Justus transmitiu o saber fazerguasqueria para o seu filho, que também éguasqueiro. De fato, nesta transmissão e compartilhamento de conhecimento assegura que são poucos os sujeitos que o procuram para ensinar, acredita que isto ocorre pela falta de interesse e por se tratar de um trabalho difícil, onde os resultados demoram em surgir.

No aprimoramento de seu trançado diz que ele é rico em detalhes e cuidados. Quando está produzindo estabelece uma ligação emocional com o objeto, sua concentração e imaginação se unem para criar, mente e corpo em sincronia (SENNETT, 2015). Trabalha com os dois tipos de couro (*figura 35*). Segundo ele a percebe, a sua técnica não se modificou ao longo do tempo, embora a tenha melhorado.

⁶⁸ Segundo a Associação Brasileira de Criadores de Cavalo Crioulo, o cavalo Crioulo tem sua origem nos equinos Andaluz e Jacas espanhóis, trazidos da península ibérica no século XVI pelos colonizadores. Estabelecidos na América, principalmente na Argentina, Chile, Uruguai, Paraguai, Peru e sul do Brasil.



Figura 35-Guasqueiro Justus Soares
Fonte: Autora (2016)

Diferente dos guasqueiros já apresentados, Pedro Pires (2017), de oitenta e três anos só trabalha com couro cru e nunca desejou trabalhar com outra matéria prima, sobre o couro branco declara que este contém muita química e isso o desgosta. Natural de Jaguarão, durante sua infância vivia no campo, em uma pequena chácara de criação de ovelhas e gado bovino que sua família tinha. Nesse espaço criou-se geneteando pequenos terneiros xucros, ou carregava seu pelego e laço para montar nas novilhas⁶⁹. Foi no espaço rural, sendo jovem, quando começou a exercer a profissão de peão nas estâncias.

⁶⁹ Bovinos que não atingiram a maturidade, possuem de um a seis meses.

Aproximadamente aos vinte anos de idade foi presenteado com um pedaço de lonca de couro por outro peão que lhe disse que todo campeiro tem que ter suas cordas. A partir desse momento começa a emendar seus arreios, e assim aprende. Define esse momento de aprendizagem como curiosidade, e por ser curioso se lança na guasqueria. Depois de ter visto um peão fazendo e explicando para outra pessoa, se interessa pelo ofício de guasqueiro e começa a praticar.

Considera-se guasqueiro por trabalhar apenas com couro cru e realizar todas as etapas de processamento e cuidado com a matéria-prima, desde a carneada até o corte dos tentos. Como antes dito, acredita que a sua técnica não se modificou apenas, contudo obteve mais conhecimento, como o bordar e tricotar com o couro, o que lhe permitiu fazer novas peças, como botões e enfeites para poncho, pequenas flores e detalhes de chapéu (*figura 37*), chaveiros (*figura 38*) e outros.

Segundo este guasqueiro, para se produzir uma trança de qualidade é necessário ter paciência e sagacidade. Apesar dele não se considerar artesão, utilizemos os dizeres de Sennett (2015) que declara que o artífice tem a liberdade de criação de peças e a renovação dessas, em um contexto de modificações, em que novos valores e saberes são adquiridos. Trabalhamos com o fato, de que o guasqueiro trabalha com o couro cru, tendo liberdade de agregar novos elementos em sua produção.

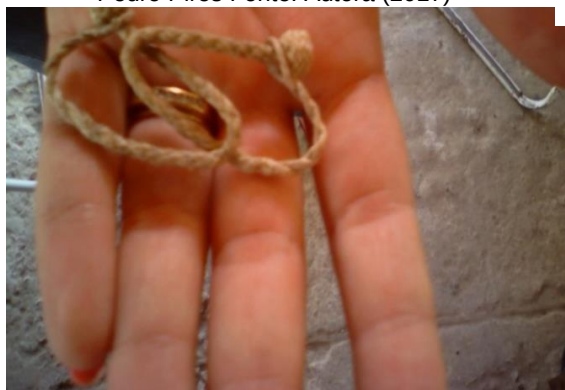
O guasqueiro Pedro mora na zona urbana, a garagem de sua casa é seu



Figura 37-Enfeite de couro cru criado pelo guasqueiro Pedro Pires Fonte: Autora (2017)



Figura 38-Chapéu com detalhe em couro cru criado pelo guasqueiro Pedro Pires Fonte: Autora (2017)



ateliê e seu ponto de contatos, todos os que passam por ali param para ter uma prosa com seu Pedro. Sempre conta que no campo, além de campeiro era alambrador, gostava de realizar essa tarefa a contento, também dava conta de

outras tarefas que se propunha a realizar. Sempre teve capricho e habilidade, e isso pode ser comprovado em suas obras de guasqueria.

Na transmissão de suas técnicas de guasquear afirma que já compartilhou com muitas pessoas, porém muitas, assim como em outros casos já apresentados, acreditavam que iriam aprender de um dia para o outro. O guasqueiro Pedro acredita que isto ocorre porque as pessoas acham que o fazer e o saber da guasqueria é tarefa muito fácil. Em certa ocasião um sujeito pediu-lhe que lhe explicasse como fazer guascas. Foram três dias seguidos de demonstração e transmissão, quando de repente o sujeito se cansou e acabou por desistir de vez. Ou seja, o guasqueiro Pedro destaca que não tem problema em ensinar, apenas se entristece quando as pessoas desistem logo no início.

Marcos Tissot, de cinquenta e um anos, é um guasqueiro que produz com os dois tipos de couro. Apesar disso, destaca que guasqueiro de verdade é aquele que começa com o couro cru, que seca, lonqueia e tira tentos. Alguns sujeitos já lhe procuraram para aprender com ele, mas foram bem poucos. Nascido em Jaguarão, morava na zona rural com sua família. Começou a aprender o ofício da guasqueria aos oito anos de idade: no momento em que pôde auxiliar na lida de campo, seu pai, que era campeiro e fazia guascas para consertar seus objetos de montaria, começou a lhe ensinar a guasquear. Seguindo a trajetória paterna se inicia na profissão de campeiro e utiliza o que aprendeu para fazer e criar suas próprias cordas; um dos principais motivos era o preço de mercado dessas, que era alto para o salário de peão. Em suas palavras, considera que a técnica de seu pai era bem simples, seu manejo com couro cru era sem tanto detalhismo, de trançado mais rústico.

Com o passar do tempo veio morar na cidade e abriu um estabelecimento comercial de venda de alimentos, local onde expõe seus produtos de guasqueria. Acrescenta que a guasqueria é um importante complemento de sua renda. Aponta que o trabalho de peão é muito diferente da guasqueria, essa “te permite ter as mãos sempre limpas e arrumadas, é um trabalho limpo” (MARCOS TISSOT, 2016). Identificando-se como guasqueiro por seguir a estrutura dorsal dessa profissão, tem seu ateliê de produção no galpão ao fundo de sua casa.

O guasqueiro Marcos Tissot nos diz que começou na guasqueria por

influência de seu pai, por ter vivido na campanha, e por estar sempre próximo aos cavalos, tanto os de lida como os de criação. Mas, contrariando essa linha hereditária do trabalho com couro, menciona que seu filho não se interessou pelaguasqueria. Em sua visão isto ocorreu por ele estar distante do contexto rural, por não ter contato com esse estilo de vida.

Há mais de oito anos ele utiliza a guasqueria como profissão complementar. Lembra que quando chegou na cidade guasquear era a única atividade que sabia fazer e que lhe possibilitou ter uma renda extra. E como não possuía o desejo de voltar à situação de empregado e patrão, resolveu ser autônomo, e seu comércio de alimentos permitiu-lhe criar uma rede de clientes que adquirem suas peças de guasqueria.

Ele acredita que na cidade há poucas ofertas de emprego, o que dificulta a sobrevivência das pessoas, mas trabalhar em casa e conseguir se manter foi a melhor solução para a sua vida profissional. Declara que na zona rural também encontra dificuldade de ofertas de emprego, pois as próprias estâncias se modificaram e poucas vezes contratam novos empregados; ao contrário, até estão dispensando um grande número de colaboradores. Isso acontece, como pressupõe pela invasão da soja nos campos. Entende que existe o risco do próprio peão desaparecer; contudo, em sua percepção a guasqueria não acabará porque “tem desfiles a cavalo e tem muito mais gauchito (jovens gaúchos/adolescentes) na cidade do que na campanha” (MARCOS TISSOT, 2016).

Diz que os produtos que mais vendem são as cordas trançadas de couro cru, com mais detalhes, e as cabeçadas, principalmente quando encomendadas. Como afirma Hall (2003) o produto criado manualmente, por sujeitos que detêm um saber-fazer, acaba por se tornar um produto de consumo e circulação e com isso segue as regras de mercado da sociedade. Retomando a questão da transmissão, o guasqueiro Marcos Tissot admite que são poucos os sujeitos que desejam aprender guasqueria, e para ele essa falta de interesse pode acontecer porque a guasqueria não garante uma renda fixa, e julga o seu próprio caso, dizendo que seria impossível viver apenas sendo guasqueiro.

O guasqueiro Ademir de Souza, natural de Jaguarão, tem quarenta e cinco anos e a sua trajetória na guasqueria se remonta aos tempos da sua infância,

quando aos catorze anos começou a trabalhar como peão, seguindo também os passos de seu pai que por muito tempo exerceu essa profissão e trabalhou em charqueada na cidade. Conta que o trabalho no campo é sempre o mesmo: montar a cavalo, recorrer o campo, alimentar os animais e curá-los quando estão enfermos.

Após sofrer um acidente que requereu repouso, o guasqueiro Ademir, incentivado por sua esposa Sílvia que lhe trouxe um pedaço de corda, começou nos trançados e nos trabalhos de guasqueria. Usando as mídias sociais como ferramentas para divulgar suas obras, então por meio das encomendas as comercializa. Atualmente não está utilizando tanto esse mecanismo de divulgação, devido à falta de tempo, já que é capataz e como tal tem poucas horas livres para se dedicar ao ofício de guasqueiro.

Trabalha com os dois tipos de couro e com a corda, a respeito da qual afirma que além da durabilidade ela é resistente para moldá-la e criar os objetos. Então, lembrando o momento de incentivo que lhe incutiu a sua esposa, afirma: “minha mulher me joga uma corda, para mim voltar a fazer, fez eu voltar, aí eu fui para a corda, o pior é que não parei mais, eu levantava com uma muleta só mas eu seguia fazendo” (ADEMIR CARDOSO, 2018). Assim como muitos guasqueiros já afirmaram, a trajetória de Ademir vem de encontro com a afirmação de que para se fazer guasqueria se deve gostar do ofício.

Na imagem do mostruário do guasqueiro Ademir (*figura 38*) podemos compreender a diferença entre o trabalho em couro branco, em couro cru e em cordas branca e pintada; nessa diversidade de obras podemos perceber que o ofício de guasqueria não é estagnado, temos a adoção de novos elementos e a criação de novas peças, que seguem ou estão sujeitas a uma técnica. Seu ateliê se localiza em sua casa no espaço urbano.



Figura 38-Mostruário do guasqueiro Ademir de Souza
Fonte: AUTORA (2018)

Celoir Vieira (2018), também guasqueiro, começou a trabalhar como campeiro aos dezesseis anos, com cinquenta e seis anos se aposentou e começou a criar peças de guasqueria, foi a forma que encontrou para não ficar parado quando veio morar na cidade, porque sempre tinha feito guasqueria enquanto era capataz. Fazia exclusivamente para seu próprio uso, para ajudar no serviço de lida. Ao ser questionado sobre quem lhe ensinou responde: “ah isso foi a vida, a vida que ensina a gente, tem muita gente que me ensinou, e eu gostava de aprender”.

Em relação à diferença entre ter passado a infância e grande parte de sua vida adulta na campanha, e agora morar na zona urbana, o guasqueiro Celoir aponta que, ainda que são poucas essas diferenças, as sentiu mais quando chegou; depois se acostumou, principalmente por ter cavalo no espaço urbano, do qual começa a cuidar com o raiar do sol. Para ele o que mais mudou foi o trabalho de campeiro em relação à doma de animais.

Antes era mais rústico, “meio na marra, agora tem mais facilidade. Para lidar com um animal não pode dar um laço, porque, machuca, de primeira não tinha problema ser meio rústico, nunca fui desse sistema, eu era mais cauteloso no mais

é, era tudo a base do porrete” (CELOIR VIEIRA, 2018). Nesse trecho oguasqueiro ressalta a diferença entre a doma tradicional e a doma racional de cavalos. Ressalta a importância dos cavalos em sua vida, e diz que sempre acompanha os arremates e exposições de equinos, sendo assinante de revistas que tratam deste assunto. Afirma “cavalo é minha paixão” (CELOIR VIEIRA, 2018). Para ele esse foi um dos motivos pelo qual começou a guasqueria, por ser uma forma de estar sempre próximo e fazendo algo que remete à vida de campeiro.

Em um momento tem a guasqueria como uma forma de estar sempre trabalhando, e em outro menciona que às vezes são tantas as encomendas que nunca consegue parar para descansar. Conta que recentemente foi convidado para palestrar para a gurizada⁷⁰, que consistia em demonstrar como era realizado o trabalho no campo e as ferramentas que se usa para isso, era uma forma de estimular as crianças a conhecerem a vida e o trabalho de campeiro.

Em sua percepção essa palestra foi proveitosa. Alguns ficaram realmente interessados nos saberes do campeiro, por isso acredita que a guasqueria não se terminará, que sempre terá alguém nesse ofício. Pode ter diminuído, mas não sumirá. É como a situação das estâncias de gado que produzem menos que no passado, mas não encerraram suas atividades. Sobre o serviço de campeiro pensa que são poucos os que desejam trabalhar nessa área: os indivíduos mais jovens preferem trabalhar na cidade.

Compreende que a guasqueria continua também porque “segue por causa das tradições, por que é cultura. O que seria do gaúcho senão tivesse guasqueiro? O gaúcho é um símbolo do Rio Grande, deve ser por aí” (CELOIR VIEIRA, 2018). Nessa sua fala percebemos a relação que existente entre a cultura gaúcha, com a figura do

Sobre compartilhar suas técnicas de produção menciona “já ensinei alguns mais novos, pessoas mais velhas também vieram aqui pedir para ensinar para eles, tem uns quantos, ensinei bastante gente, tenho um livrinho aí emprestei para uns quantos pra eles verem como é que é o início” (CELOIR VIEIRA, 2018). Rememora que em sua maioria são sujeitos mais jovens que o procuram, lhes empresta o manual de guasqueria que possui e depois explica os processos que o sujeito não

⁷⁰ Termo usado para referir-se a criançada.

aprendeu.

Depois de aprender, essas pessoas ensinam também para outras, e uma rede de compartilhamento se forma. Como no caso do guasqueiro Marcos Chagas (2018) que aprendeu com outro guasqueiro, e já transmitiu o que sabia sobre guasquear para um outro sujeito. Trabalha como peão, devido a ser o que ele sempre soube fazer, exercendo o trabalho de campeiro com a lida dos animais e como alambrador.

No que diz respeito a produzir guasqueria Marcos Chagas relata que há exatos oito meses aprendeu este ofício. Acredita que está indo bem; se iniciou por curiosidade, mas já começou a se aperfeiçoar.

Aprendi sozinho, um cara me mostrou, primeiro um botão de presilha, aí eu fiz, aí depois eu já fui inventando uma trança e fui fazendo aprendi sozinho, eu tenho uns livros. Tenho uma amiga minha, porque aqui não tenho internet, e ela me ajuda a pesquisar ela baixa no celular e eu olho e faço, quando não consigo fazer olho e aprendo. Eu tenho na família um tio que



faz guasquería, mas meu pai nunca soube fazer nada, eu fui ver as umas coisas com o finado Marlei, com ele eu aprendi sobre os cravadores. Trabalho com couro cru, branco e a corda de náilon que surgiu agora, a corda de cincha que chamam, mas me pedem mais de couro, nessa época de rodeio me pedem bastante. Já me pediram para ensinar, coisa que eu sabia eu passei para ele, para o Jonathan, o pouquinho que eu sabia eu passei para ele (MARCOS CHAGAS, 2018).

Assim como meu pai que era cabanheiro⁷¹ e depois capataz, eu aprendi a ser campeiro. Boa parte de sua vida transcorreu morando no campo, e mesmo com as dificuldades de acesso à escola devido às longas distâncias, e à falta de energia elétrica, prefere o campo. Atualmente trabalha em uma estância que se localiza entre a zona rural e urbana, sendo mais próxima desta última, e afirmando que esse posicionamento de onde mora lhe facilitava a comercialização de suas obras.

⁷¹ Profissão que trabalha com equinos de cocheira ou cabanha, consiste em treinar esses animais, cuidar da higiene desses, da saúde, da alimentação e outras atividades.

Em relação ao trabalho, suas atividades consistem em:

Na lida do campo, eu curo os animais que adoecem, faço arame, limpeza da volta, domo eu uso a doma tradicional, até sei fazer a doma racional tem que ter muito tempo para fazer, a tradicional tem que quebrar os queixos é mais rápida. Tenho mais facilidade eu aprendi desde o começo, a racional eu pesquiso muito sobre ela até faço ela. Prefiro trabalhar na zona rural, a lida de campo, ter a vida de campeiro, minha família era do campo e eu tinha um familiar que fazguasqueria ele mora no Cerrito (MARCOS CHAGAS, 2018).

Nas observações doguasqueiro Marcos Chagas temos a compreensão do trabalho de um campeiro, e podemos perceber que aguasqueria acaba por ser transmitida deguasqueiro paraguasqueiro, de peões para peões. São muitas as similaridades entre os relatos dosguasqueiros jaguarenses. E esses pontos em comum são parte da estruturação desse artesanato em couro.

Nas palavras dosguasqueiros, ao contarem suas histórias pode se compreender a forte ligação daguasqueria com o contexto dos sujeitos, no caso de rural a urbano, como também perceber que de fato existe uma estrutura dorsal daguasqueria, quando se trabalha em couro cru. Além da similaridade dos relatos em relação a exercerem a atividade de peão, fato que permeia como uma contínua discussão desta dissertação.

Outro ponto que deve se destacar é o caráter diversificado daguasqueria, em agregar-se novas matérias primas para se criar trançado, como a corda de seda e a de náilon. O fato de que isso aconteça não descaracteriza o sujeito em seu ofício comoguasqueiro, ao contrário, demonstra que como em toda tradição há reinterpretções que irão suprir a necessidade apresentada pelos sujeitos.

Considerações Finais

A partir do que foi apresentado ao longo dos três capítulos desta dissertação buscamos compreender como ocorre a produção e reprodução do ofício artesanal em couro cru, aguasqueria. Através das fontes podemos tecer algumas redes que responderem a este objetivo, assim como a motivação para que estes sujeitos pratiquem aguasqueria tenha se iniciado quando eles exerciam a profissão de peão.

Todavia, aguasqueria surge relacionada a esse homem do campo, que trabalha diretamente com os animais bravios em um primeiro momento, auxiliando nas vacarias do RS com seus imensos rebanhos e depois como peões contratados

das grandes estâncias, com base na exploração econômica da carne, do sebo e do couro cru. Sem esquecer o papel dos indígenas que já transformavam o couro cru em objetos que os auxiliassem nas necessidades do dia-a-dia.

Os peões, fortemente relacionados com o cavalo, tanto para monta na lida de campo e também como veículo, começam a trabalhar o couro cru para criarem seus equipamentos de montas, seus arreios, cordas, cabeçadas, rebenques, maneias e outros. Nessa trajetória histórica da figura do peão surge o guasqueiro, como o sujeito que trabalha manualmente o couro cru para criar objetos artesanais voltados para o cavalo.

Como podemos perceber nos relatos apresentados, todos os guasqueiros residiram na zona rural, foram ou são peões, e seus pais também já exerceram essa profissão. Assim como o fato de só fazerem a guasqueria inicialmente para consumo próprio, para não ser necessário a compra destes produtos de um outro sujeito, pois de fato o preço deste tipo de obra em couro cru é alto. Sendo este então o principal motivo deles serem guasqueiros.

Então, podemos perceber que a guasqueria está vinculada a uma prática específica, o trabalho de peão de estância de gado, seguindo uma tradição de compartilhamento e aprendizado de um saber, transmitido de pai para filho e de guasqueiro para guasqueiro.

Seguindo um processo de estruturas que não se modificou com o tempo, na fase inicial do manejo com o couro cru, em uma repetição que possibilita a concretização da guasqueria ao longo dos tempos, do carnear, estaquear, lonquear, tirar tentos e trança, a única parte dessa sequência que se tornou menos constante é a carneada devido à mudança econômica da produção de gado nas estâncias, que diminuiu consideravelmente, o que afetou a produção de guasqueria, pois agora os guasqueiros conseguem sua matéria prima através da compra do couro em locais como matadouros, cooperativas e curtumes, já que escassas são as vezes que o guasqueiro é convidado a carnear para conseguir o couro cru.

Voltamos novamente para o processo de repetição da guasqueria, e podemos destacar o próprio trançado em que os guasqueiros apresentam similaridades nos gestos e habilidades, e até mesmo em um tipo de trança usual, como a de cinco tentos.

Podemos então estabelecer certos padrões predominantes na guasqueria,

como a estruturação, a profissão de peão, a motivação para se adentrar neste ofício, a identificação como guasqueiro, ter residido no espaço rural, ter trabalhado com cavalos, serem domadores, comercializar suas obras por meio de encomendas, afirmar que a técnica se mantém, partilhar um saber por meio da transmissão do saber fazer de um sujeito ao outro, principalmente através de um sujeito conhecido e próximo, o ateliê remeter a uma aura de galpão, as ferramentas serem artesanais e de criação própria, como o fato do objeto que criam também ser manual, e na afirmação de que guasqueiro é aquele que conhece o trato com o couro cru, assim como morarem atualmente na zona urbana.

Nesta forma de repetição de certos padrões, podemos afirmar que a guasqueria pode ser classificada como um artesanato, pois é ofício totalmente manual, em que o emprego de ferramentas industrializadas é inexistente ou secundário, aprendido por meio de transmissão oral, sendo necessário habilidade, paciência e conhecimento para se fazer, no qual mente e corpo trabalham em sintonia.

Nesse processo de repetição podemos constatar a afirmação de um autorreconhecimento por parte destes sujeitos que se identificam como guasqueiros, por produzirem guasqueria. É uma forma de reconhecimento de si na sociedade, pois a identidade como afirma Cuche (1999) é um mecanismo de localização do sujeito no espaço-tempo, tendo a memória de suas realizações na sociedade como arcabouço para estruturar suas identidades. Os signos desses padrões acabam por serem compartilhados em uma conexão virtual entre esses sujeitos, de certa forma em uma comunidade imaginada, que partilha saberes sem estar relacionada fisicamente.

Através do aprendizado da técnica por meio da observação e transmissão de um guasqueiro para outro, possibilita uma reinterpretação por parte do guasqueiro aprendiz, que começa a incorporar novas habilidades e signos em suas obras, como por exemplo fazer pequenas tranças para criar objetos como chaveiros, seguindo o mesmo padrão de um trançado para objeto de monta. Ou utilizar a técnica do trançado em couro cru para a joalheria.

Havendo então a transformação do objeto, apesar de se manter a técnica inicial, o caráter de repetição do ofício permite seu aperfeiçoamento. O trançado é uma técnica que exige de seus criadores habilidade e prática, as passadas de tento

e o próprio corte destes, é algo que vai se adequando à medida que se faz. Assim, como o sovar que como afirmaram os guasqueiros não pode ser feito de qualquer forma, tem-se todo um movimento de corpo para amaciar o couro, optando sempre pela parte da carne, expondo-a para o lado externo, e assim não danificar o couro. Como também o desquinar o tento, dos cortes de suas bordas, e do lonquear na retirada dos pêlos, são todas ações que precisam de paciência e concentração por parte do guasqueiro, são manejos aprendidos, e que devem ser repetidos para que ocorra o aperfeiçoamento. Desenvolvendo uma técnica com características próprias de cada sujeito.

Com exceção dos guasqueiros mais jovens, observou-se que os guasqueiros começaram quando eram muito jovens, como o guasqueiro Marcos Tissot, aos oito anos de idade, principalmente por fazer parte de um contexto de campanha em que seu pai já criava algumas peças e era peão, a guasca sendo algo rotineiro, um saber fazer necessário neste espaço. Em uma criação de objetos de certa forma tradicionais, como rédeas, cabeçadas, laços e maneias, todas as partes do equipamento de arreamento dos cavalos.

Vimos que contemporaneamente não se produz apenas com couro cru, houve a aplicação de novas matérias primas para criarem os objetos até então feitos em couro cru. Primeiro temos o couro branco, quimicamente tratado nos curtumes, com menos resistência, porém mais maleabilidade e rapidez para criar, sem possibilidade de ser trançado, as peças são de couro branco liso. Já a corda de náilon ou de seda, apresenta, segundo alguns guasqueiros maior resistência que o couro cru; com boa estética, pode ser trançada, mas não é flexível, no entanto está tendo boa aceitação no mercado, principalmente pelo custo e pela rapidez na criação.

Destaca-se que, esses guasqueiros que adotaram novas matérias primas tem o couro cru com matéria prima original e principal, é essa técnica de trabalho do couro cru que os faz se identificarem como guasqueiros. Em seus ateliês de produção também existem elementos análogos como a atmosfera que lembra a estrutura de um galpão, com todas as obras de guasqueria penduradas em mostruários, com selas prontas para servirem de encilhas no cavalo, com guascas inacabadas, com tranças a serem consertadas, com matéria prima a ser usada para criar novas peças, as ferramentas expostas para se iniciar o trabalho e a presença do companheiro rádio, objeto presente em muitos galpões.

Muitas vezes, exceto raras as exceções, é no ateliê onde esses sujeitos passam a maior parte do dia, a dedicação a esse ofício é constante. Como no caso do guasqueiro Marcos Chagas, que quando tem uma pausa em seu trabalho de peão, dedica-se à criação de suas peças. De certa maneira o guasqueiro vive a guasqueria em suas readaptações.

Então, como já foi mencionado, a guasqueria é pensada como uma expressão artesanal: temos na rotina da lida de campo, nas tarefas com o cavalo, a influência desses objetos criados pelo guasqueiro. Em uma consciência material dos objetos como menciona o autor Sennett (2015), em uma relação que o sujeito artífice usa de seu saber aprendido para deixar um pouco de si em seus objetos, principalmente nas vivências rotineiras e nas experiências obtidas.

Inicialmente temos a guasqueria como uma ferramenta auxiliar no trabalho do peão. Criada apenas para suprir uma necessidade cotidiana, não estava voltada para algo mais estético que exigisse um aperfeiçoamento de técnica, era algo de caráter mais utilitário. Ainda mantém o caráter utilitário, porém há uma preocupação em criar peças finas, com bordados e enfeites, que sejam esteticamente apresentáveis. Como o guasqueiro Marcos Chagas declarou, o couro cru cumpre esse requisito estético e por isso é o mais procurado por sujeitos que participam de desfiles a cavalo ou de rodeios.

Em relação a uma comunidade virtualmente conectada, de um compartilhamento sensível, categorizando esses de certa forma como um grupo coletivo, com elementos de coesão, no caso as histórias de vida, o contexto de produção e reprodução e a motivação, podemos perceber que os guasqueiros pesquisados possuem uma rede de trocas de experiências, um ouvir falar ou um verdadeiro face-a-face, como o guasqueiro Jairo Silva, de certa forma aprendiz do guasqueiro Justus Soares. E também, relacionado ao guasqueiro Pedro Pires, citado pelos guasqueiros Marcos Chagas, Ademir de Souza e Marcos Tissot, que também mencionam o guasqueiro Celoir Vieira. Nesse sentido, a guasqueria possui uma rede de sociotransmissores e compartilhamento sensível.

Já em relação ao uso de livros específicos de guasqueria como os manuais, temos dois pontos: I) os guasqueiros mais experientes afirmam que nunca utilizaram nenhum manual, devido à técnica de produção não mudar; e, II) os guasqueiros mais novos procuram utilizar os manuais para aprenderem e aperfeiçoarem suas

habilidades de produção. Segundo eles os manuais apresentam detalhadamente a forma de se fazerguasqueria e até apresentam meios novos de manejo do couro, como o lonquear com cal, mencionado anteriormente. Novamente percebemos que a produção e reprodução daguasqueria não é algo estagnado, vai sendo remodelado a partir das necessidades que surgem.

No compartilhamento do saber fazer, osguasqueiros estabelecem um ponto comum entre todos, de que existe procura por parte de sujeitos adultos e jovens para aprender o ofício, porém ressaltam que esses sujeitos desistem na fase inicial do aprendizado, não possuem tenacidade para continuarem. Fato que os deixa contrariados pois, estão dispostos a ensinarem.

Por fim, no tocante à continuidade daguasqueria afirmam que esse ofício não terminará já que está fortemente entrelaçado ao cavalo, à existência de festas e comemorações como a Semana Farroupilha, os rodeios, as feiras e as carreiras, são elementos base para sua existência na contemporaneidade, sem esquecer os peões e tropeiros que ainda atuam nas estâncias.

Portanto, aguasqueria é um ofício que surge com a introdução do gado vacuum no Rio Grande do Sul, estabelecendo uma estruturação que se conservou ao longo dos séculos, originária do serviço de peão, com transmissão oral entre sujeitos que viveram no espaço rural e estão associados à lida com cavalo. Em Jaguarão, que possui a limitação entre espaço rural e urbano tenuamente demarcada, assim como uma fronteira com liberdade de transitoriedade, temos a produção deguasqueria ativa no compartilhamento de seus saberes. Finalmente, o homem rural, o campeiro, o domador, o peão e o artesão se encontram na formação do serguasqueiro.

Referências Bibliográficas

ADAM, Leonhard. **Arte Primitiva**. 2ª ed. Trad. Eduardo Warshaver. Buenos Aires: Editorial Lautaro, 1947. 240p.

ALMEIDA, R. **A inteligência do folclore**. 2.ed. Brasília: INL, 1974.

ALVARES, Fabiano da Costa. **Valorização dos Aspectos Formais dos Artefatos Confeccionados por Guasqueiros do Pampa Gaúcho Aplicados a Joalheria**. Santa Maria: UFSM, 2014.

ARAÚJO, Iaperi. **Elementos da arte popular**. Natal: UFRN, 1985.

ARÉVALO, Javier Marcos. **La tradición, el patrimonio y la identidad**, 2004. Disponível em: http://www.dipbadajoz.es/publicaciones/reex/rcex_3_2004/estudios_02_rcex_3_2004.pdf

Apontamentos para uma monografia de Jaguarão: 2ª Exposição Agro-pecuária. Porto Alegre: Intendência de Jaguarão, 1912. p.78.

BARTH, Fredrik "Por um maior naturalismo na conceptualização das sociedades". In: Fredrik Barth (organização de Tomke Lask), **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

BARTOL, K., SRIVASTAVA, A. (2002, Summer). **Encouraging knowledge sharing**: the role of organizational reward systems. *Journal of Leadership & Organizational Studies*, 9(1), 64-76

BARTOLOMÉ, M. A. **As etnogêneses**: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político. *Mana*, v. 12, n. 1, p. 39-68, 2006.

BECKER, Basile. **El Indio y La Colonización, Charrúas y Minuanes**. Pesquisas, Antropologia 37. São Leopoldo, 1984.

BERGSON, Henri. **Matéria e Memória**. Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. SP: Martins Fontes, 1990.

BIALOGORSKI, Mirta. **Patrimonio intangible**: Reflexiones sobre su consideración como fenómeno. Buenos Aires: Comisión para la Preservación del Patrimonio Histórico Cultural de la Ciudad de Buenos Aires, 2005.

BOSI, Ecléia. **Memória e Sociedade**: Lembrança de velhos. SP: Companhia das Letras, 1985. CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2001.

BOSSLE, J.B.A. 2003. **Dicionário gaúcho brasileiro**. Porto Alegre, Artes e Ofícios, 541 p.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. Trad. Ana Regina Lessa e Heloísa P. Cintrão. São Paulo: Edusp, 2008

CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. Tradução: Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.

_____ **Mémoire Collective et mémoire individuelle fonctionnent-elles selon le même modèle?** Archives, 2008.

GARAVAGLIA, Juan Carlos; GELMAN, Jorge. **Capitalismo agrario en la frontera. Buenos Aires y la región pampeana en el siglo XIX**. Dianelt, 2003.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O trabalho do antropólogo**: olhar, ouvir, escrever. In: *O trabalho do antropólogo*. São Paulo: Unesp, Paralelo 15, 1998.

CAVEDON, N. R. **Antropologia para administradores**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

CRESWEL, J. W. **Projeto de pesquisa**: método qualitativo, quantitativo e misto. 2.

ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CHITI, Jorge Fernández. Artesania, Folklore y Arte Popular. Buenos Aires: Ediciones Condorhuasi, 2003.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisas em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

COLI, Jorge. **O que é arte**. Ed. Brasiliense: Sao Paulo, 1995.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. Ed. crítica. São Paulo: Brasiliense, 1985 [1902].

DA MATTA, Roberto. **Relativizando. Uma introdução à Antropologia Social**. Petrópolis: Vozes, 1981.

DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. **Introdução**: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. (Orgs.). O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-41

DLE. Dicionario online de la Real Academia Española. Acesso em: 10 de maio de 2017 Disponível em: <http://dle.rae.es/>

DUBAR, Claude. **A socialização**: construção das identidades sociais e profissionais. São Paulo: Martins fontes, 2005.

_____. **A Crise das identidades**. A interpretação de uma mutação. Porto: Edições afrontamento, 2006.

Erickson, F. (1986). Qualitative Methods in Research on Teaching. In M. Wittrockk (Ed.) **Handbook of qualitative research**. 2nd. Ed. Thousand Oaks: Sage Publications, 2000.

FRANCO, S.C. 1980. **Origens de Jaguarão**. Caxias do Sul, UCS, 120 p.

FERREIRA, A. B. H. **Aurélio século XXI**: o dicionário da Língua Portuguesa.

3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FLORES, Luis Alberto. **El Guasquero**: Trenzados Criollos. Buenos Aires: Cesarini Hermanos, 1960

FONTANA, A.; FREY, J.H. The interview, from structured questions to negotiated text. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y.S.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 13 ed. São Paulo. Editora Nacional, 1975.

GADAMER, Hans-Georg. Verdad y Método In: **Fundamentos de una hermenéutica filosófica**. Salamanca: Ed. Sígueme, 1996. (Trad. Ana Agud Aparicio e Rafael de Agapito).

GARCÍA, Rocío. De la yerra a la Vitrina: Transformaciones contemporáneas de la guasquería. Montevideo: **Trama Revista de Cultura y Patrimonio**. ano 1, nº 1, setembro 2009.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: UNESP, 1991.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 1996.

GODOY, A.S. **Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais**. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, mai/jun, 1995.

_____. **Refletindo sobre critérios de qualidade da pesquisa qualitativa**. Revista Eletrônica de Gestão Organizacional, v. 3, n. 2, p. 81-89, mai./ago. 2005.

GOETHE, Johann Wolfgang. Arte e artesanato. In M. A. Werle. **Escritos sobre a arte: Johann Wolfgang Goethe** (pp. 87-89). São Paulo: Humanitas; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2005.

GOLDMAN, Márcio. **“Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos. Etnografia, antropologia e política e, Ilhéus, Bahia”**. Revista de Antropologia, v.46, N.2, São Paulo 2003.

GOULART, José Alípio. **O Cavalo na formação do Brasil**. Rio de Janeiro: Letras e Artes, 1964.

GRAZIANO DA SILVA, José. A industrialização e a urbanização da agricultura brasileira. In: **BRASIL em artigos**. São Paulo: SEADE, 1995.

GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 9, nº. 20, p. 141-159, outubro de 2003;

GUANZIROLI, C. E. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Ed. Centauro, 2004.

_____. **Los marcos sociales de la memoria**. Caracas: Anthropos Editorial, 2004.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

HERING, E. **Memory as a universal function of organized matter**. In S. Butler (Ed.), *Unconscious memory* (pp. 63-86). London: Jonathan Cape, 1920.

HOBBSBAWM, Eric & RANGER, Terence. **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOLANDA, S. B. **Cobra de vidro**. Porto Alegre: Martins, 1944. 121 p.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUNT, E. K. **História do pensamento econômico**. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

HYMES, D. Ethnographic monitoring. In: TRUEBA, H. T.; GUTHRIE, G. P.; AU, K.

H. P. (Eds.). **Culture and the bilingual classroom:** studies in classroom ethnography. Rowley, MA: Newbury House, 1981, p. 56-68. .

INGOLD, T. **Anthropology is not Ethnography.** *Proceedings of the British Academy*, 154, 2008.

IMBROISI, Renato; KUBRUSLY, Maria Emilia. **Desenho de Fibra:** Artesanato Têxtil no Brasil. SENAC: SP, 2011.

JAMESON, Frederic. **Una modernidad singular:** Ensayo sobre la ontologia del presente. Barcelona; Gedisa; 2004.

KELLER, Paulo. **O artesão e a economia do artesanato na Sociedade contemporânea.** Maranhão: Revista de Ciências Sociais Política e Trabalho, 2014.

KUMAR, Krishan. Modernidade e Pós-modernidade I: A idéia do moderno. In: **Da sociedade Pós-Industrial à Sociedade Pós-Moderna.** Rio de Janeiro, Zahar, 1996.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico.** 19 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

LAYTANO, Dante de. **A Estância Gaúcha.** Série Documentário da Vida Rural. Ministério da Agricultura. Serviço de Informação Agrícola, Rio de Janeiro. 1952.

LANDOWSKI, Eric. **Presenças do outro.** São Paulo: Perspectiva, 2012.

LEAL, Ondina Fachel. **Honra, morte e masculinidade na cultura gaúcha.** In: TEIXEIRA, Sérgio Alves. ORO, Ari Pedro. (orgs). Brasil e França: Ensaio de Antropologia Social. PPGAS - UFRGS, n. 6. 1992.

LENCLUD, Gérard. **A Tradição não é mais o que era:** Sobre as noções de Tradição e de Sociedade Tradicional em Etnologia. Brasília: História, histórias. vol. 1, n. 1, 2013.

LEININGER, M. **Ethnography and Ethnonursing:** models and modes of qualitative data analysis. Orlando: Grune & Stratton; 1985.

LIMA, Ricardo Gomes. **Artesanato de tradição:** cinco pontos em discussão. Cadernos ArteSol, São Paulo, jul. 2005.

LUGON, Clovis. **A Republica Cristã dos Guaranis:** 1610-1668. Tradução de Álvaro Cabral , prefácio de Henri Charles Desroches. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

LUVIZOTTO, Caroline Kraus. **As tradições gaúchas e sua racionalização na modernidade tardia.** São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

MACDOUGALL, David. The visual in Anthropology. In. **The corporeal image. Film, ethnography and the senses.** Princeton, New Jersey, Princeton University Press, 2006.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **A etnografia como prática e experiência.** Horizontes antropológicos. Vol.15, N.32, Porto Alegre, jul./dez. 2009.

MARIANTE, H. M. **A idade do couro no continente D'El Rey.** Porto Alegre:

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - M.E.C., 1974. 84 p.

MARX, Karl. **O Capital**. Vol. 2. 3ª edição, São Paulo, Nova Cultural, 1988.

MARTINS, Cyro. *Porteira fechada*. 11 ed. Porto Alegre: Movimento, 2001.

MARTINS, Ivan Pedro. *Fronteira agreste*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1944.

MARTINS, Roberto Duarte. **A ocupação do espaço na fronteira BrasilUruguai: a construção da cidade de Jaguarão**. Tese. (Arquitetura). Escola Técnica d'Arquitetura Universitat Politècnica de Catalunya. Barcelona: 2001.

MEDINA, S. Saga. **Retrato das colônias alemãs no Brasil**. São Paulo: Terra Virgem, 1997.

MEIRELES, Cecília. **As artes plásticas no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1968.

MILLS, Charles W. **Sobre o Artesanato Intelectual e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

MINAYO, M. S., e SANCHES, **O Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade?** In: Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 9(3): 239-262, jul/set, 1993.

MIRANDA, Pedro Álvarez de; ROJO, Guillermo. **Diccionario de la Lengua Española** RAE 23a. edición, Espanha, 2014.

MORAES, María Inés. **La pradera perdida. Historia y economía del agro uruguayo: una visión de largo prazo (1760-1970)**. Montevideo: Linardi y Risso, 2008.

MOREIRA, I. **O espaço rio-grandense**. São Paulo: João Guizzo, 1999.

MÖRNER, Magnus. A economia e a sociedade rural da América do Sul espanhola no período colonial. In: BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina: América Latina Colonial**, v.2. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004

PESAVENTO, Sandra J. **República Velha Gaúcha: Estado autoritário e economia**. In: DACANAL, José H.; GONZAGA, Sergius. (orgs). RS: economia e política. Porto Alegre. Mercado Aberto, 1980.

_____. **RS: A economia e o poder nos anos 30**. Porto Alegre. Mercado Aberto, 1980.

PASSERON, Jean-Claude. 1991. **Le Rai sonnement Sociologique. L'espace Non-Popperien du Raisonnement Naturel**. Paris: Nathan

PASTORE, Carlos. **La lucha por la tierra en el Paraguay**. Montevideo: Antequera, 1972. p. 18.

PEIRANO, M. **Etnografia, ou a teoria vivida**. PontoUrbe, 2, fevereiro 2008.

PERALTA, Elsa. Abordagens teóricas ao estudo da memória social: uma resenha crítica; in: **Arquivos da Memória: Antropologia, Escala e Memória**, nº 02 (Nova Série). Portugal: Centro de Estudos de Etnografia Portuguesa 200, p. 4-23. 2007.

PELBART, P. P. (2000). **A vertigem por um fio: políticas da subjetividade contemporânea**. São Paulo: Iluminuras.

PRINS, Gwyn. História Oral In: **A Escrita da História: novas perspectivas**. / Peter Burke (org).SP: UNESP.1992.

QUEIROZ, M. I. P. O **campesinato brasileiro**: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1973.

RANCIÈRE, J. (2005a). **A partilha do sensível: estética e política**. São Paulo: EXO/34.

RIBEIRO, C. M. **Estudo do modo de vista dos pecuaristas familiares da Região da Campanha do Rio Grande do Sul**. 2009. (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre: UFRGS. 2009.

RICHARDSON, R. J. Pesquisa social: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Unicamp, 2007.

ROTMAN, Mónica. Las múltiples y Complejas Articulaciones entre los Campos del Patrimonio y de las Artesanías. In: **Diversidade Cultural y Estado: Escenários y desafíos de hoy**. Argentina: Primer Encuentro Nacional de Patrimonio Vivo, 2015.

SANDRONI, P. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Best Seller, 1999.

SEGOVIA HERRERA, M. Risco e segurança do trabalho desde o ponto de vista de um grupo de trabalhadores de uma agência de distribuição de energia elétrica In: **Encontro Interamericano de Pesquisa Qualitativa em Enfermagem**. São Paulo: Trabalhos. São Paulo, Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo. Departamento de Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina, 1988.p.63-9. (Resumo)

SIMONSEN, R. C. **História econômica do Brasil (1500 – 1820)**. Brasília: Senado Federal, 2005. 589 p.

Sveiby, K. E. **A nova riqueza das organizações** (L. E. T. Frazão, Trad.). Rio de Janeiro: (1998).

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

SQUIRE, L.R. & KANDEL, E.R., **Memory: from Mind to Molecules**. Porto Alegre: Artmed, 2003, p. 71.

TASSO, Alberto. **Teleros y sogueros**. La artesanía tradicional de Santiago del Estero entre la cultura, la historia y el mercado. Buenos Aires: V Congreso Nacional de Estudios del Trabajo, 2001.

THOMPSON, E.P. **Costumes em comum – Estudos sobre cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

TRIVIÑOS, A. N. da S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2008.

TORRONTÉGUY, Teófilo. **As Origens da Pobreza no Rio Grande do Sul**.

Editora: Mercado Aberto,1994.

URIARTE, U. M. **O que é fazer etnografia para os antropólogos**. Ponto Urbe, 6, dezembro 2012.

VELLINHO, M. **Capitania d'El Rey**. Porto Alegre: IEL. 2005.

VIEIRA, M. M. F. e ZOUAIN, D. M. Pesquisa qualitativa em administração: teoria e prática. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005

ZANELLI, J. C.. **Pesquisa qualitativa em estudos da gestão de pessoas**. In: Estudos de Psicologia (Natal), v. 7, n. spe Natal 2002, 2007.

ZATTERA, Véra Stedile. **Gaúcho - Vestuário Tradicional e Costumes**. Ano: 1995.

Fontes

Entrevistas: Marcos Tissot. Jaguarão – RS. 02 de dezembro de 2016.
Entrevista concedida a Juliana Porto Machado.

Entrevistas: Justus Soares. Jaguarão – RS. 10 de dezembro de 2016.
Entrevista concedida a Juliana Porto Machado.

Entrevistas: Pedro Pires. Jaguarão – RS. 13 de Janeiro de 2017. Entrevista
concedida a Juliana Porto Machado.

Entrevistas: Jairo Silva. Jaguarão – RS. 24 de abril de 2017. Entrevista
concedida a Juliana Porto Machado

Entrevistas: Celoir Vieira. Jaguarão – RS. 05 de janeiro de 2018. Entrevista
concedida a Juliana Porto Machado

Entrevistas: Marcos Chagas. Jaguarão – RS. 08 de Janeiro de 2018.
Entrevista concedida a Juliana Porto Machado

Entrevistas: Ademir de Souza. Jaguarão – RS. 10 de Janeiro de 2018.
Entrevista concedida a Juliana Porto Machado